

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXIII - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 55

Brasília, segunda-feira, 18 de março de 2024

Sumário

Seção 3

Ata Sucinta da 14ª Sessão Ordinária.....	3
Ata Circunstanciada da 15ª Sessão Ordinária.....	8
Ata Circunstanciada da 16ª Sessão Ordinária.....	29
Ata Circunstanciada da 9ª Sessão Extraordinária	54
Ata Circunstanciada da 10ª Sessão Extraordinária...	94



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Mesa Diretora

Presidente: Deputado Wellington Luiz

Vice-Presidente: Deputado Ricardo Vale

Primeiro Secretário: Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

Segundo Secretário: Deputado Roosevelt - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

Terceiro Secretário: Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa



COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Dayse Amarílio Thiago Manzoni Jorge Vianna Ricardo Vale	Chico Vigilante Paula Belmonte Roosevelt Robério Negreiros Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Doutora Jane Pastor Daniel de Castro Roosevelt Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Pastor Daniel de Castro	Ricardo Vale Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Paula Belmonte Vice-Presidente: Ricardo Vale Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	João Cardoso Gabriel Magno Jorge Vianna Chico Vigilante Fábio Felix
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Hermeto Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Daniel Donizet Eduardo Pedrosa	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Roosevelt Rogério Morro da Cruz	Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt	Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante
Deputado Pastor Daniel de Castro
Deputado Daniel Donizet
Deputada Dayse Amarílio
Deputado Eduardo Pedrosa
Deputado Fabio Felix
Deputado Gabriel Magno
Deputado Hermeto
Deputado Iolando Almeida
Deputada Doutora Jane
Deputada Jaqueline Silva
Deputado João Cardoso

Corregedor: Deputado Joaquim Roriz Neto

Procuradora Especial da Mulher: Deputada Dayse Amarílio

Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher: Deputada Jaqueline Silva e Deputada Doutora Jane

Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Chico Vigilante

Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Iolando

Procurador Especial da Defesa dos Direitos da Juventude: Deputado Joaquim Roriz Neto

Deputado Joaquim Roriz Neto
Deputado Jorge Vianna
Deputado Martins Machado
Deputado Max Maciel
Deputada Paula Belmonte
Deputado Pepa
Deputado Ricardo Vale
Deputado Robério Negreiros
Deputado Rogério Morro da Cruz
Deputado Roosevelt
Deputado Thiago Manzoni
Deputado Wellington Luiz

Ouvidor: Deputado Jorge Vianna

Seção 3

Ata Sucinta da 14ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 7 DE MARÇO DE 2024

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Wellington Luiz
SECRETARIA: Deputado Fábio Félix
LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal
INÍCIO: 15 horas
TÉRMINO: 16 horas

Observação: A versão integral desta sessão encontra-se na ata circunstanciada.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wellington Luiz)
– Declara aberta a sessão.

1.1 LEITURA DE EXPEDIENTE

– O Deputado Fábio Félix procede à leitura do expediente sobre a mesa.

1.2 LEITURA DE ATA

– Dispensada a leitura, o presidente da sessão considera aprovada, sem observações, a Ata da 13ª Sessão Ordinária.

2 RETIFICAÇÕES

Presidente (Deputado Wellington Luiz)

– Retifica a leitura e o encaminhamento da apreciação do veto ao Projeto de Lei Complementar nº 12, de 2023, na Sessão Ordinária do dia 20 de fevereiro de 2024, de forma que, onde se lê "Projeto de Lei nº 12, de 2023, leia-se "Projeto de Lei Complementar nº 12, de 2023".

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Wellington Luiz)
– Declara encerrada a sessão.

Observação: O relatório de presença e o relatório de presença por recomposição de quórum, encaminhados pelo Setor de Apoio ao Plenário e pela Secretaria Legislativa, estão anexos a esta ata.

Eu, Primeiro-Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente ata.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO
Primeiro-Secretário

Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. 00160, Primeiro(a)-Secretário(a)**, em 12/03/2024, às 14:06, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019,

Relatório de Presenças por Reunião

Reunião : 14ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura Dia : 07/03/2024

Nº	Nome Parlamentar	Partido	Hora	Modo
01	CHICO VIGILANTE	PT	15:16:42	Biometria
02	DOUTORA JANE	MDB	15:38:22	Biometria
03	EDUARDO PEDROSA	UNIÃO	15:13:25	Biometria
04	FABIO FELIX	PSOL	15:01:12	Biometria
05	GABRIEL MAGNO	PT	15:05:49	Biometria
06	JOAQUIM FORIZ NETO	PL	15:30:56	Biometria
07	MAX MACIEL	PSOL	15:08:19	Biometria
08	PASTOR DANIEL DE CASTRO	PP	15:01:38	Biometria
09	PEPA	PP	15:02:24	Biometria
10	ROBÉRIO NEGREIROS	PSD	15:06:07	Biometria
11	ROGERIO MORRO DA CRUZ		15:14:52	Biometria
12	WELLINGTON LUIZ	MDB	15:01:02	Biometria

Ausências :

Nome Parlamentar	Partido
DANIEL DONIZET	PL
DAYSE AMARILIO	PSB
HERMETO	MDB
IOLANDO	MDB
JAQUELINE SILVA	MDB
JOÃO CARDOSO	AVANTE
JORGE VIANNA	PSD
MARTINS MACHADO	RÉPUBLICANOS
PAULA BELMONTE	CIDADANIA
RICARDO VALE	PT
ROOSEVELT	PL
THIAGO MANZONI	PL

Justificados :

Nome Parlamentar	Partido	Texto
------------------	---------	-------

Totalização

Presentes : 12 Ausentes : 12 Justificativas : 0

Presidente

José Geraldo do S. Oliveira
Chefe do Setor de Apoio ao Plenário
Matrícula: 11409-54

07/03/2024

Relatório de Presença por Recomposição : 14ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legis

Data 07/03/2024

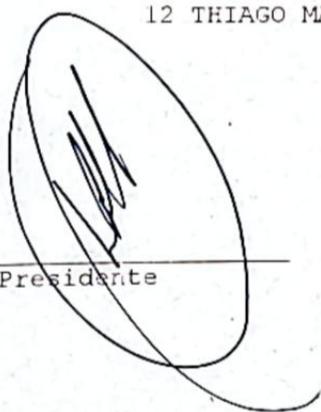
Término da Reunião às 16:00:33

Estavam Presentes

1 WELLINGTON LUIZ	MDB
2 FABIO FELIX	PSOL
3 PASTOR DANIEL DE CASTRO	PP
4 FEPA	PP
5 GABRIEL MAGNO	PT
6 ROBERIO NEGREIROS	PSD
7 MAX MACIEL	PSOL
8 EDUARDO PEDROSA	UNIÃO
9 ROGERIO MORRO DA CRUZ	
10 CHICO VIGILANTE	PT
11 JOAQUIM RORIZ NETO	PL
12 DOUTORA JANE	MDB

Estavam Ausentes

1 DANIEL DONIZET	MDB
2 DAYSE AMARILIO	PSB
3 HERMETO	MDB
4 IOLANDO	MDB
5 JAQUELINE SILVA	MDB
6 JOÃO CARDOSO	AVANTE
7 JORGE VIANNA	PSD
8 MARTINS MACHADO	REPUBLICAN
9 FAULA BELMONTE	CIDADANIA
10 RICARDO VALE	PT
11 ROOSEVELT	PL
12 THIAGO MANZONI	PL



Presidente

Ata Circunstanciada da 15ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 15ª
(DÉCIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 12 DE MARÇO DE 2024.

INÍCIO ÀS 15H

TÉRMINO ÀS 16H43MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária de terça-feira, 12 de março de 2024, às 15 horas.

Convido meu amigo, o nobre deputado Pastor Daniel de Castro, a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Bom dia, presidente. Bom dia a todos que nos acompanham pelas redes sociais e pela TV Câmara Distrital. Bom dia, pessoal na galeria. Vocês estão na casa de vocês e têm todo o nosso respeito e a admiração.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

– Ata Sucinta da 14ª Sessão Ordinária, de 7 de março de 2024.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

Quero cumprimentar nossos colegas parlamentares: deputado Pastor Daniel de Castro, nosso primeiro-secretário; deputado Chico Vigilante, nosso presidente da Comissão de Defesa do Consumidor.

Dou boas-vindas ao deputado Gabriel Magno. Graças a Deus, V.Exa. encontra-se 70% restabelecido, mas deve continuar com os cuidados – V.Exa. está mais magro que antes, está só a capa do Batman. Isso demonstra seu compromisso com a coisa pública.

Cumprimento o meu líder, deputado Iolando; a deputada Paula Belmonte; o deputado Max Maciel e os demais parlamentares.

Cumprimento também as assessoras; os assessores; a imprensa.

Quero cumprimentar os nossos futuros policiais civis do Distrito Federal. (Palmas.) Ontem, eu e a deputada Doutora Jane encaminhamos um ofício ao diretor-geral da Polícia Civil – a bancada de deputados federais também assim o fará –, para que esse processo tramite o mais rápido, inclusive alterando o orçamento. Vocês são fundamentais para a segurança pública do Distrito Federal, é muito importante que sejam contratados o mais rápido possível. Contem com o apoio desta casa. Se Deus quiser, em breve vocês estarão cuidando da segurança pública de nós brasilienses. Parabéns pela luta! Muito obrigado. (Palmas.)

Cumprimento os servidores da assistência social: sejam bem-vindos! Parabéns! Muito obrigado! Reconhecemos que o trabalho de vocês é de extrema importância. Esse trabalho tem sido muito enaltecido pelo deputado Fábio Félix e por outros parlamentares. (Palmas.)

Cumprimento em especial as pessoas pertencentes ao projeto: Mulheres contra o fascismo, pelo direito de existir e decidir. Essa é a principal bandeira desta casa. Homem é aquele que protege, aquele que cuida, covarde é aquele que agride. Precisamos separar a figura do homem da figura do covarde. A defesa da mulher é hoje a principal bandeira desta casa. Parabéns! Contem conosco, é um

orgulho tê-los aqui em defesa das mulheres. Muito obrigado. (Palmas.)

Contamos também com a presença da deputada Dayse Amarilio, que está dando uma entrevista, inclusive S.Exa. está me representando.

Há quórum para iniciarmos os Comunicados de Líderes.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno. (Pausa.)

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Peço ao deputado Gabriel Magno que aguarde um pouco, bem como ao deputado Max Maciel – que pediu a palavra para uma questão de ordem –, para pedir aos integrantes do governo que acelerem o encaminhamento desse projeto para esta casa. Há um compromisso, um acordo, e, na sessão passada, ficou acertado que o projeto estaria aqui. Então, o que se reivindica é justo, é necessário, e esta casa está pronta para aprovar o projeto no mesmo dia em que ele chegar.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente,

sem prejuízo da sessão, eu peço licença ao deputado Gabriel Magno e autorização de V.Exa. para fazermos um minuto de silêncio em memória ao Paulo Pestana, um jornalista que transitou por todos os locais desta cidade, um cronista. Certamente, todos aqueles que conhecem Brasília, já leram e ficaram impactados pela figura de Paulo Pestana, que nos deixou e foi enterrado no dia de hoje.

Eu peço um minuto de silêncio, senhor presidente, em memória desse grande guerreiro do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado. Agradeço a sua presença, o Paulo foi um amigo, tive a oportunidade de trabalhar junto com ele. Trata-se de uma perda irreparável para Brasília, bem como para a família, para os amigos, e para todos que tiveram a felicidade de conviver com ele. Muito obrigado pela lembrança, deputado Max Maciel.

Solicito a todos os presentes um minuto de silêncio, em memória ao nosso amigo, Paulo Pestana.

(O Plenário observa um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Que Deus acolha em seus braços a alma do nosso amigo Paulinho Pestana! Vá com Deus, meu amigo!

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Boa tarde a todos e todas que nos acompanham nesta sessão de terça-feira.

Senhor presidente, em primeiro lugar, quero, de fato, agradecer as palavras de todos e de todas, durante esses últimos 10 dias, que manifestaram toda a solidariedade e o desejo da minha recuperação. Eu estive afastado, na última semana, por dengue e estou quase 100%, deputado Pastor Daniel de Castro. Infelizmente, a cidade está vivendo esse colapso do sistema de saúde; e chegamos ao número de mais de 100 mortes no Distrito Federal por conta da dengue.

Então, não quero só agradecer, mas reforçar, mais uma vez, o necessário cuidado do conjunto da população. Apesar de termos falado, desde o ano passado, sobre a responsabilidade do Poder Executivo, na nossa opinião, ele tem tratado de forma desastrosa esse processo.

Antes de iniciar minha fala, quero saudar a galeria cheia, que está aqui de novo com os servidores da assistência social, os quais têm feito uma mobilização fundamental nessa cidade, presidente. (Palmas.)

Quero iniciar esta sessão com o pedido para que seja cumprido aquilo que está pactuado há muito tempo, mas que tem sido sempre atrasado. Toda semana, agora vai! Estamos aqui para reforçar o pedido que V.Exa. fez para que o Governo do Distrito Federal encaminhe logo, urgente, o processo para esta casa, a fim de que possamos votar, de uma vez por todas, a reestruturação e a necessária pauta de reivindicação que os servidores estão fazendo, que é o mínimo para poder ter e recompor o processo da assistência social nesta cidade.

Minha última fala, inclusive, neste plenário, antes do meu afastamento, foi uma denúncia gravíssima de que o próprio conselho poderia não funcionar mais, porque não havia estrutura física, não havia estrutura de pessoal. Esse é o estágio, hoje, em que se encontra a política de assistência social do Distrito Federal. Quero reforçar isso.

Eu estava conversando com os companheiros e companheiras da direção do sindicato, e a perspectiva é que esse processo chegue na sexta-feira. Que ele chegue antes para que possamos terminar a semana com uma solução definitiva que atenda um pleito tão justo e tão necessário dessa categoria tão importante para esta cidade.

Quero saudar, mais uma vez, não só a direção, mas todos os lutadores e servidores da assistência social que, bravamente, travam uma batalha em defesa dos direitos da população.

Quero também saudar a turma dos Avas e dos ACS, que têm travado também essa luta em defesa da saúde pública no enfrentamento contra a dengue. Presidente, quero cobrar de público novamente: não há mais nenhuma justificativa para o Governo do Distrito Federal não anunciar o cronograma de nomeações imediata desses servidores! Temos espaço fiscal, temos margem financeira. É preciso resolver a questão orçamentária nesta casa por conta do veto do governador; mas, mesmo sem derrubar o veto, na LDO, ainda há margem para nomear alguns. É possível que haja uma nomeação imediata. E mais do que capacidade fiscal, financeira e orçamentária, há uma urgência. Há uma urgência, esta cidade está gritando por socorro porque as pessoas ainda estão vivendo com o drama da dengue.

Nós sabemos que os Avas e os ACS são fundamentais nesse enfrentamento. Há outros servidores da saúde que também são necessários diante do colapso; mas quero, de novo, reforçar isso, porque nós chegamos hoje a 109 mortes vítimas da dengue no Distrito Federal. É um terço das mortes do Brasil inteiro. O Distrito Federal vive hoje uma tragédia na saúde e no enfrentamento à doença. Se não me engano, meu nobre colega de bancada e vice-presidente, deputado Ricardo Vale, também está com dengue, mas está presente, mostrando o compromisso, mais uma vez, da nossa bancada com esta cidade.

Quero saudar também as companheiras mulheres que, mais uma vez, marcam presença nesta casa para dizer algo que deveria ser fundamental: só existe democracia plena com a garantia do direito...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – ... do direito pleno das mulheres. E nós vivemos, hoje, uma cidade que, infelizmente, nega o direito à vida das mulheres.

O feminicídio aumenta de maneira assustadora; vários direitos são negados e não há política pública. Na semana passada, tivemos a informação de que nem o orçamento mínimo para a política de prevenção da violência contra as mulheres – que garante os direitos a elas – está sendo respeitado nesta cidade.

Portanto, deixo aqui a minha fala e a minha saudação às mulheres que, mais uma vez, ocupam este plenário pelo direito de existir, pelo direito de decidir e pelo direito de ter autonomia sobre seus próprios corpos. Coloco a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores também à disposição dessa luta.

Presidente, se V.Exa. me permitir um pouco mais de tempo, já que eu fiquei uma semana sem falar neste plenário, quero conversar com a população do Distrito Federal. Nós estamos vivendo hoje um momento, de fato, que parece que não conseguimos enxergar esperança lá na frente, porque a maior parte desta cidade, todos os dias – o deputado Max Maciel tem denunciado isso aqui também –, ao acordar, já sofre os problemas com o transporte, com a locomoção, com o desespero de ter que sair de casa para procurar emprego.

Diferentemente do Brasil, que voltou a gerar emprego e renda, o Distrito Federal anda na contramão. As famílias acordam todos os dias sem saber se o filho vai voltar para casa, se a companheira está segura, se a pessoa vai ter um bom atendimento na rede pública de saúde ou se vai

ter que esperar mais quantos meses ou anos para ser atendida na fila das creches ou no equipamento de assistência social desta cidade.

Esta cidade foi abandonada pelo governo. Os últimos 5 anos são de total destruição. Eu quero dizer à população desta cidade e aos servidores públicos que se mobilizam todos os dias para garantir um serviço público de qualidade que tenham esperança. Nós não desistimos e não vamos desistir do Distrito Federal. Falo isso para celebrar uma importante reunião que houve ontem à noite, que foi capaz de juntar 8 partidos e vários movimentos sociais para dizer que esta cidade luta muito e respira democracia e respira direitos. Nós não vamos desistir de Brasília, nós não vamos desistir do Distrito Federal! Há muitas pessoas boas nesta cidade que lutam todos os dias para nós reconstruirmos...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – ... um governo que esteja novamente reconectado com os sonhos desta cidade. Nós construiremos esse movimento.

Eu tenho certeza de que, nos próximos 2 anos, a oposição ao desastre que é o governo Ibaneis estará mais organizada e nós iremos, juntos com o governo do presidente Lula, devolver esta cidade para o seu povo, para a população do Distrito Federal. Voltaremos a colocar Brasília nos trilhos da cidade que nasceu para garantir direitos e ser vanguarda das políticas públicas deste país.

Há esperança, há muita luta acontecendo e contem com o bloco de oposição ao governo Ibaneis nesta cidade. Nós faremos muita luta e nós voltaremos a governar Brasília, para garantir serviço público de qualidade, para garantir novamente, a cada um que mora em Brasília, o direito de sonhar com uma vida melhor e de ter um governo que cuide das pessoas e não faça o que nós estamos vendo, que é a agenda da destruição, dos interesses privados e dos negócios, nos últimos anos.

Há esperança! Nós estamos muito otimistas, nós voltaremos a governar o Distrito Federal, pelo bem de Brasília, pelo bem do nosso povo.

Obrigado, presidente. Quero agradecer mais uma vez todo o carinho, toda a solidariedade de V.Exa. e do conjunto dos colegas nesses últimos dias. Que o povo do Distrito Federal se cuide! Haverá luta também para que o governo possa cumprir com a sua parte e cuidar, de fato, da população.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno. Confesso que estávamos com saudades. V.Exa. não pode ficar distante tanto tempo. Nem a direita é a mesma sem V.Exa. aqui, deputado Gabriel Magno. Precisamos muito da sua presença. Muito obrigado.

O deputado Gabriel Magno não está em 100% de suas condições, o que demonstra o seu compromisso. Agradeço-lhe as palavras. Obrigado e melhoras para V.Exa.!

Convido para fazer uso da palavra o nobre deputado Max Maciel. Antes, porém, quero só lembrar aos colegas algo importante: ontem, no Colégio de Líderes, nós decidimos que votaríamos os projetos das mulheres. Lembro que serão as mulheres que irão presidir as sessões – hoje, amanhã. Esse é um compromisso em respeito às mulheres, que tanto têm feito por este parlamento e por Brasília.

Quanto mais rápidos e objetivos formos nas falas, melhor. Logo depois dos Comunicados de Líderes, se todos concordarem, nós faremos a análise dos projetos do Executivo – salvo engano, 1 ou 2 – e passaremos a presidência às mulheres, para que nós comecemos a apreciar os projetos relativos a elas.

Esse compromisso foi firmado ontem, no Colégio de Líderes, com a concordância de todos os presentes.

Com a palavra o nobre deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Boa tarde! Saúdo todos e todas que estão no plenário, na galeria e também os que nos acompanham pela TV Câmara Distrital.

Saúdo o sindicato e todo mundo desta carreira importantíssima da assistência social, que está na ponta da cidade, fazendo o atendimento, o acolhimento daqueles que mais precisam. Sabemos do impacto causado quando, por exemplo, um Creas ou um Cras não tem qualidade de funcionamento, as filas que geram, as problemáticas que geram, sobretudo quando grande parte da população deixa de ter acesso aos serviços. Então, vocês são fundamentais.

Valorizar o trabalho e ter qualidade no dia a dia é fundamental. Nós mandamos recurso para a secretaria. Há pouco estávamos despachando com o subsecretário a fim de obtermos recurso para comprar mobiliário para as unidades, já que sabemos que existe dificuldade com relação a computadores, mesas, cadeiras, para que vocês possam ter atendimento e receber a comunidade com dignidade. E, sobretudo, o sindicato, forte e combativo, conseguiu isso. (Palmas.)

Como bem disse o nosso presidente, que o projeto chegue logo a esta casa para que possamos votá-lo.

Saúdo todos os policiais civis e os novos contratados, na esperança de que vocês também possam ajudar esta cidade na fiscalização, no cumprimento das observâncias dentro de cada território. Então, que vocês possam cumprir um bom mandato. (Palmas.)

Também saúdo os Avas e ACS aprovados que estão aqui. Sabemos da resistência que existe. Contem conosco!

Saúdo todo esse movimento das mulheres contra o fascismo e pelo direito de existir e decidir sempre. Esse movimento fundamental ao qual quero não somente saudar, mas reforçar, presidente – como V.Exa. muito bem pontuou –, que, no ano passado, fizemos também este exercício de deixar o mês de março ser presidido pelas mulheres. Devemos priorizar projetos voltados à ampliação da proteção e dos serviços de atendimento à mulher. (Palmas.)

Que pena que ainda precisamos fazer isso em pleno século XXI! Que pena que a capital do país ainda seja uma capital que amarga dados cruéis de violência contra a mulher e de feminicídio! Essa é uma luta que nós, homens, devemos abraçar, para trabalharmos internamente e socialmente a questão do machismo, desde a primeira infância, nas escolas, e com a sociedade de uma forma geral. Devemos reforçar, não somente com discurso, que as mulheres podem ser exatamente o que elas quiserem, na vida prática, na vida real.

E, quanto a isso, o Distrito Federal, infelizmente, tem amargado tristes dados, como, por exemplo, de que mais que dobramos, deputada Doutora Jane... V.Exa., como delegada, atuou fortemente contra isso em algumas áreas. Sabemos, por exemplo, dos dados do Paranoá, do quanto foi reduzida, na sua gestão, a violência contra a mulher lá, por meio do braço forte que a senhora tinha. Às vezes, essas mulheres não se sentem confortáveis sequer para fazer uma denúncia, porque não têm a garantia de que o Estado iria acolhê-las, protegê-las, de fato, desses agressores.

Enfim, temos um desafio, como sociedade, que é lutarmos contra isso.

E aqui, mesmo já tendo passado o dia 8 de março, quero reforçar um pouco esse compromisso por parte do gabinete nº 2.

A Lei nº 7.287/2023 dispõe sobre o sigilo de dados de mulheres vítimas de violência. Muitas pessoas acham que o sigilo já existe, mas não existe. Ele existe para mim, para você, que, talvez, não seja parte interessada; mas, para o agressor, que é parte interessada no boletim de ocorrência... O advogado pode, por exemplo, descobrir o endereço dela, o novo telefone dela, ou ir à escola e ter acesso à ficha cadastral do filho dela. A ideia dessa lei é exatamente fazer com que esses dados também sejam sigilosos e a mãe possa, de fato, ter a garantia e a confiança de que eles não serão explicitados e que o agressor não fique, novamente, circulando.

A Lei Complementar nº 1.032/2024, que institui uma garantia de licença de até 3 dias às servidoras públicas que sofrem graves dores durante o fluxo menstrual, causou polêmica no país inteiro. Como ainda impressiona falar sobre saúde da mulher neste país! Qualquer milímetro que se permita em saúde a favor da mulher, o povo não tolera.

É importante dizer que apenas 15% das mulheres sofrem de dores graves associadas ao fluxo menstrual. Essa lei nós fizemos com base em estudos reais, em estudos diagnosticados pela sociedade médica, em debate com as servidoras e com as mulheres. Há um projeto na Câmara dos Deputados, da deputada federal Jandira Feghali, que inclui essa medida para todas as trabalhadoras, porque a dor é horrível, certamente. A minha mãe sofria muito com isso, a ponto de não enxergar de tanta dor. Há outras que nós conhecemos...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – ... que chegavam a desmaiar.

Muita gente acha que a lei já está aí: "Ah, elas podem tirar o atestado". Isso não é uma verdade, porque o atestado, durante o fluxo menstrual, para as mulheres que trabalham, é de comparecimento. Os homens, que não podem sentir uma dor de cabeça que acham que já estão

morrendo, não têm noção do que é o impacto dessa dor quando elas vão tirar um atestado. Detalhe: não é um atestado para ficar em casa, é um atestado apenas para dizer que ela compareceu com dor, porque, no outro dia, ela tem que voltar a trabalhar.

O que nós estamos querendo é dar dignidade àquelas que mais sofrem para ficarem até 3 dias em casa. Ela pode sofrer só 1 dia ou 2 dias, mas pode ficar até 3 dias, tendo condição e qualidade de vida, até para ela não passar mal no trabalho ou, às vezes, ter que se esconder do seu chefe. Sem contar aquelas que ainda têm vazão de fluxo menstrual muito grave. Algumas chegam a usar fralda.

Esse é um compromisso nosso para o atendimento das mulheres, escutando-as de fato.

Nós esperamos que o Governo do Distrito Federal não judicialize essa lei. Nós achamos que fazer isso seria demais, sobretudo no mês das mulheres.

Para concluir, presidente, a outra lei que conseguimos aprovar, de fato, institui a política de proteção à mulher e a igualdade de gênero no âmbito da administração pública direta e das autarquias do Distrito Federal.

O que nós estamos tratando nessa lei é que, por exemplo, todos os aprovados da Polícia Civil, os Avas e ACS, os futuros aprovados ou os aprovados da assistência social também façam o curso que está escrito no Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, para que todo servidor público saiba o direito das mulheres e entenda a importância da política para as mulheres. (Palmas.)

Essa lei garante, por exemplo, que aqueles profissionais condenados pela Lei Maria da Penha possam responder a um PAD mais rápido e, quiçá, ser logo expulsos da administração pública, porque não condizem com ela. Nós não podemos permitir que agressor tenha todas as vantagens e se esconda perante a lei. Há coisas difíceis de se dizer, mas é isso mesmo. Nós estamos aqui para colaborar neste sentido.

Por fim, presidente, esse é o nosso compromisso não só com o mês da mulher, mas, sobretudo, com o ano. Estou aprendendo com as minhas companheiras deputadas, a quem eu quero saudar: deputada Doutora Jane, deputada Paula Belmonte, deputada Jaqueline Silva e a nossa deputada Dayse Amarílio, do bloco PSOL-PSB, uma guerreira na perspectiva da saúde.

Assim eu encerro minhas palavras, saudando este mês.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Deputado, há uma análise que precisamos fazer. A população, em especial as mulheres, não estão preocupadas em saber quem apresentou a lei ou não; o importante são os efeitos dela, o importante é proteger essas mulheres. Eu acho que é isso que precisamos levar em conta. Essa é a questão. Se o governo entende que há um vício de iniciativa, que mande um projeto no qual V.Exa. seja coautor. O que não se pode é tirar esse direito das mulheres. Nós não podemos tirar esse direito da população.

Portanto, de público, parablenizo V.Exa. pela lei hoje promulgada por esta casa.

Ontem o Gustavo esteve aqui e acho que interagiu muito bem com esta casa. O Gustavo tem conseguido fazer esse papel junto com a equipe dele, o Maurício e todos os demais.

É importante que haja essa sensibilidade. Para a população, não interessa se foi o deputado Wellington Luiz, se foi o deputado Max Maciel, se foi o deputado Gabriel Magno, o deputado Chico Vigilante, o deputado Pastor Daniel de Castro ou o deputado Ricardo Vale. Isso não interessa! A ela interessa que existe uma lei que a protege, que garante o direito dela numa matéria tão importante, principalmente, quando diz respeito às mulheres, num momento tão sensível como esse. Por isso insisto que hoje precisamos começar a votar e a aprovar projetos de interesse das mulheres.

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao nobre deputado Iolando, meu líder, representando a direita da cidade.

Ele estava sem graça, deputado Gabriel Magno. Ele olhava para a sua cadeira vazia. Eu não lembro de ele ter feito um só pronunciamento quando V.Exa. estava ausente.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Quase nem briguei aqui mais. Estava esperando V.Exa. chegar. Ainda bem que V.Exa. está bem.

Presidente, obrigado pela oportunidade.

Cumprimento nossos amigos, nossos companheiros aqui, todas as pessoas da galeria, que vieram mais uma vez prestigiar esta casa e reivindicar os seus direitos.

Neste momento, presidente, quero anunciar que acabei de protocolar nesta casa um projeto de lei muito importante, que trata da telemedicina.

Temos vivido momentos muito difíceis no Distrito Federal e no país. Recentemente tenho visto relatórios de que os hospitais particulares e públicos estão extremamente lotados, deputado Pastor Daniel de Castro, por causa dessa epidemia que estamos vivendo agora. Estamos vivendo um caos na saúde pública, algo bastante trágico.

Como o deputado Gabriel Magno falou à frente agora há pouco, já são mais de 100 pessoas no Distrito Federal que vieram a óbito. Isso é triste para nós e vemos que realmente é uma situação que tem deixado desconfortável toda a sociedade, bem como a rede pública e a rede privada de saúde do nosso Distrito Federal. Como disse o governador numa entrevista, colapsaram os sistemas de saúde pública e de saúde privada do Distrito Federal, algo alarmante.

Com isso, eu protocolei nesta casa um projeto que diz respeito ao serviço de telemedicina. Eu vou ler a minuta do projeto de lei, o qual é bastante abrangente.

Com sentimento profundo e compromisso de saúde e bem-estar da nossa população, especialmente em momentos tão críticos como o que vivenciamos durante a pandemia e epidemias, e com base nessa responsabilidade, tenho a honra de anunciar que protocolamos um projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação e regulamentação de serviços de telemedicina.

Este projeto nasce da constatação de que, durante os períodos de pandemia e epidemia, em momento de crise sanitária, como o que vivenciamos agora com a dengue, o acesso ao sistema de saúde pode se tornar um desafio ainda maior para a nossa população.

A experiência global com a pandemia da covid-19 nos mostrou que é possível e necessário buscar alternativas inovadoras e seguras para garantir a continuidade do acesso do serviço à saúde para toda a população.

A telemedicina emergiu como uma dessas ferramentas valiosas, capaz de desafogar nossas unidades de saúde e de promover diagnósticos precoces e o acompanhamento eficaz da saúde, além de reduzir significativamente a transmissão de doenças contagiosas.

Esta proposta de lei busca tornar obrigatória a oferta de serviços durante os períodos mais críticos, assegurando que nenhum cidadão do Distrito Federal fique sem acesso às orientações médicas por limitações de deslocamento ou superlotação dos hospitais.

Nosso projeto estabelece diretrizes claras para a operacionalização do serviço de telemedicina, incluindo os horários de funcionamento, os critérios para atendimento prioritário e a utilização de plataformas digitais seguras. Destaco que o tratamento prioritário obrigatório é para as pessoas com deficiência, garantindo assim, ainda mais, a inclusão e o acesso equitativo ao serviço de saúde do Distrito Federal.

Compreende-se que a regulamentação da telemedicina é um passo fundamental para a modernização e a humanização do nosso atendimento de saúde pública, adaptando o nosso sistema às necessidades reais da população, especialmente em situações de emergência sanitária. Por isso, este projeto também prevê a capacitação contínua dos profissionais de saúde envolvidos, assegurando a quantidade e a eficácia dos serviços oferecidos.

Peço a todos os colegas desta casa, aos meus amigos e parceiros que comungam do objetivo de tornar a vida do cidadão ainda melhor – e esta casa tem feito diferença nessas mudanças, com os projetos e melhorias – que se unam a nós para que este projeto passe pelas comissões, passe por esta casa, obtenha aprovação e assim haja um menor número de atendimentos diretos nos hospitais e com acompanhamento por meio do serviço de telemedicina.

Eu tenho certeza de que vamos fazer um atendimento mais eficaz à população, com maior rapidez, com maior agilidade. Eu acredito que nós, capacitando, treinando os profissionais para este atendimento...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO IOLANDO – Para concluir, senhor presidente.

Eu tenho certeza de que nós vamos reduzir o número de pessoas nas filas dos hospitais, tanto públicos quanto privados, e, assim, haverá maior atenção a essa população que tanto está sofrendo

neste momento tão difícil que o nosso país está vivendo.

Coloco-me à disposição. Espero, senhor presidente, senhores deputados, que tenhamos a ciência e a noção de o quanto é valioso este projeto de lei para todo o Distrito Federal. E, quanto mais rápido ele for aprovado, mais rápido haverá celeridade na execução desse programa de telemedicina para todos os moradores do Distrito Federal.

Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Iolando, nosso líder.

Quero dar as boas-vindas e agradecer a presença da diretoria do grupo Via Sacra. Muito obrigado. Parabéns pelo trabalho que vocês fazem! Eu sou católico e vou estar lá também, prestigiando-os. Sei que essa é uma festa maravilhosa da nossa igreja. Parabéns pelo trabalho de vocês!

Quero lembrar que o deputado Pepa teve o cuidado de conversar com cada um dos parlamentares. Então, todo o apoio que houve, deputado Pepa – e houve muito –, foi exatamente, primeiro, porque o senhor é um político sério, um amigo carinhoso, jeitoso e sabe fazer solicitações. Eu acho que V.Exa. deu um exemplo de como se conquistam os objetivos para que, na ponta, esse pessoal possa fazer o trabalho deles bem.

Fica aqui o nosso agradecimento a todos. Que seja mais um sucesso de muitos que nós já presenciamos. Tenho certeza de que isso será um sucesso.

Agradeço a todos os parlamentares pelo apoio que foi dado, mas, em especial, ao deputado Pepa, por tudo o que o senhor fez e pela forma como conduziu o trabalho.

DEPUTADO PEPA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero ressaltar que esta casa tem um papel importante para a realização da Via Sacra. São 51 anos de história, de formação de jovens, de evangelização.

Obrigado, presidente. As palavras de V.Exa. só fortalecem a caminhada. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado. Nós que agradecemos. Mais uma vez, parabéns, de público, à forma como V.Exa. conduziu a situação, dando condições a esses homens e a essas mulheres para que representem tão bem um momento tão importante para a fé cristã. Obrigado. Que Deus o abençoe.

Sejam muito bem-vindos. Vocês estão em casa. Até o dia da apresentação, estaremos lá.

O deputado Pepa disse que vai pagar os 3 dias de almoço em que estivermos lá. Ainda estou para ver a cor do dinheiro desse homem. Que seja operado mais esse milagre pelas mãos de vocês. (Risos.) Muito obrigado.

Pergunto se a deputada Paula Belmonte deseja fazer uso da palavra agora. Se não, passarei a palavra para o deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, deputado Wellington Luiz, amigo do meu coração. Aonde eu ando, sempre carrego o nome do senhor. Falo que uma das graças que Deus me deu foi ser amigo de V.Exa. e hoje poder ser presidido por V.Exa., que, brilhantemente, conduz esta casa, com todos os deputados e deputadas. Isso é muito honroso para nós.

Deputado Ricardo Vale, deputados e deputadas presentes, servidores, profissionais da imprensa, cidadãos que nos acompanham pela TV Câmara Distrital e pelas redes sociais, boa tarde a todos!

Hoje faço uso desta tribuna, nesta tarde, para compartilhar com V.Exa. uma reflexão que reputo bastante pertinente para os dias atuais. Nós vivemos um tempo de grandes desafios; de problemas sociais cada vez mais complexos; de aumento de criminalidade; de crescimento significativo e preocupante de casos de depressão e suicídio – inclusive, entre jovens e crianças –; de uso de drogas por pessoas cada vez mais jovens; de gravidez precoce; de recrudescimento dos casos de feminicídios; de um modelo educacional que, ano após ano, apresenta resultados pífios, com relação à

efetiva escolarização – mecanismo esse que forneceria às próximas gerações as ferramentas necessárias ao empreendedorismo e ao mercado de trabalho como um todo.

Por outro lado – e conforme matéria veiculada pelo portal Metrôpoles do dia 12 de março de 2024 –, esta casa aprovou, nos últimos 5 anos, 1.039 leis, o que significa basicamente quase 2 leis aprovadas por cada sessão ordinária desta casa. Senhoras deputadas e senhores deputados, essa mesma excelente produção legislativa também acontece em diversos outros parlamentos brasileiros e, quando analisamos a produção legislativa do Congresso Nacional, os números também são extremamente expressivos.

Agora, adentrando o ponto principal da minha fala desta tarde, quero dizer que, talvez, estejamos concentrando esforços no enfrentamento da gravidade dos fatos que afligem as relações sociais, o que é muito válido, mas, por outro lado, ainda não compreendemos as causas desses problemas, ou seja, trabalhamos com excelência no enfrentamento dos fatos que impactam a sociedade, mas ainda não produzimos o suficiente para evitar que tais eventos ocorram.

É nesse ponto que faço uma menção importante à família, à família tradicional. Trata-se, senhoras e senhores deputados e sociedade civil que assiste a nós neste momento, de uma estrutura essencial à própria sobrevivência da espécie humana, e sua importância e seu significado podem ser explicados sob 3 perspectivas. Do ponto de vista criacionista e teológico, Deus fez homem e mulher e, uma vez criados ambos solidariamente, sem competições ideológicas e com o firme propósito de continuidade e plenitude de vida, constituíram uma família.

Nessa primeira análise, já se percebe, com muita facilidade, a sabedoria de Deus manifestada na criação da humanidade. Aqueles 2 indivíduos, então criados separadamente, tornaram-se um só corpo para que encontrassem o equilíbrio necessário à conquista de seus próprios sonhos. Certamente que a convivência de um casal nem sempre é fácil, mas o esforço mútuo vale muito a pena e não há realização maior do que transformar sonhos em realidade ao lado de quem partilha o mesmo projeto. Como é bom viver isso como família; como é bom compartilhar com o nosso cônjuge os nossos anseios, as nossas necessidades, os nossos choros; como é bom quando a nossa mesa é recheada pelos nossos filhos e, com eles, partilhamos todas as coisas no final de um dia de muita luta e de muita labuta. Filhos que convivem em um ambiente familiar saudável dificilmente serão seduzidos por um modelo de vida desregrada e irresponsável, o qual – bem sabemos – é a porta de entrada para os atos de violência, para a prática de abusos, para a aquisição de vícios e para a imersão na criminalidade.

Do ponto de vista arqueológico, foi a união solidária entre homens e mulheres que permitiu à humanidade chegar a este século XXI. Portanto, é preciso muito cuidado com discursos e teorias inovadoras que transformam homens em inimigos, mulheres em objetos, filhos em pesos desnecessários, que incutem nas gerações mais novas a ideia absurda e equivocada de que o casamento é uma instituição falida. Não é. O casamento é algo sagrado que nasceu no coração do Deus soberano.

Senhor presidente, compartilho com os nobres parlamentares a terceira perspectiva da importância da família tradicional e, neste ponto, falo de nossa própria Constituição federal. Quando observamos o preâmbulo da nossa carta magna, percebemos que, conscientemente, os constituintes estabeleceram uma ordem sistêmica de exercício de direitos e definiram o segundo princípio sobre o qual as relações sociais devem se estabelecer.

O primeiro princípio, considerado por alguns doutrinadores como o princípio dos princípios: a sociedade organizada é a própria democracia, ferramenta inafastável e balizadora das ações dos agentes políticos – princípio este que, aliás, me permite estar nesta tribuna, neste momento, defendendo os valores de um segmento da sociedade que me confiou este mandato.

Eu tenho andado por aí, no domingo, estive em um grande culto de celebração da família aqui no Setor Sudoeste, com o pastor Iron. Que coisa extraordinária poder estar naquela igreja, ouvir ministração para casais, sedimentação e fortalecimento das famílias.

O segundo princípio está descrito no preâmbulo, conforme dito. É harmonia social. O que pressupõe o exercício de direitos, na justa medida do cumprimento de deveres, ou seja, nenhuma vontade individual subsiste sem o necessário cumprimento de deveres, dentre os quais, o respeito às demais vontades presentes nas relações sociais. Respeitamos todas as pessoas, tudo o que elas falam, todos os tipos de famílias que elas introduzem na sociedade. Nós respeitamos e iremos respeitar, mas uns defendem um lado e nós defendemos esse outro lado que é a família tradicional.

Nesse ponto, faço menção à ordem sistêmica mencionada há pouco, a qual estabelece precedência de exercício de direitos; o preâmbulo de nossa carta magna, senhoras e senhores

parlamentares e sociedade civil que nos acompanha neste momento, posiciona os direitos sociais à frente dos direitos individuais, constatação que ratifica os argumentos ora apresentados.

Portanto, do ponto de vista do exercício de direitos em uma sociedade organizada, e na perspectiva de um Estado constitucionalmente estabelecido, a regra é a preservação da harmonia social, a qual pressupõe igualdade de direitos, na justa medida do cumprimento de deveres, para todos, e indistintamente.

Mas há uma instituição que se situa acima até mesmo desses princípios basilares; essa instituição antecede a existência da própria sociedade, e precede, por conseguinte, à criação do próprio Estado e, exatamente por esse motivo, deve ser protegida, incentivada e resguardada de qualquer ameaça. Fala-se, obviamente, da família, gênese de nossa existência, base da sociedade, e estrutura a qual, uma vez saudável, é capaz de reduzir drasticamente todos os conflitos mencionados no início desta minha fala.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Terminando, presidente.

Exatamente por esse motivo, o art. 226 de nossa Constituição federal reconhece sua importância e admite a obrigação de colocar a família a salvo de qualquer risco que potencialmente a ameace.

Talvez, senhor presidente, resgatar os valores da família e protegê-la dos ataques que visam destruí-la seja a pauta que devemos abraçar como estratégia eficiente de combate à deterioração de nossa sociedade. Aqui, vale observar que nossa Constituição, inclusive, nos impele a esse cuidado.

Já finalizando esta minha fala, considero importante fazer menção, ainda, ao art. 205 de nossa Constituição, pois, se dedicarmos atenção a esses comandos constitucionais, muito provavelmente responderemos com maior efetividade às questões que nos desafiam nesta segunda década do século XXI. Esse artigo determina que a educação...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – ... é dever do Estado e da família. E, por isso, a família deve ser ouvida sempre e de modo inegociável.

Portanto, presidente, família é a base de tudo. Família é a base de tudo. Respeitamos todos os tipos de família. Quero aqui deixar isso extremamente claro. Essa minha fala não é fala de ataque, mas é a fala de uma defesa de fé, daquilo em que eu acredito.

Finalizo, presidente, dizendo que, se a família é forte, o Estado é forte. Com a família forte, a sociedade é forte. E muitos valores que estamos vendo ruir, que estão se degradando, é pelo princípio de que a família tem sido deixada para segundo plano: filho não obedece mais aos pais, pais não se preocupam com o filho, guerra entre irmãos; e a sociedade vai ruindo, vai se desgastando. As pessoas não estão observando que estamos abrindo mão de um valor inegociável para Deus e para a Constituição.

Família é algo saudável, família vem do coração de Deus e, constitucionalmente falando, família é a base de uma sociedade justa, igual, plural, mas de respeito e de observância aos seus direitos e aos seus deveres. Portanto, viva a família! Viva a família de Deus! Foi Deus que disse: "Deixará, portanto, o homem seu pai e sua mãe, e unirá-se à sua mulher e serão, ambos, uma só carne". E deu a eles o poder de crescer e de multiplicar. Família é tudo! Que possamos defender as nossas famílias!

Muito obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, deputado Pastor Daniel de Castro! É um prazer ouvir V.Exa. Muito obrigado mesmo. Parabéns!

No que diz respeito à família, V.Exa. tem o nosso apoio.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Convido o nobre deputado João Cardoso a fazer uso da palavra. Depois do deputado João Cardoso, falará o deputado Chico Vigilante.

Se pudermos já passar para a Ordem do Dia, para podermos começar a votar os projetos relativos às mulheres, agradeço.

Há ainda um pedido de uso da palavra do deputado Rogério Morro da Cruz. V.Exa. fará o comunicado, deputado Rogério Morro da Cruz.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Cumprimento V.Exa., todos os parlamentares, aqueles que estão na galeria também.

Presidente, estamos no mês da mulher. Hoje, venho fazer uma homenagem a uma servidora da saúde, a Marieta Ferraz, que é dentista e serviu, durante muitos anos, a UBS 1 de Sobradinho, onde os meus filhos sempre foram atendidos. Nós o chamávamos de postinho da quadra 14.

A Marieta é uma mulher forte que nasceu em Uberlândia. Uma mineira que veio para Brasília muito jovem e, em 1991, ingressou no serviço público, na Secretaria de Saúde, servindo com muito afinco na área de odontologia.

Ela chegou a ser chefe da Odontologia Regional de Sobradinho por mais de 5 anos e, durante os 18 últimos anos de sua carreira – este é um grande detalhe, deputado Iolando –, dedicou-se exclusivamente a atender PcDs, Pessoas com Deficiência. Ela fez cursos, aprimorou-se para fazer esses atendimentos.

Uma coisa muito interessante e que chamava a atenção era o amor com que ela fazia isso, a dedicação que ela tinha ao atender, na odontologia, pessoas com deficiência. Nós, que não somos PcD, vamos ao dentista e, muitas vezes, ficamos dando trabalho para o dentista, imaginem as pessoas com deficiência. Mas ela tinha essa calma, esse amor ao próximo.

Então, fico muito feliz em fazer esta homenagem a Marieta Ferraz, que hoje está indo para a sua aposentadoria merecida. Todos aqueles que passaram pelas suas cadeiras fizeram contanto comigo: os pais dessas crianças, os jovens portadores de deficiência física. Fico feliz de saber que nós temos servidores públicos da saúde que se dedicam como a Marieta Ferraz.

Eu só tenho, mais uma vez, que pedir a Deus que possa abençoar a sua aposentadoria, Marieta Ferraz, pois você tem muitos admiradores na cidade, você tem muitos admiradores PcDs, muitos pais, e também todos seus amigos servidores da UBS 1 de Sobradinho. Que Deus a abençoe. Que você tenha seu descanso, como servidora, merecido.

Também, presidente, eu gostaria de agradecer ao governo federal, que criou mais 100 unidades dos institutos federais, contemplando várias cidades. Em Brasília, nós temos 2 cidades que serão contempladas: uma será Sobradinho, para a qual, desde 2022, eu pedia um instituto federal. Serão 2 cidades contempladas, deputada Paula Belmonte: uma será Sobradinho, na saída norte, onde não há *campus* do IFB; e também teremos no Sol Nascente, que é outro extremo.

Fico feliz em saber que o GDF fez esse fomento e que o governo federal está tendo esse olhar para criar ainda mais unidades, *campi*, que possam dar oportunidade de os jovens terem acesso ao ensino.

Presidente, abordo uma questão que muitos não sabem, mas que eu gostaria muito que soubessem: nós temos um distanciamento entre a remuneração recebida na Secretaria de Educação pelos diretores de escolas fundamentais e de escola infantil com os de ensino médio, sendo que as responsabilidades e também as exigências desses diretores são idênticas.

Eles são responsáveis por todo o patrimônio físico da escola, pela escola em si, o prédio, como tudo o que ali existe. Eles são responsáveis por todos os professores, são responsáveis por todos os servidores, são responsáveis por todos aqueles terceirizados, são responsáveis a responder para todos os pais e são responsáveis por todos os alunos. O salário desses diretores é totalmente diferente daqueles que têm escolas de nível médio, do novo ensino médio. Eu não estou desmerecendo aqueles que têm as mesmas responsabilidades.

Nada melhor do que o governo se atentar com a documentação que nós mandamos, com toda a exposição de motivos, pedindo essa isonomia entre os diretores de escolas de ensino infantil e também fundamental com os de escola de ensino médio.

E, por mais uma vez, eu venho, presidente, pedir... O GDF ficou de mandar para a Câmara Legislativa, no ano passado, um projeto de lei, porque foi dado aumento de 25% para todos os comissionados do GDF, menos para quem? Para os diretores, que são cargos comissionados; para os vice-diretores de escolas, que são cargos comissionados; para os chefes de secretarias, que são cargos comissionados; para os supervisores, que são cargos comissionados; e, para os coordenadores. Há mais de um ano que nós estamos pedindo esse aumento e o GDF falou que faria isso, que mandaria para cá projeto referente a isso.

Gente, o menor salário recebido como cargo comissionado, hoje, no governo do Distrito

Federal...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – ... é o de diretores, vice-diretores, supervisores, coordenadores e chefes de secretaria. E olhem a responsabilidade que esses servidores têm!

Então, mais uma vez, peço ao governo que encaminhe o projeto de lei, aumentando o valor para esses cargos em 25%, fazendo-lhes jus como foi feito em relação aos cargos comissionados do Distrito Federal.

É isso, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado João Cardoso. Parabéns pelo pronunciamento.

Com a palavra o nobre deputado Chico Vigilante. Na sequência, concluiremos com o deputado Thiago Manzoni, lembrando que há uma questão de ordem do deputado Rogério Morro da Cruz, logo na sequência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, aconteceu um fato muito importante no dia de hoje. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela manhã, lançou o projeto de construção de 100 novos institutos federais de educação em todo o Brasil, abrangendo os 26 estados e o Distrito Federal.

Em Brasília, existia um projeto elaborado e trabalhado pelo Conciane, que foi reitor do Instituto Federal de Brasília, e pelo Chico Póvoas, concedendo mais 2 institutos federais para Brasília. Agora, o presidente atendeu ao pedido. Portanto, nós teremos mais 1 instituto no Sol Nascente – o Sol Nascente passará a ter 1 instituto federal – e 1 em Sobradinho. São cerca de 2 mil e 800 vagas de ensino abertas, que são muito importantes. Ao todo, serão 140 mil vagas abertas pelo governo federal.

Aí é que eu vejo, presidente, que vale a pena governar, mas governar para o povo. Eu conversei com V.Exa. sobre essa união que existe entre partidos que dão sustentação ao governo Lula: passa pela ministra Simone Tebet, passa pelo ministro Haddad, pelo ministro da educação, Camilo, e nós estamos vendo agora o benefício para a nossa população.

Portanto, está de parabéns o presidente Lula pelo lançamento da construção desses 100 novos institutos federais de educação em todo o território nacional, sendo 2 para Brasília: um para Sobradinho II e outro para o Sol Nascente.

Outro ponto que eu quero abordar, presidente, é com relação ao maltrato que é dispensado a trabalhadores terceirizados da Secretaria de Saúde do Distrito Federal por parte de 2 empresas: a Aval e a Ipanema. Eu anunciei aqui que os trabalhadores fariam greve caso o pagamento atrasasse. O pagamento atrasou e o Governo do Distrito Federal, no sábado, em vez de punir as empresas, entrou na justiça do trabalho pedindo a ilegalidade da greve. O presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Distrito Federal certamente foi mal-informado no processo. Ele não viu que se tratava de atraso de pagamento, porque atraso de pagamento é crime e ele jamais daria uma liminar se soubesse que era atraso de pagamento.

Os trabalhadores mantiveram a greve, passou-se segunda e, hoje, depois de um trabalho feito – eu quero louvar a atitude da Gláucia e da secretária de saúde do Distrito Federal, que atenderam o nosso pedido –, está-se em vias de punir a empresa, foi liberado o recurso e os trabalhadores começaram a receber nesse momento.

Portanto, parabéns aos vigilantes que se impuseram, como uma categoria respeitada, e parabéns aos sindicatos dos vigilantes pela luta que está sendo travada.

Por último, presidente, eu, V.Exa. e os demais deputados estamos o tempo todo aqui cobrando a nomeação dos policiais civis, é uma cobrança geral que fazemos. Já tive oportunidade de conversar com muitos que fizeram o concurso e depois fizeram o curso de formação. A verdade é que há muitos que estão com a vida atrapalhada porque tinham emprego fixo, tinham seus salários, acreditavam num sonho, fizeram o concurso, vieram para Brasília e agora estão desempregados.

O Estado não pode punir as pessoas. Nós precisamos desses homens e dessas mulheres contratados. E não adianta ficar contratando a conta-gotas, porque o crime não age a conta-gotas; o crime age no geral! Por isso, é fundamental e urgente a contratação de vocês, para ajudar, efetivamente, na segurança da comunidade. (Palmas.)

Portanto, presidente, eles têm todo o meu apoio, porque se não contratarem vocês...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Presidente, deputado Wellington Luiz, V.Exa. é policial. Se não contratarem esses homens e essas mulheres, daqui a alguns dias, as delegacias vão estar desertas. Você vai chegar lá e não terá como registrar uma ocorrência. O cabra vai lá, mata a mulher e não há quem o prenda.

Isso não pode continuar. Vocês têm todo o meu apoio e solidariedade. Vamos cobrar do governo a contratação.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, deputado Chico Vigilante. Quero testemunhar a luta que V.Exa. tem empreendido em favor desses policiais. Para vocês que vão entrar na polícia, é bom que saibam um pouco da história. Quando houve o tiroteio aqui, no Distrito Federal, histórico, o deputado Chico Vigilante, à época deputado federal, foi uma das pessoas mais importantes na solução daquele problema.

Então, fica aqui, Chico, sempre o meu agradecimento pelo que V.Exa. fez pelos policiais civis. Se nós temos a gratificação de operações especiais, V.Exa. foi fundamental naquelas tratativas, no histórico tiroteio, quando tivemos a oportunidade de estarmos juntos. Sempre que eu puder, vou parabenizá-lo. É bom que os que estão entrando na polícia saibam o papel que V.Exa. teve nessa importante luta.

Então, o meu muito obrigado. Obrigado pela luta de sempre. Parabéns, deputado.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni, último líder a falar. Depois ouviremos o deputado Rogério Morro da Cruz, que pediu a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde aos demais parlamentares, às equipes de assessoria, ao pessoal que assiste a nós aqui da galeria, pelo YouTube e pela TV Câmara Distrital.

A educação talvez seja, da forma como é interpretada no Brasil, um dos maiores desafios deste momento da nossa história. Pelo que se tem visto, ao passo que os pais ensinam os seus filhos uma direção, as escolas têm atuado e trabalhado, muitas vezes, para ensinar outra direção, principalmente no que diz respeito a costumes, moral, ética e religião.

O Plano Nacional de Educação, que deve vigorar pelos próximos 10 anos no Brasil, tem um documento de referência que é tenebroso para as famílias brasileiras. É o Estado brasileiro trabalhando por meio das suas escolas, isto é, formando uma geração inteira de alunos contra os costumes conservadores, contra a religião cristã, contra o agronegócio, contra a liberdade de escolha e a liberdade econômica.

O que a Conferência Nacional de Educação produziu é, na verdade, um panfleto ideológico e identitário, que pretende utilizar as escolas para destruir o que as famílias ensinam. Isso precisa ser discutido. Isso precisa ser debatido. Por isso, nós marcamos para a próxima segunda-feira, às 19 horas, neste plenário, uma audiência pública para que possamos discutir os rumos da educação do Brasil e do Distrito Federal.

Aproveito esta oportunidade para convidar você, pai ou mãe de aluno, cidadão do Distrito Federal, professor do Distrito Federal, para comparecer a essa audiência pública para que possamos discutir o que foi estabelecido pela Conferência Nacional de Educação.

Agora, eu me volto para a população do Distrito Federal, para falar sobre os nossos parques, nossas ruas, nosso metrô, nossos equipamentos públicos em geral. Imagine se a Coca-Cola, o Google, o Facebook e outras grandes empresas pudessem nomear parques, estações de metrô, espaços públicos e pagar pela infraestrutura deles. Imagine a qualidade dos parques que teríamos. Imaginem onde as nossas crianças iriam brincar. Imagine como seriam as nossas calçadas e quadras poliesportivas. Isso valeria para cada região administrativa do Distrito Federal, da mais pobre até a mais rica. Seria possível haver muito mais qualidade dos espaços públicos do que há hoje.

Foi promulgada uma lei de minha autoria que permite a essas empresas fazerem aportes financeiros para que os espaços públicos sejam transformados em espaços de qualidade, onde possamos conviver de maneira melhor, com maior excelência e qualidade de vida para nós e para as nossas crianças.

Eu gostaria que você conhecesse isso no meu *site*, thiogomanzoni.com.br, e acompanhasse como essa lei vai se desenrolar e como sua implementação vai se dar no Distrito Federal.

É possível haver uma cidade melhor. É possível haver espaços públicos melhores, e nem sempre isso depende do Estado exclusivamente. É possível para a iniciativa privada transformar a nossa cidade em um local melhor para se viver.

Presidente, eu agradeço a oportunidade e encerro fazendo coro com V.Exa. e pedindo a nomeação do pessoal da Polícia Civil do Distrito Federal. (Palmas.) A nomeação deles é imprescindível para que o bom trabalho da Polícia Civil daqui continue a ser prestado.

Na sua pessoa, presidente, eu homenageio todos os policiais civis do Distrito Federal que já estão em atuação e aqueles também que serão nomeados. Parabênzo a todos pelo excelente trabalho que prestam à população do Distrito Federal.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni. É importantíssimo o seu apoio.

Só registrando, deputado, há 10 anos, nós éramos pouco mais de 5 mil policiais, o que já era insuficiente. Passados 10 anos, a criminalidade aumentou, a população aumentou, e nós somos pouco mais de 3 mil. Então, a contratação desses policiais se faz necessária de forma urgente. Muito obrigado pelo apoio de V.Exa.

Encerramos agora os Comunicados de Líderes. Iniciaremos e encerraremos o Comunicado de Parlamentares.

Estou pedindo e, mais uma vez, reforço que hoje acordamos que votaremos os projetos das mulheres. Nossos gestos falam mais do que as nossas palavras. Portanto, é importante que todos os parlamentares estejam aqui para votar os projetos.

Passarei a presidência para as mulheres, valorizando-as, porque elas são extremamente importantes para esta casa. Nossa principal bandeira é a proteção e a garantia do direito das mulheres.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Se todos concordarem, estão encerrados os Comunicados de Parlamentares. (Pausa.)

Estão encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Passarei a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz, ao deputado Pepa, ao deputado Gabriel Magno e ao deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ – Senhor presidente, pode conceder a palavra ao deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz.

Mais uma vez, eu ressalto aqui a importância desta casa na realização de atividades e eventos históricos no Distrito Federal. Hoje, mais ainda com as palavras do presidente, ressalto a encenação realizada no morro da Capelinha, em Planaltina. São 51 anos de espetáculo, evangelização, formação de jovens, uma educação fora do comum.

Ressalto aqui a Via Sacra das Crianças, que, há 30 anos... E, neste ano, o menino que fará o papel de Cristo foi formado na Via Sacra da Criança.

Eu me lembro do primeiro cenário da Via Sacra da Criança, há 30 anos. Fui o responsável por criá-lo. E também ressalto que neste ano foi publicada a Lei nº 7.405, da minha autoria. Essa lei trata do turismo religioso no Distrito Federal, fortalecendo ainda mais esses eventos que são consagrados e que são patrimônio do Distrito Federal.

Muito obrigado a todos os deputados. Agradeço todos vocês pelo carinho e pelo respeito por quem faz a história dentro do Distrito Federal.

Obrigado, senhor presidente. Obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pepa. Mesmo depois da

gracinha, V.Exa. autoriza a concessão da fala para o deputado Rogério Morro da Cruz?

DEPUTADO PEPA – Eu autorizo, presidente. Ele precisa muito falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Então, havendo a autorização de V.Exa., concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhor presidente. Boa tarde, senhoras e senhores deputados. Para mim é uma honra dizer, presidente, que também já sou avô. Não sou tão novo assim.

Presidente, venho nesta oportunidade discorrer sobre o Projeto de Lei nº 973/2024, de autoria do Poder Executivo, por meio do qual o Governo do Distrito Federal solicita a esta casa a autorização para prestar contragarantia no processo de contratação de operação de crédito externo a ser tomado pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, a Caesb, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, destinado a financiar o Programa de Saneamento Ambiental da Caesb, Projeto BR-L1616.

Na exposição de motivos encontra-se afirmado que o programa em questão é de suma importância para a população do Distrito Federal e para a Caesb, pois permitirá a implementação de um conjunto de ações tendo por objetivo geral minimizar os aspectos socioambientais e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população por meio da ampliação e da melhoria do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário da Caesb.

Entretanto, senhor presidente, observamos que os recursos destinados a São Sebastião são mínimos, quase irrisórios. Dos 120 milhões de dólares a serem tomados junto ao BID, apenas 625 mil dólares serão destinados à cidade, presidente. Esse valor, convertido para a nossa moeda, representa pouco mais de 3 milhões de reais.

Ressaltamos que esse valor servirá tão somente para implementar melhorias na Adutora H-70, que reputamos importante, senhor presidente, mas São Sebastião necessita de mais que isso tendo em vista que praticamente a metade da cidade não conta com rede de água potável e de esgotamento sanitário – benefícios que vêm sendo reivindicados pela comunidade há décadas.

Tenho ciência do comprometimento do governador Ibaneis Rocha em levar melhorias a todas as localidades do Distrito Federal e, por conta disso, rogo que São Sebastião seja contemplada com redes de esgoto e rede de água potável para possibilitar a melhoria da qualidade de vida da nossa população.

São Sebastião necessita da atenção dos senhores e das senhoras visto que, ao longo do tempo, tem ficado à margem de importantes conquistas. Como representante desta cidade, peço o apoio do Poder Legislativo. Peço encarecidamente que uma quantia mais significativa dos recursos oriundos do empréstimo a ser tomado junto ao BID seja destinada a implementar melhorias no abastecimento de água e na construção de redes de esgoto da nossa querida cidade.

Senhor presidente, para finalizar, deixo claro que eu moro dentro do Morro da Cruz e continuarei morando. Para que V.Exa. possa ter uma ideia, onde eu moro não há água encanada, não há rede de esgoto. Como exemplos podemos citar o Zumbi dos Palmares, a Vila do Boa, o Bora Manso, o Capão Comprido e o Residencial Vitória. Deixo registrado que o aumento desse valor é de suma importância.

Muito obrigado, que Deus nos abençoe hoje e sempre.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, peço que as Moções nºs 665 e 666, de 2024, lidas hoje, sejam incluídas na pauta da Ordem do Dia. As moções referem-se a sessões solenes que se realizarão semana que vem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Informo que o deputado Fábio Félix se encontra em uma reunião com o ministro da educação, mas S.Exa. já está vindo.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, peço a

inversão da pauta para que nós possamos apreciar 2 projetos importantes do governo: que sejam feitas algumas correções em relação ao Refis no Projeto de Lei nº 283, que altera a LDO – o deputado Max Maciel ainda tem dúvidas. Peço ao deputado Eduardo Pedrosa – que já está vindo para cá – e à assessoria da CEOF que esclareçam as dúvidas do deputado Max Maciel.

O item nº 222 da pauta, Projeto de Lei nº 983/2023 (*sic*), refere-se à Caesb – inclusive há o apoio da bancada do PT. O projeto é a contragarantia de um empréstimo ao BID em relação à questão do saneamento. Esse projeto é muito importante, e o governo tem um prazo a cumprir.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Lembro que os Projetos de Lei nºs 221 e 222 estão incluídos na pauta da Ordem do Dia. No entanto, o deputado Max Maciel fará solicitação para que se chegue a um acordo. Peço a todos os parlamentares que permaneçam nesta casa para que nós possamos votar, sob a presidência das nossas deputadas, os projetos referentes às mulheres; é extremamente importante que façamos isso.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, o Bloco PSOL-PSB está de acordo para a votação do projeto da Caesb, apresentado pelo Poder Executivo. Mas nós gostaríamos que a segunda matéria a ser apreciada, o projeto de lei que trata da LDO, ficasse para a semana que vem tendo em vista que ele chegou ontem e não tivemos tempo de debatê-lo. Já solicitamos à CEOF um estudo mais apurado.

Então, indago ao líder do governo se nós podemos apreciar o referido projeto na semana que vem, tendo em vista uma observância que nós temos ao item que trata do ICMS, o Refis, que é o Convênio nº 168. Caso seja aprovado na LDO, nós daremos àquelas empresas que parcelaram a dívida no último Refis a oportunidade de poderem compensar se o Estado estiver em dívida com elas, o que para nós não faz nenhum sentido.

Então, nós pedimos mais 1 semana de prazo sobre esse projeto, sem prejuízo, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Deputado Robério Negreiros, nós vamos votar o item relativo à Caesb, porque há acordo; quanto ao segundo projeto, nós vamos votando os demais projetos de parlamentares até que encontremos um acordo. Havendo acordo, nós votamos; se não, vamos ter que discutir com o Colégio de Líderes na próxima segunda-feira.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, podíamos já votar o projeto da Caesb; e o pessoal da Serp, a Secretaria Executiva de Relações Parlamentares, juntamente com o da CEOF, inclusive o deputado Eduardo Pedrosa, vai tirar as dúvidas, porque eu acho que está havendo alguma confusão do deputado Max Maciel em relação à questão do Refis. Essa é só uma correção em um Refis que já foi feito, para que não haja problema. Diferente do que o deputado Max Maciel falou, a LDO já foi lida na semana passada, e não recentemente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Mais uma vez, nós votaremos o projeto da Caesb como primeiro item de pauta; vou passar a presidência para as deputadas, votamos os projetos de parlamentares relativos às mulheres e, enquanto isso, discutiremos se haverá acordo ou não para votação hoje. Se não houver acordo, na segunda-feira nós discutimos.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Obrigado, deputado Ricardo Vale.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Consulto os líderes se há acordo para

superarmos o sobrestamento decorrente dos 215 vetos da Ordem do Dia e votarmos as demais proposições das sessões ordinária e extraordinária. (Pausa.)

Não há manifestação em contrário.

Item nº 221:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 973/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à Garantia oferecida pela União, para a operação de crédito externo a ser contratada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CDESCTMAT, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto de Lei nº 973/2024.

Solicito ao presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, deputado Daniel Donizet, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO DANIEL DONIZET – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Daniel Donizet, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 973/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à Garantia oferecida pela União, para a operação de crédito externo a ser contratada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União e dá outras providências".

Diante do exposto, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, manifestamo-nos no mérito pela aprovação do Projeto de Lei nº 973/2024.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Daniel Donizet.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 973/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à Garantia oferecida pela União, para a operação de crédito externo a ser contratada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União e dá outras providências".

A iniciativa pretende autorizar o Poder Executivo a oferecer contragarantia à garantia da União para um crédito externo da Caesb junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento no valor de 100 milhões de dólares para financiar o Programa de Saneamento Ambiental da Caesb, destinado a melhorar o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

É importante destacar que o DF, com um total de mais de 2 bilhões de reais em operações garantidas pela União, possui histórico de responsabilidade na gestão de sua dívida pública, visto que nenhuma dessas operações necessitou ser honrada pelo governo federal.

A proposição atende ao estabelecido nas normas de finanças públicas, estando em consonância especialmente com a Constituição federal e com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Antes de finalizar, informo que o entendimento aqui manifestado está em linha ao externado pela consultoria legislativa desta casa, e foi instado a mim manifestar-me sobre a proposição.

Diante do exposto, manifesto voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 973/2024.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 973/2024, de autoria do Poder Executivo que “Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à Garantia oferecida pela União, para a operação de crédito externo a ser contratada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União e dá outras providências”.

O parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 973/2024. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Pergunto a V.Exas. se podemos encerrar esta sessão ordinária para convocar uma sessão extraordinária logo em seguida para votarmos os projetos em segundo turno. Eu vou passar a presidência às deputadas e, a partir daí, vamos iniciar a votação dos projetos dos deputados. O mérito já foi votado e vamos votar em segundo turno, se todos concordarem.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, podemos

votar rapidamente os requerimentos e as moções?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – De minha parte, tudo bem. Se todos concordarem, podemos votar. (Pausa.)

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 241:

Discussão e votação, em turno único, dos requerimentos:

– Requerimento nº 1.185/2024, de autoria da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, que “Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, com a finalidade de debater o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF)”;

– Requerimento nº 1.186/2024, de autoria da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, que “Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, com a finalidade de debater a situação da merenda escolar na rede pública de ensino do Distrito Federal”;

– Requerimento nº 1.187/2024, de autoria da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, que “Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, com a finalidade de debater sobre a falta de inclusão de estudantes com deficiência na rede pública de ensino do Distrito Federal”;

– Requerimento nº 1.194/2024, de autoria do Deputado Fábio Félix, que “Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL nº 861/2024, que “Dá a denominação de “Praça dos Incansáveis” a logradouro público na Região Administrativa da Ceilândia – RA IX, e dá outras providências”;

– Requerimento nº 1.195/2024, de autoria do Deputado João Cardoso, que “Requer a realização de Audiência Pública, a realizar-se no dia 12 de abril de 2024, às 15h, no Plenário desta Casa de Leis, para debater sobre os Prédios Abandonados em Águas Claras”;

– Requerimento nº 1.197/24, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que “Requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 06 de junho de 2024 em Comissão Geral, para discussão do Projeto de Lei nº 899/2024, que dispõe sobre a gratuidade no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal para mãe, pai ou responsável legal de bebê prematuro internado em unidade neonatal da rede pública de saúde”.

Item nº 242:

Discussão e votação, em turno único, das moções:

– Moção nº 659/2024, de autoria da deputada Doutora Jane, “Moção de Louvor em Sessão Solene de reconhecimento e homenagem em Defesa das Prerrogativas da Advocacia do Distrito Federal, a realizar-se no dia 28 de fevereiro de 2024, das 19 horas às 22 horas, no Plenário da CLDF, à todos(as) Advogados(as) e Colaboradores(as), abaixo descritos, que, com empenho, dedicação e comprometimento, contribuíram significativamente para o aperfeiçoamento e efetividade do sistema de prerrogativas da Advocacia, a saber: (COMPLEMENTO)”;

– Moção nº 660/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados para o Empreendedorismo Feminino do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

– Moção nº 661/2024, de autoria do deputado Max Maciel, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à cultura Hip Hop do Distrito Federal”;

– Moção nº 662/2024, de autoria do deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor aos Policiais Militares lotados no BPMA, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados em “ATO DE BRAVURA”, que resultou no salvamento de um recém-nascido, fato ocorrido dia 08/03/2024, na Cidade Sobradinho/DF”;

– Moção nº 663/2024, de autoria do deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor ao Policial Militar lotados no 28º BPM, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados em “ATO DE BRAVURA”, durante atendimento de violência doméstica, fato ocorrido dia

09/03/2024, na Cidade de Águas Claras/DF. Conforme REGISTRO DE ATIVIDADE POLICIAL Nº 060064-2024”;

– Moção nº 664/2024, de autoria do deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor ao Policial Militar lotado no 17º Comando de Águas Lindas de Goiás, pelos relevantes serviços prestados a comunidade, como instrutor do programa educacional de resistência às drogas, PROERD”;

– Moção nº 665/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Manifesta Votos de Louvor e Aplausos aos Profissionais da Carreira Magistério Público, que integram o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO/DF), pelos relevantes trabalhos pedagógicos prestados à toda a população do Distrito Federal”;

– Moção nº 666/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Manifesta Votos de Louvor e Aplausos aos Profissionais da Comunicação, que integram a Editora, Portal e TV Brasil 247, pelos relevantes e históricos trabalhos em favor da democracia e comunicação no Brasil”;

– Moção nº 667/2024, de autoria do deputado Roosevelt, que “Reconhece e apresenta votos de louvor ao 2º Ten. QOBM/Comp. PEDRO AUGUSTO WARLET REIS BRITO, mat. 3266014, pelo ato de coragem e bravura que resultou no salvamento de uma criança de 8 anos vítima de afogamento”.

Em discussão os requerimentos e as moções. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam os requerimentos e as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os requerimentos e as moções estão aprovados com a presença de 20 deputados.

Nos termos do art. 120 do Regimento Interno, em atendimento ao Requerimento nº 1.099/2024, convoco as senhoras e os senhores deputados para a sessão extraordinária de hoje, com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, dos seguintes projetos:

– Projeto de Lei nº 973/2024, que “Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à Garantia oferecida pela União, para a operação de crédito externo a ser contratada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União e dá outras providências”;

– Demais itens não apreciados na sessão ordinária.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 16h43min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde

Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BPM – Batalhão de Polícia Militar

BPMA – Batalhão de Polícia Militar Ambiental

Caesb – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

CDESCMAT – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo

CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

Cras – Centro de Referência da Assistência Social

Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações

IFB – Instituto Federal de Brasília

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

PAD – Processo Administrativo Disciplinar

PcD – Pessoa com Deficiência

Proerd – Programa Educacional de Resistência às Drogas

QOBM – Quadro de Oficiais Bombeiros MilitaresBPMA – Batalhão de Polícia Militar Ambiental

Refis-DF – Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal

Serp – Secretaria Executiva de Relações Parlamentares

Ata Circunstanciada da 16ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 16ª
(DÉCIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 13 DE MARÇO DE 2024.**

INÍCIO ÀS 15H03MIN

TÉRMINO ÀS 17H11MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro aberta a presente sessão ordinária de quarta-feira, 13 de março de 2024, às 15 horas e 3 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o nobre deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Obrigado, deputado.

Informando que, além das outras ausências devidamente justificadas, registramos a ausência da deputada Paula Belmonte em razão do falecimento do seu pai, ocorrido ontem à noite. Registro a nossa solidariedade, os nossos sentimentos à deputada Paula Belmonte, aos seus familiares e amigos.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, boa tarde. Boa tarde aos demais deputados, deputada Doutora Jane, aos servidores desta casa e a todos aqueles que assistem a nós pela TV Câmara Distrital e pelas redes sociais desta casa.

Eu quero trazer duas pautas muito importantes, presidente. A primeira é que hoje pela manhã eu estive em Brazlândia. Um pessoal me procurou querendo fazer um campeonato de tênis, e nós aportamos um recurso na Secretaria de Esporte. E eles estão executando o 1º Campeonato de Tênis em Brazlândia, com a participação de 86 atletas. O campeonato é dirigido por uma família de atleta – o marido é tenista, a esposa e as 2 filhas também; uma delas, inclusive, campeã brasileira. E acabou que eu fui lá também. Eles me chamaram para fazer um treino.

Pensa bem, eu nunca peguei em uma raquete de tênis, deputado Fábio Félix. Eu nunca joguei tênis. Eu peguei a raquete e fui dar um saque e, em vez de jogar assim, eu joguei não sei para onde a bola. Mas eu fiz questão de ir lá, primeiro, para fazer a fiscalização dessas emendas que aportamos, que vão fazer a realização de um trabalho social. Porque lá eles estão fazendo esse campeonato de tênis e, ao mesmo tempo, a escolinha de futebol.

Qual foi a minha felicidade? Primeiro, ver alunos que não têm possibilidade nenhuma de fazer uma prática de esporte, porque às vezes não têm um tênis para irem praticar esporte. E o projeto abarcou uniforme, a raquete, as bolinhas e os tênis. E eu fui lá conhecer esse projeto e fiquei extremamente feliz e empolgado com a possibilidade de gerar oportunidades.

Eu estava, deputado Chico Vigilante, com a raquete na mão, não entendo nada de tênis, mas sou apaixonado, assisto a todos esses *grand slam* de tênis. Eu assisto a todos, porque eu gosto de ver

aqueles homens e aquelas mulheres disputando partidas de tênis. Como eles são fortes no saque, na defesa. Vendo-os ali com uma raquete na mão veio-me à memória: em uma raquete dessa está depositado um sonho, o sonho de alguém que deseja se transformar em um atleta.

Senhor presidente, eu saí de lá e fui ao Instituto Bom de Bola conhecer o trabalho das crianças que fazem atividade esportiva, fruto de uma emenda parlamentar. Qual foi a minha alegria quando eu cheguei lá? Primeiro porque estava cheio de crianças, todas uniformizadas, com tênis, chuteira nova, caneleira, meião, calção, camisa. Para a nossa felicidade, lá havia um olheiro da Ferroviária de Araraquara, um time profissional que estava peneirando esses meninos para levá-los para São Paulo.

Senhor presidente, o David e o Eden, os executores, falaram que na semana passada mandaram 16 garotos para vários estados do Brasil: para Goiânia, para São Paulo, para o Grêmio, no Rio Grande do Sul. Crianças que já passaram pela peneira e foram aprovadas para a categoria de base de times. Eu disse: "Deus, quem sabe essa pode ser uma oportunidade que vamos gerar para essas crianças". Cada vez mais eu incentivo cada um de nós a continuarmos fazendo isso.

Senhor presidente, uso esta tribuna para trazer outra pauta, direcionada ao nosso governador, ao nosso secretário da Casa Civil, à secretária de saúde, doutora Lucilene, e ao doutor Juracy do Iges – há pouco falei com ele. Eu recebi uma pessoa em meu gabinete que falou sobre as mulheres que enfrentam o problema do câncer, que fazem radioterapia e quimioterapia. Ele atende na rede particular e confidenciou-me que várias mulheres que passam por esse processo se separam dos seus maridos. Eu perguntei a ele o porquê, e ele explicou-me que essas mulheres que usam a radioterapia, que fazem quimioterapia, perdem o líquido do seu órgão genital feminino. Com isso elas não conseguem ter uma vida sexualmente ativa. Isso atrapalha o relacionamento, muitas vezes elas são deixadas pelos seus maridos.

Eu falei para ele que ontem nós aprovamos um projeto de minha autoria que determina ao Governo do Distrito Federal que autorize a cirurgia de recomposição da mama perdida pela mulher por causa do tratamento de câncer. Às vezes, ela descobriu um câncer de mama e teve que retirá-la, isso tira a sua autoestima. Essa mulher terá outra qualidade de vida se o governo autorizar a reparação da sua mama.

Ele me falou que, na rede particular, há um aparelho, laserterapia, custa em torno de 4 mil reais. Quando a mulher enfrenta esse problema e realiza esse tratamento, adquire novamente esse líquido que a lubrifica, fazendo com que ela volte a sua atividade sexual. Mas, na rede pública, não há esse aparelho. Deixo aqui meu pedido ao governador, à secretária Lucilene, ao doutor Juracy do Iges, ao nosso secretário da Casa Civil...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – ... que o GDF adquira esse aparelho para a rede pública para que nós possamos atender essas mulheres.

Senhor presidente, ele me falou que um técnico de saúde, um enfermeiro, pode realizar esse procedimento, demora apenas 15 minutos, assim, a mulher não perderá a qualidade da sua vida sexual. Isso é muito importante, ela está passando por um processo doloroso, o câncer, que destrói tanto. Eu acho que é muito importante assumir esse papel.

Eu falei para ele me dar o embasamento, pois vou fazer um projeto de lei e apresentar nesta casa. Espero que os deputados nos ajudem e, quem sabe, juntos, possamos trabalhar nisso, deputado Eduardo Pedrosa – V.Exa. que é da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças –, para levantarmos recursos. É um aparelho que custa 4 mil reais e que pode mudar a qualidade de vida das mulheres.

Eu entendo que, como nós estamos no meio das mulheres, tudo que nós pudermos fazer por elas ainda é pouco. Eu disse que nós temos uma vantagem, porque temos um presidente que é fera quando a tratativa é sobre a mulher. O mês de março é para as mulheres, e o mês de maio, como V.Exa. já disse, também será dedicado às mulheres.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro. Diante do valor, que é realmente muito baixo, e tendo em vista a importância que tem, de repente nos juntamos, nós deputados, e compramos um aparelho desse para cada hospital público. Quatro mil reais! Vamos supor que haja 20 ou 25, nós não vamos gastar 100 mil. Eu acho que nós deveríamos fazer esse esforço porque é algo extremamente importante. Da nossa parte, já fica o meu compromisso de ajudar no que for necessário. Parabéns pela iniciativa e por trazer a esta casa um tema tão importante como esse; mais uma vez, respeitando as mulheres desta cidade. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas.

Antes de qualquer coisa, eu queria prestar a minha solidariedade e os meus sentimentos à família da deputada Paula Belmonte. O pai dela, senhor Luiz Antônio, faleceu e peço a Deus que conforte o coração dela e de toda a sua família.

Hoje pela manhã, nós fomos surpreendidos com uma notícia, no *Bom Dia DF*, que nunca é agradável de ver. Foram encontradas larvas, deputada Doutora Jane, na comida do Rorizão de Brazlândia. Essa é uma acusação muito grave. Nós sabemos do trabalho que a Ana Paula faz na Sedes, nós sabemos da seriedade que o governo tem com o projeto dos restaurantes comunitários. Eu declaro agora que nós vamos investigar esse ocorrido, deputado Chico Vigilante, para saber se a denúncia tem fundamento ou não, a fim de trabalhar para que isso não aconteça de novo e encontrarmos os responsáveis.

As pessoas que comem no restaurante comunitário não precisam comer comida estragada, comida podre, só porque estão passando por necessidade, não! Dignidade é você ter o direito de comer comida de qualidade a um preço razoável, todos os dias. O GDF custeia a alimentação, as empresas recebem valores milionários. Então, não é aceitável a comida estar estragada, a comida ter larva.

Toda semana, quando estou fazendo agenda nas cidades, eu almoço, junto com a minha equipe, nos restaurantes comunitários para ter o *feedback* da população, saber se a comida está boa, se eles estão sendo bem atendidos, se as pessoas lá dentro sentem-se seguras, se há segurança, especialmente nos que já estão abrindo à noite.

Eu vou fazer um compromisso neste mês, eu e a minha equipe vamos almoçar todos os dias lá no Rorizão de Brazlândia para ver se essa acusação realmente tem fundamento ou não.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É bom que vocês vão inventando coisa... Depois, eu vou dizer o quê?

Uma questão de ordem camuflada de aparte...

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Isso, para ele poder acrescentar à minha fala também.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Joaquim Roriz Neto, esse assunto me interessa, obviamente, porque moro lá na região de Brazlândia e já almocei muitas vezes no hospital. Estava marcado para eu ir na sexta-feira, mas eu estava com excesso de agenda e não pude estar lá. Eu fui convidado pelo gerente, o Bruno, que assumiu a gerência, deputado Wellington Luiz.

Nunca houve caso semelhante em nenhum dos restaurantes Rorizão – esse título foi colocado por nós nos restaurantes comunitários, em homenagem ao seu avô. Nunca houve isso! Foi um caso à parte o que aconteceu: a pessoa comprou a marmita lá e a levou para uma chácara. Quando ela a abriu, disse que identificou essa situação. Não houve uma só reclamação de quem estava lá dentro se alimentando. Não houve nenhuma notificação das pessoas que se alimentavam ou que se alimentam daquele almoço, que é servido todos os dias com o acompanhamento da nutricionista.

Eu entrei em contato com o gerente, o Bruno, e ele entrou em contato com a empresa. Segundo eles, estão fazendo um relatório, mas não se identificou nada que possibilitasse que o alimento estivesse contaminado. Tratava-se de um peixe fervido a uma alta temperatura no óleo quente. O peixe foi aquecido no calor excessivo do óleo quente. Eu não acredito nisso! Todos estão duvidando. Como essa larva sobreviveu a essa temperatura do óleo quente em que se esquentou o peixe?

Então, é um caso esporádico. Isso nunca aconteceu e precisa, de fato, ser estudado. Porém, quero falar da excelência tanto do restaurante comunitário de Brazlândia quanto de todos os restaurantes comunitários do Distrito Federal. Eles têm qualidade da alimentação, com pouca quantidade de sal, com pouca quantidade de oleosidade. Há uma averiguação constante da nutricionista, há uma equipe bem precisa.

Quero comungar com a fala de V.Exa. porque é um caso atípico que não estamos acostumados

a ver.

Muito obrigado pela oportunidade do aparte.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acabou o tempo de fala, deputado. Resolva-se com o deputado Iolando. Eu falei para o senhor não conceder o aparte. Está satisfeito, deputado Iolando? O senhor consumiu o tempo todo do deputado. Ainda bem que sou do MDB, que é democrático, e concederei tempo ao PL.

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Deputado, concordo 100% com V.Exa. O histórico dos restaurantes comunitários é de uma entrega de excelência. Nós fazemos todo tipo de prevenção que conseguimos para que esses casos sejam realmente esporádicos e não sejam frequentes. Fatos assim nós precisamos investigar.

Quero concordar também com a fala de V.Exa. de que os profissionais dos restaurantes comunitários levam muito a sério não só a qualidade da comida, mas também do atendimento.

Para finalizar, eu quero falar um pouco sobre uma manifestação gigante que houve semana passada. Foi uma manifestação tão grande que não conseguíamos falar de outra coisa, não conseguíamos entrar na internet e ver outra coisa – só que não! Falo da manifestação que o Partido dos Trabalhadores tentou, pelo menos, organizar no dia 8 de março na Avenida Paulista.

Eu vou ler algumas manchetes aqui. “PT usará Dia Internacional da Mulher como teste para ato de esquerda”. Outra notícia: “Gleisi convoca militância total para ato na Avenida Paulista no Dia Internacional da Mulher”. Há vídeos e convocações sobre isso. Chegando perto do dia 8, começam a ser publicadas outras matérias. “PT e governo batem cabeça sobre ato de rua em resposta à manifestação de Bolsonaro.” “Cúpula do PT não sabe se Lula deveria comparecer por falta de adesão de pessoas.”

Eu vou falar uma coisa: eu fiquei com pena da minha assessoria, que tentou buscar dados sobre essa manifestação, porque eles estavam na página 10, página 15, página 20 do Google e simplesmente não havia notícia, porque não houve gente. De acordo com o portal de notícias G1, centenas de pessoas marcharam pelas ruas da capital. Meu Deus! Você olha as fotos e vê que havia mais policial do que manifestante a favor do nosso presidente eleito, Lula. E mesmo com essas poucas centenas de pessoas, ainda houve bate-boca, ainda houve confusão, ainda houve intervenção da polícia. Entre as 700 mil pessoas que estiveram na Avenida Paulista, deputado Iolando, não houve um caso sequer de confusão, de furto, de pancadaria; mas essas 100 pessoas que foram lá manifestar a favor do Lula conseguiram fazer o que 700 mil não fizeram.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Então, com esse apoio tão forte que vemos ao Lula na rua, eu fico até surpreso com as notícias de que a esquerda é forte, de que a direita não existe mais. Ainda bem que o amor venceu todo esse ódio que vemos na rua.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Joaquim Roriz Neto. Que sirva de lição para V.Exa. nunca mais ceder o aparte ao deputado Iolando, porque consumiu quase todo o seu tempo!

Quero registrar e agradecer a presença do João, atleta do caratê, que vai representar o Brasil no mundial em Malta – prazer, João. Que Deus o abençoe nessa caminhada! Você nos representa e para nós é extremamente importante a sua representação. O seu sucesso é o nosso sucesso. Conte com esta casa. Fica aqui o nosso abraço e o desejo de muito sucesso. Que você traga medalhas para o nosso Brasil, que precisa, em um momento tão delicado como esse!

Eu vou passar a presidência ao deputado pastor Daniel de Castro. Eu não sei se S.Exa. vai ceder a questão de ordem ao líder do próprio partido. Hoje ele está meio azedo, deputado Pepa. Deputado Pepa, eu vou fazer o seguinte: antes de eu sair, eu vou conceder a palavra a V.Exa. porque, se eu deixar para o deputado Pastor Daniel de Castro conceder a palavra, ele não vai fazê-lo. (Risos.)

Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Boa tarde a todos. Mais uma vez, é uma alegria estarmos aqui juntos.

João, estou aqui. Satisfação demais. O João é um menino lá de Planaltina. Um atleta que tem

se desempenhado bem. Para nós, é uma honra. Deus o abençoe, menino!

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado.

Antes de passar a presidência ao deputado Pastor Daniel de Castro, já que passarei na sequência, concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno, que não abre mão. O deputado está só o bagaço por causa da dengue. V.Exa. não quer se preservar não, Gabriel? (Risos.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente, boa tarde a todos e a todas.

Presidente, hoje são 3 assuntos que me trazem a esta tribuna. O primeiro é sobre educação, porque nós temos visto aqui neste plenário, infelizmente, alguns setores que insistem em atacar os grandes avanços que nós tivemos no ano passado e nesse ano com o governo Lula. E eles se esquecem do desastre que foi a gestão do ex-presidente Bolsonaro.

Ontem atacaram a Conae, a Conferência Nacional de Educação, que voltou a acontecer neste país. Há, hoje, conferências em todas as áreas, porque o governo do ex-presidente inelegível não gostava de conferência, não gostava de ouvir a população.

Falaram aqui dos absurdos que a Conae discutiu e da oposição deles ao novo Plano Nacional de Educação. Eles se opõem mesmo ao atual, inclusive, porque foi o governo Bolsonaro que enterrou as metas do PNE. E, aqui em Brasília, o governo Ibaneis é quem tem enterrado as metas do Plano Distrital de Educação.

Eu quero ler aqui o que diz o PNE. Não são os delírios da extrema direita, como foi dito neste plenário ontem.

A meta 1 do Plano Nacional de Educação e do Plano Distrital de Educação é universalizar a educação infantil de 4 a 5 anos, ofertar creches públicas a crianças de até 3 anos em pelo menos 50% das matrículas na área pública. Ora, a fila do Distrito Federal em creche hoje é de 15 mil. É óbvio que a extrema direita, o PL é contra o Plano Nacional e o Plano Distrital de Educação, porque eles jogaram no lixo esse direito.

A meta 6 é educação integral em pelo menos 50% das escolas públicas. O governo Bolsonaro tirou todo o recurso para os estados. O DF hoje ocupa o último lugar no Brasil de oferta de matrícula em educação integral.

A meta 9 é alfabetizar todos; crianças, jovens e adultos. São 93,8% da população. O DF, que já foi território livre do analfabetismo, voltou a ter analfabetos. É claro que o PL, é claro que a extrema direita e o bolsonarismo são contra o Plano Nacional de Educação.

A meta 17 dispõe sobre a isonomia salarial para os professores, com a média das carreiras de nível superior. Eles são contrários a isso. Eles – o governo federal do Bolsonaro e o governo local do Ibaneis – operaram contra isso.

A meta 20 dispõe sobre o financiamento, os 10% do PIB para a educação.

É isso o que diz o Plano Nacional de Educação. É isso que foi retirado do texto da Conae, no último mês, para que voltemos a ter prioridade na educação pública no nosso país e nesta cidade. É óbvio que eu não tenho nenhuma expectativa de que a extrema direita vai defender essa agenda mesmo, não, pois passaram os últimos 6 anos atacando as escolas e a educação pública.

Quero falar também, senhor presidente, sobre a cultura, porque ontem foi um dia muito importante para esta cidade. O Condepac, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural – deputado Pepa, V.Exa. que é um grande defensor da cultura –, acatando uma orientação do Iphan, tornou o Fuá do Seu Estrela patrimônio cultural desta cidade e deste país. Ainda não votaram a inclusão do registro dele no livro dos espaços, que ficou para a próxima gestão, mas já foi um grande avanço.

Eu queria fazer coro com a recomendação do secretário de cultura para que esta cidade possa preservar este espaço de tradição tão importante e que, agora, é patrimônio: o Fuá do Seu Estrela. Que possamos preservar esse espaço, que possamos votar o PPCUB, garantindo a preservação desse espaço.

Então, quero parabenizar o Tico Magalhães por isso. Aliás, senhor presidente, está na Ordem do Dia projeto que concede o título de cidadão honorário de Brasília ao criador desse importante instrumento cultural. Que possamos reforçar a preservação desse espaço.

Quero também lamentar, presidente, porque ontem foi anunciada a publicação do resultado do edital do PAC da cultura. Sobre o CEU das Artes, o governo federal destinou 390 milhões de reais...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – O governo federal destinou 390 milhões do PAC da cultura para o chamado programa CEU das Artes, para a construção e reforma de equipamentos culturais.

Adivinhe, deputado Chico Vigilante, quais os únicos 3 estados que não inscreveram projetos? São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal. Eles não apresentaram nenhum projeto para receber recursos, para fortalecer os equipamentos culturais de suas cidades. Parece que no DF não há problema com equipamentos culturais. Trezentos e noventa milhões!

Agora, vão abrir o segundo turno para a inscrição, então quero fazer um apelo ao Governo do Distrito Federal. Sabemos que o governo Ibaneis é oposição aos avanços que o governo Lula tem feito neste país. Sabemos do alinhamento desse governo com o radicalismo que levou o Brasil à derrota do governo da extrema-direita. Mas esse governo não pode ser irresponsável e, por sua opção ideológica, pelo seu alinhamento com o bolsonarismo, prejudicar a população do Distrito Federal.

Trata-se de um recurso do governo federal para todos os estados. Que o Governo do Distrito Federal apresente projetos para que possamos ter equipamentos culturais nesta cidade.

Por fim, eu não poderia deixar de responder à fala do líder do outro partido. Quero dizer o seguinte: dia 8 de março não é um ato do PT. Dia 8 de março é um dia de luta das mulheres no mundo todo.

Antes de existir PT, foi constituído o 8 de março. As mulheres lutavam por direitos iguais, por salários iguais, por direito a votar. Não foi o PT que inventou o dia 8 de março. O PT tem compromisso com a luta do direito de todas as pessoas, inclusive das mulheres – coisa que alguns partidos não têm.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Inclusive, nesta semana, foi votado no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei para garantir igualdade salarial entre homens e mulheres. Adivinhem quem votou contra? O PL.

A presidente do PL no Distrito Federal, deputada Bia Kicis, votou contra. Quem mais votou contra? A Carla Zambelli; o Fraga, do PL do Distrito Federal; o Eduardo Bolsonaro, do PL, votou contra.

Então, o dia 8 de março, deputado, não se tratou de um ato do PT. O PT tem muito orgulho de cerrar fileiras com as mulheres, e o PT tem muito orgulho de não fazer só discurso, de ter proposta e de ter votado no Congresso Nacional o projeto de lei que determina a igualdade salarial entre homens e mulheres, diferentemente do PL; da presidente do PL no Distrito Federal, deputada federal Bia Kicis. Esses não têm compromisso nenhum com as mulheres e com os direitos da população.

Obrigado, presidente.

(Assume a presidência o deputado Pastor Daniel de Castro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, querido deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Sem revisão do orador.) – Realmente, deputado, o dia 8 é o Dia Internacional da Mulher, e o PT usou o dia 8 para tentar agregar quantidade de gente. Isto está no site do PT: "Gleisi convoca militância para atos na Avenida Paulista, para lutar pelos nossos direitos, fortalecer a democracia, cessar fogo em Gaza, direitos das mulheres". Tentaram englobar qualquer tipo de justificativa para botar gente lá e, mesmo assim, não conseguiram. Mesmo assim, não conseguiram colocar nem 200 pessoas na Paulista. Devem ter se esquecido de comprar o pão com mortadela. Só pode ter sido isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Ainda nos Comunicado de Líderes, concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu serei muito breve e não vou mais prolongar esse assunto.

Primeiro, eu me esqueci de, na tribuna, prestar minha solidariedade à deputada Paula Belmonte pelo falecimento do pai dela. Toda força neste momento tão difícil!

Quero só dizer que o parlamentar que me antecedeu – eu não citei o nome dele e não entendo o pedido de uso da palavra – não estava presente, ontem, a uma sessão que foi histórica, nesta casa, presidida pelas 4 deputadas mulheres que nós temos.

Foram votados e debatidos aqui vários projetos de lei para garantir direitos das mulheres. Eu peço, encarecidamente, independentemente da matiz ideológica, que respeitemos, inclusive, o que esta casa tem feito e a história do dia 8 de março.

O dia 8 de março se trata de uma conquista histórica da luta de milhares de milhares de mulheres no mundo todo por direitos, pela sobrevivência, pela vida.

Então, eu queria pedir respeito pelo menos a isso, às várias que tombaram, que morreram, que foram perseguidas, que foram assassinadas, que foram torturadas para que hoje – e ontem, naquela sessão histórica desta casa presidida pelas 4 brilhantes parlamentares, independentemente do partido ou de suas visões ideológicas – pudéssemos aprovar tantos projetos importantes.

Que respeitemos pelo menos a luta histórica do conjunto dessas mulheres! Muitas, infelizmente, senhor presidente, morreram lutando pelo direito que precisa ainda ser conquistado, pois os direitos das mulheres nesta sociedade que infelizmente temos – patriarcal e machista – ainda não estão consolidados.

Então, eu gostaria de pedir ao parlamentar que pelo menos respeitasse se não o direito das mulheres, mas a história e a luta dessas mulheres todas, durante tantos anos, por direitos e por garantia à sua própria vida.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Também aproveito para – já fiz isto na Comissão de Assuntos Sociais – mandar minhas condolências à deputada Paula Belmonte. Realmente, ontem foi uma sessão histórica. Aliás, esta casa tem sido extremamente vanguardista. Estávamos nós deputados aí embaixo, e as deputadas desta casa dirigiam a sessão. Então, deputada Paula Belmonte, receba os nossos sentimentos. Que Deus a proteja e guarde!

Também quero aproveitar este momento para mandar parabéns e um carinhoso e afetuoso abraço ao jornalista Caio Barbieri, do portal GPS Brasília. Hoje é o aniversário dele. Meus parabéns, Caio. Que Deus o abençoe, amigo!

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Deputado Joaquim Roriz Neto, eu sigo a linha do deputado Wellington Luiz. Pedir a palavra é um direito que assiste ao deputado. Eu só peço ao nobre parlamentar que seja breve, pois o nobre deputado Iolando já está esperando para falar há uns 5 minutos.

Jamais cercearei palavra de ninguém, então concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero só para esclarecer que, em nenhum momento da minha fala, eu fiz algum tipo de referência criticando o Dia Internacional da Mulher ou a luta pelos direitos das mulheres. Muito pelo contrário, deputado Pastor Daniel de Castro. Essa é uma tática de narrativa e de argumentação fracassada que você aprende no primeiro dia de debate. Quando você está perdendo um argumento, quando você não consegue se sustentar, quando você não consegue justificar um ataque, você parte para um assunto completamente diferente.

Eu estava falando do fracasso que foi a convocação que a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, fez. Eu estava falando que ela não conseguiu botar gente na Paulista. O deputado Gabriel Magno fez uma ligação com essa fala, como se eu estivesse criticando o Dia Internacional da Mulher. Essa é uma tática barata de argumentação para pessoas que não conseguem sustentar críticas. Simplesmente isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu acho que há uma questão que precisa ser muito bem vista nesta casa. Não dá para aproveitar a TV Câmara Distrital para ficar inventando *fake news*, espalhando *fake news*. O Partido dos Trabalhadores não convocou manifestação nenhuma para o dia 8.

Talvez o que esteja desesperando o PL é que o PT, segundo o Datafolha, que não é um instituto petista, tem 25,5% de aprovação da população de São Paulo, que gosta do Partido dos Trabalhadores, e o PL só tem 5%.

O PT não convocou manifestação nenhuma. As mulheres, na luta delas, convocaram efetivamente uma, mas foram mulheres de todas as correntes partidárias, não só do Partido dos Trabalhadores.

Temos questões muito importantes a debater nesta casa. Façam o debate, em vez de ficarem mentindo no microfone desta casa.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Querido deputado Thiago Manzoni, se V.Exa. me permite, nós temos aqui um referencial muito grande, que é o presidente, na condução desses debates. Eu estou aqui apenas para substituí-lo, embora o meu vice-presidente, o deputado Ricardo Vale, esteja ao meu lado.

O deputado Iolando já está há uns 10 minutos esperando, pois houve várias solicitações de uso da palavra.

V.Exa. aguarde um momento. Concederei a palavra ao deputado Iolando e, depois, a V.Exa.

Concedo a palavra ao deputado Iolando nos Comunicados de Líderes.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente, deputado Pastor Daniel de Castro.

Cumprimento os meus colegas do parlamento e todos que nos acompanham nesta tarde.

Quero informá-los sobre um assunto importante que temos tratado constantemente nesta casa e que tem sido a bandeira principal da nossa trajetória na Câmara Legislativa desde o mandato passado. Neste segundo mandato, estamos atuando mais, com uma eficiência maior, para melhorarmos mais ainda a vida das pessoas com deficiência no Distrito Federal.

Quero ressaltar um tema muito importante que foi tratado por nós aqui. Fizemos uma indicação e destinamos uma emenda parlamentar para que se criasse, por meio da Secretaria da Pessoa com Deficiência, o chamado DF Libras-CIL Online, um sistema de integração entre as pessoas com deficiência auditiva e os servidores em determinadas situações aqui do Distrito Federal.

Vimos que esse projeto está sendo de grande importância para todo o Distrito Federal. Fizemos o seu lançamento no Palácio do Buriti e tivemos resultado positivo. Ele foi tão positivo, que nós tivemos, recentemente, a visita ilustre da comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal, a coronel Ana Paula. Ela teve a sensibilidade de chegar à Secretaria da Pessoa com Deficiência, no Palácio do Buriti, e acompanhou o lançamento do programa CIL Online.

Não sei se todos sabem o que é o CIL Online. CIL Online é um sistema de QR *code*. Vou apresentá-lo na tela para que todos vejam. Ela é um sistema que está sendo afixado em todo órgão público do Distrito Federal. As pessoas podem acionar com o próprio celular esse QR *code* e podem conversar com outra pessoa e fazer a comunicação. Pode ser uma pessoa com deficiência auditiva ou pode ser uma pessoa que queira se comunicar com uma pessoa com deficiência auditiva e tenha dificuldades. Se ela estiver em um órgão e precisar conversar com uma pessoa com deficiência auditiva, ela vai acionar esse QR *code* e poderá ter um diálogo legal, receber a demanda daquela pessoa com deficiência auditiva, atendê-la, dar-lhe atenção e ajudá-la com qualidade.

Eu quero parabenizar a coronel Ana Paula, comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal: é mais uma mulher que está ocupando cargo de destaque do Distrito Federal. Já havia a coronel Mônica, do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros; a nossa vice-governadora, Celina Leão; e também, agora, a comandante Ana Paula.

Fazendo referência às mulheres e valorizando o trabalho delas, nós colocamos uma mulher como administradora. Solicitei ao governador que colocasse uma mulher como administradora de Brazlândia, deputado Chico Vigilante. Agora há uma mulher administradora. No quadro, desde 1974, nunca tinha havido uma mulher como administradora – só há fotos de homens do início ao fim. O último foi o Marcelo Gonçalves. Hoje nós fizemos uma substituição. Pedimos ao governador para fazer a substituição por uma mulher, para dar valor, de fato, às mulheres nas posições de destaque do Distrito Federal e nas esferas federais também.

Meus parabéns à comandante-geral da Polícia Militar, coronel Ana Paula.

Quero dizer algo inusitado, algo único. Inclusive, a fala da coronel Ana Paula foi no sentido de que não será uma regra, mas uma exceção. Ela já pediu para confeccionar mil adesivos com o QR code – aqui estou com a foto da viatura da Polícia Militar –, que serão fixados em todas as viaturas da Polícia Militar do Distrito Federal. Vou repetir: todas as viaturas da Polícia Militar do Distrito Federal terão esse QR code. A partir do momento em que o policial que estiver em atuação, que estiver em atividade, abordar uma pessoa com deficiência auditiva, ele terá como se comunicar com ela através desse emblema, que vai estar em todas as viaturas da Polícia Militar do Distrito Federal.

Esse é um ganho ou não é para nós? É um ganho ou não é para esta casa? Essa é uma grande vitória para esta casa, que está transformando o Distrito Federal e fazendo com que esta cidade seja referência no Brasil e no mundo.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Isso jamais aconteceu em 64 anos de história da nossa capital, de história do Distrito Federal.

E vem mais por aí. Nós já temos marcado um encontro com a coronel Mônica, comandante-geral do Corpo de Bombeiros, quando também acionaremos o mesmo mecanismo. Colocaremos em todas as viaturas do Corpo de Bombeiros um emblema do QR code para que o Corpo de Bombeiros, numa ocorrência em que encontrar uma pessoa com deficiência auditiva, tenha o poder de conversar com aquela pessoa, mesmo se não souber interpretar Libras.

Você pode fazer isso agora. Qualquer pessoa, qualquer deputado que quiser se comunicar pode acionar agora esse QR code e já conversar com a pessoa por meio de uma plataforma de São Paulo, que vai dar todos os contatos e as informações daquela pessoa surda.

Quero falar da alegria, da minha satisfação em estar nesta casa sabendo que aquilo que temos feito – trabalhar em parceria, em conjunto com os senhores, parlamentares – tem dado resultado para centenas de pessoas com deficiência do Distrito Federal. Essa é a minha referência às pessoas com deficiência auditiva.

Quero parabenizar a comandante-geral e dizer, presidente, deputado Ricardo Vale, que vou fazer um ofício encaminhando-o à vice-presidência, à Mesa Diretora para que esta casa também seja exemplo e para que coloquemos QR code em todos os gabinetes, na presidência, nas comissões, para que tenhamos exemplos a dar de que esta casa também respeita as pessoas com deficiência nesse ponto.

Já quero deixar oficializado esse pedido a V.Exa., que assume a responsabilidade neste momento.

Para finalizar a minha fala, quero dizer que fizemos um projeto de lei para criar a Sala do Silêncio em todas as esferas públicas e privadas do Distrito Federal, nos *shopping centers*, rodoviárias, em lugares de grandes aglomerações.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Para concluir, presidente, isso é para que as pessoas com autismo tenham, naquele momento de crise, um aconchego de uma atendente, o acalento de uma pessoa que sabe lidar com pessoas com deficiência, em especial os autistas. Que as pessoas com autismo possam estar em uma sala chamada Sala do Silêncio, totalmente protegida, com desenhos, para que haja todo o atendimento específico para elas. Isso é uma alegria muito grande para nós.

Para finalizar meu discurso, recebi, no meu gabinete, agora há pouco, uma servidora que passou no concurso público – Larissa, técnica de enfermagem. Ela foi aprovada, mas, na hora de assinar o termo de posse, ela não pôde tomar posse por causa daquela mesma briga que há constantemente, deputado Chico Vigilante. A Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, da

Secretaria de Economia, não aceitou o laudo médico dela, uma vez que ela é autista.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Isso é um absurdo! Nós não podemos aceitar isso. O governador já está ciente dessa causa, já está ciente de outras causas, e nós não aceitamos isso. Esta casa não vai aceitar que o Governo do Distrito Federal – que é respeitador, que criou a primeira Secretaria da Pessoa com Deficiência – tome a posição de excluir os deficientes na hora em que eles têm os seus direitos cerceados. Nós não aceitamos isso. Acreditamos que o governador e o secretário Ney vão rever a situação dessa servidora Larissa e de tantos outros mais que precisam ingressar no serviço público do Distrito Federal.

Muito obrigado, presidente. Agradeço. Desculpe-me pela demora.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Iolando.

Antes de chamar o próximo inscrito, quero saudar a presença do atleta João Pedro. Sei que alguns deputados já o fizeram. Quero saudar a mãe dele, Andreia, que eu conheço já há alguns anos. Conheço a luta dela para ajudar o João Pedro a se tornar um atleta profissional.

Você se tornou atleta agora, não é, João Pedro? Você se tornou um atleta profissional agora, João Pedro, e está indo inclusive para Malta disputar uma competição.

Como é difícil, como é dura a vida de um atleta no nosso país – e no Distrito Federal não é diferente! O sacrifício e a luta da mãe para conseguir recurso para esse jovem atleta – que é promissor, campeão de todas as competições no Distrito Federal – representar o Brasil é impressionante.

Parabenizo a família, os amigos, enfim, todos que, de certa forma, o ajudaram a realizar esse sonho de representar o nosso país nessa competição internacional. Boa sorte!

Também quero me solidarizar com a deputada Paula Belmonte, que, infelizmente, perdeu o pai. Eu, que já perdi o meu pai e a minha mãe, sei como essa dor é difícil, como essa dor é dura de suportar. Desejo que Deus possa dar muita força a S.Exa. assim como para a família para superar esse momento tão difícil.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu inicio o uso da palavra mandando um abraço para a deputada Paula Belmonte, para a família de S.Exa., esposo, filhos, irmãos, mãe. Mando para S.Exa. e para eles os nossos sentimentos. Que Deus leve conforto, leve consolo para a família de S.Exa. nesse momento de luto.

O Partido Liberal é, hoje, o maior partido do Brasil e preside as maiores comissões na câmara federal. A deputada federal Carol de Toni é presidente da CCJ; o deputado federal Nikolas Ferreira é presidente da Comissão de Educação. A janela política brasileira começou a se mover para a direita e talvez por isso o meu colega de partido, líder da nossa bancada na CLDF, tenha sido tão atacado hoje pelos nossos colegas de esquerda.

Acusaram o deputado Joaquim Roriz Neto de fazer *fake news*. Quando vemos o socialista apontando o dedo para alguém e chamando esse alguém de algo, saibam: além de ser mentira, ele mesmo é que está cometendo a tal *fake news*, seja lá o que isso for.

O deputado Joaquim Roriz Neto falou que o evento do dia 8 de março era do PT. O pessoal disse que não era do PT. Então, eu acessei o *site* do PT. (Mostra celular.) É possível ver isso no vídeo. Lá está escrito assim: "Gleisi convoca militância para ato na Avenida Paulista no Dia Internacional da Mulher (8)." A presidente do PT convocou o ato. Essa notícia está no Twitter do PT Brasil também (Mostra celular.). Ela está ali para todo mundo ver. A imagem talvez não esteja tão boa. Tuíte do PT Brasil: "O ato pela democracia do #8M está ficando lindo na Paulista!" – entre outros.

Centenas de pessoas foram ao ato. Centenas de pessoas parece-me um pouquinho menos que 750 mil pessoas. Essa diferença brutal de popularidade talvez seja o motivo do ímpeto raivoso que se levantou contra o deputado Joaquim Roriz Neto ao expor a baixa adesão que o Partido dos Trabalhadores tem hoje. Essa é uma verdade no Brasil inteiro.

Eu gostaria de me solidarizar com V.Exa., deputado Joaquim Roriz Neto, meu líder, líder do PL, e dizer que o que deputado Joaquim Roriz Neto tinha dito da tribuna era verdade: o PT convocou o ato. A presidente do PT convocou o ato. O *site* do PT tinha o convite para o ato, e, nas redes sociais, o

PT chamou as pessoas para irem para a manifestação. A esta manifestação quase ninguém foi. Paciência! Às vezes, as pessoas aderem a determinadas pautas; outras vezes, não aderem. Os números do dia 25 de fevereiro – as centenas de milhares de pessoas – mostram que o brasileiro quer mesmo é Deus, pátria, família e liberdade.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu também quero me solidarizar com a deputada Paula Belmonte. O momento é triste. Quando nós recebemos ontem a notícia do falecimento do pai dela, ficamos bastante comovidos. Ela estava aqui, ontem, conosco, ajudou a presidir a casa porque foi um dia específico para todas as mulheres. Eu peço perdão por não ter ficado até o horário em que se encerrou a sessão, eu tinha um outro compromisso, saí daqui às 18 e 30, enquanto elas ficaram até às 20 horas.

Parece que ela estava, inclusive, já prevendo alguma coisa. Eu conversei com ela, que estava sentindo algumas dores. Ela falou: “Iolando, eu estou aqui na marra, mesmo com dores”. Parecia que estava pressentindo algo, e aconteceu a perda do pai dela, por causa de um infarto fulminante, algo muito triste. Eu quero me solidarizar com ela, na hora dessa perda, e com toda a família, porque realmente não é fácil perder um ente, muito menos o pai ou a mãe. Então, manifesto minha solidariedade à deputada Paula Belmonte.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhores deputados, eu quero falar de coisas que interessam à população brasileira, de coisas com as quais a população realmente tem preocupação.

Quero falar de uma lei que existe e muitas vezes não é cumprida, levando à necessidade de se ingressar na justiça. No caso de pessoas que adquirem o financiamento de uma casa e adoecem de uma forma irreversível, a Caixa Econômica é obrigada a quitar a casa.

Eu quero falar de uma senhora de Águas Lindas de Goiás que procurou o meu gabinete. Ela tinha assinado um contrato do Minha Casa, Minha Vida. Ela teve um infarto, ficou acamada, mas a Caixa continuava cobrando as prestações da dona Elenice e não quitava a casa dela. Ela nos procurou no meu gabinete, e, por meio da assistência jurídica que nós demos a essa senhora, em 48 horas, conseguimos que a Justiça Federal – a Vara Federal de Anápolis, já que a residência é em Águas Lindas – concedesse uma liminar suspendendo o pagamento. Agora se encaminha a questão da quitação da casa.

Portanto, é importante que todos que passarem por uma situação dessa procurem o Judiciário, pois serão prontamente atendidos. Eu vou encaminhar o expediente à direção da Caixa, reiterando a necessidade do cumprimento da lei, porque são milhares de pessoas que passam por esse tipo de situação, para que não tenham que ingressar na justiça. Nesse caso, nós ingressamos na justiça, ganhamos a ação, e ela agora não precisa pagar absolutamente mais nada, porque a casa terá que ser quitada.

O segundo ponto que eu quero abordar no dia de hoje é um assunto que venho, pelo menos há 40 anos, discutindo no Distrito Federal – é sobre a questão do sistema de transporte público do Distrito Federal. Eu, até hoje, participei de todas as lutas dos trabalhadores do transporte e sempre ao lado da comunidade. Eu tenho informação, presidente Ricardo Vale, de que o sistema de transporte do Distrito Federal poderá entrar em colapso agora no mês de abril. Portanto, está próximo.

Quando eu tomei conhecimento disso, fui procurado pelo Sindicato dos Rodoviários, tive a iniciativa de marcar uma reunião, e tivemos essa reunião, no dia de hoje, na Casa Civil do Governo do Distrito Federal, reunião coordenada pelo secretário da Casa Civil, Gustavo Rocha, com a participação do secretário de transporte, Zeno; com a participação do secretário de economia, Ney Ferraz; com representantes, inclusive, o dono mesmo das 5 empresas de transporte do Distrito Federal; e ainda com o presidente da nossa casa, deputado Wellington Luiz.

Foi uma discussão muito franca, muito honesta. Realmente o sistema precisa mudar sua

realidade. Eu acredito que, a partir dessa reunião de hoje, estaremos caminhando para encontrar uma solução para o transporte público do Distrito Federal, que é altamente subsidiado, que tem que continuar sendo subsidiado, até porque, se assim não for, nós viveremos a mesma situação que vive hoje o pessoal do Entorno do Distrito Federal, onde as pessoas estão pagando até 20 reais de tarifa.

Portanto, é preciso continuar sendo subsidiado, é preciso que esse debate seja travado, efetivamente, com a comunidade, para melhorarmos a qualidade do transporte público do Distrito Federal.

Existe o compromisso assumido – que está sendo cumprido – da renovação completa da frota das empresas que não havia sido renovada ainda.

É essa a mensagem que eu trago, presidente. Estarei sempre nessa batalha em defesa do transporte de qualidade para a população do Distrito Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel, como líder.

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente deputado Ricardo Vale, todos presentes a este plenário ou que nos acompanham pela TV Câmara Distrital.

Início este pronunciamento dando solidariedade à deputada Paula Belmonte. Externo os meus sentimentos pela perda do seu pai, no dia de ontem. Que S.Exa. e família se encontrem bem.

Presidente, informo que aceito apartes. Quem quiser pode fazê-los à vontade. Eu queria que os deputados da base do Governo do Distrito Federal usassem o microfone e a tribuna para debater a situação real do Distrito Federal. S.Exas. são base do governo atual. Eu queria fazer uma pergunta: nós não vamos relatar os problemas reais do Governo do Distrito Federal?

Tive um almoço com a companheira Maninha e com o Toninho do PSOL hoje. Nós não conseguimos terminar o almoço, tranquilos. Nós ficamos comovidos, provocados e sensibilizados, Deputado Fábio Félix, com a imensa quantidade de pessoas pedindo dentro dos restaurantes da capital deste país. Tentamos ajudá-las de todas as formas. Só na nossa mesa, contamos que passaram 20 pessoas. A cidade de maior IDH, a maior potência *per capita* do país esconde uma Brasília real sobre a qual ninguém vem tratar.

Ontem, o deputado Ricardo Vale fez uma audiência pública importantíssima, sobre as pessoas em situação de rua. Como vamos resolver o problema dos empobrecidos – não dos pobres – desta cidade? Ninguém é pobre. As pessoas são empobrecidas. Cada uma das pessoas com as quais conseguimos conversar tinha profissão e formação, mas estava sem perspectiva de acesso à requalificação profissional. Havia pessoas que sequer sabiam que podiam usar um serviço de atendimento, deputado Fábio Félix. Vendiam todo tipo de mercadoria: pano, balinha, tudo. Nós nos sentimos provocados porque estávamos almoçando, e aquelas pessoas sequer haviam almoçado naquele dia.

Eu queria chamar a base do governo para debater essa Brasília real. Como o governo que V.Exas. apoiam está pensando em resolver esse problema? Ninguém traz para nós a solução. Não acho que haja uma solução fácil, mas de qual solução V.Exas. estão tratando para isso com o governo?

São 3 mil pessoas em situação de rua! Dez por cento (*sic*) da população do Distrito Federal estão em situação de mendicância, e nós não conseguimos resolver esse problema! Isso é uma vergonha para nós! É uma vergonha, inclusive para esta casa, não conseguirmos dar a atenção necessária às pessoas! Andamos pela capital do país, e as pessoas estão sem dignidade!

Quando pensamos num ponto de apoio para as pessoas tomarem banho e café da manhã, no Setor Comercial Sul, deputados dizem que são contrários a isso, deputado Fábio Félix! Querem tirar! São higienistas! Odeiam pobres! Só gostam de pobres num período, quando topam tudo, tomam café e visitam as casas. Depois, eles se esquecem deles, completamente.

Todas as vezes, eu me sinto provocado por esse assunto, que quero debater aqui. Como vamos encarar a prioridade de políticas públicas às pessoas mais vulneráveis desta cidade? São pessoas que escolheram esta capital para viver, não tiveram boas oportunidades e estão excluídas do acesso à moradia, ao trabalho, à renda e à saúde.

E por falar em saúde, eu queria que a base também viesse aqui falar disso para nós. Ontem,

entre tantos e tantos pacientes que estão sofrendo no hospital, um paciente com um diagnóstico grave não conseguiu realizar sua cirurgia emergencial, porque faltou ambulância para levá-lo para um outro hospital. Não havia ambulância na capital do país!

Convoco a base que defende o governo a vir aqui dizer o que vocês estão pensando desse governo. Vocês vêm aqui e falam do governo nacional, citam coisa que não tem nada a ver. Mas como vocês estão tentando resolver o problema desta cidade com o governo de vocês? Vocês desenham uma ilha da maravilha! Falam, quando postamos na internet, que somos mimizentos! Mas não têm coragem de apresentar uma proposta para esta cidade!

Existem pessoas morrendo de dengue! E lembramos que, há 6 anos, nós estávamos na estaca zero da mortalidade por dengue nesta cidade. E, hoje, já batemos mais de 100! Isso não é acaso! Isso é projeto! Isso é gestão! E nós não temos gestão no Distrito Federal hoje. Estamos abandonados, aliados apenas a um grupo específico de empresariado que enriquece nesta cidade, enquanto uma massa é expulsa de vivê-la com dignidade!

Para encerrar, deputado Ricardo Vale, eu queria falar da aprovação da Lei nº 7.462, que institui políticas de proteção às mulheres e de igualdade de gênero. Entre outros artigos desse nosso projeto, há o artigo que presume a capacidade de formação para os servidores que atendem nos órgãos, na estrutura do Governo do Distrito Federal, que compreendem a política distrital de proteção às mulheres a fim de que saibam diferenciar um assédio.

Cito o caso de uma jovem aprendiz que teve a coragem, ela conseguiu ser encorajada a fazer uma denúncia por ter sofrido assédio dos seus superiores dentro do seu local de trabalho. Ela teve sua parte íntima apalpada, houve piadinhas, conversas ao pé de ouvido. E a maior dificuldade para quem sofre assédio é conseguir ter condição suficiente e coragem de chegar ao órgão, se expor e ter o acolhimento.

Mas, infelizmente, quando ela procurou... Nós temos aqui o relato, por exemplo, do agente da delegacia que fez a seguinte declaração: "Não há informações de nenhum ato explícito no sentido de que ensejasse qualquer tipo de nudez. Mas, de fato, houve condutas, no mínimo, inconvenientes". Assédio agora virou inconveniência. Continua: "Que somadas às declarações da ofendida podem ensejar indiciamento". Pode, não! Qualquer ato de abuso, de violência sexual, de constrangimento, de piadinha, de conversa, de convite para determinadas coisas que imputam a pessoa ao constrangimento, à vergonha, isso é crime, deputado!

E um agente do Estado não pode dizer que não houve tal conduta e que pode ensejar. Nós vamos formar os nossos agentes, primeiro, para entender: amplo contraditório para todo mundo. Mas o mais importante é que as mulheres – nós estamos debatendo aqui a rede de proteção – para que elas tenham noção de que qualquer ato, mesmo diante da hierarquia ou não, dos seus pares, dos seus trabalhadores, se ela se sentir incomodada, ela tem condição de denunciar. E esse processo precisa avançar! O ato de investigar precisa ser constatado, senão...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Muitas continuarão sem conseguir o amparo para levar à frente a denúncia de ter sofrido um assédio sexual no trabalho.

Fica aqui um pouco da nossa reflexão. Nós precisamos avançar muito, sobretudo a masculinidade tóxica que ainda acha que tem poder sobre os corpos das pessoas e, quando estão no seu micropoder, acham que têm relação e domínio sobre as decisões dos outros. Inclusive, para se manter em determinados *status*, precisam se submeter a condições ou ações completamente vergonhosas.

Obrigado, senhor presidente, mais uma vez, sou grato.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Max Maciel.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, muito obrigado, até por V.Exa. ter assumido a presidência. Eu aprendi com o meu nobre e querido deputado Fábio Félix que quem está aí tem que ter um comportamento diferenciado; nós somos aprendizes. Mas eu gosto de desafios, e o deputado Max Maciel fez um desafio à base do governo. Vou falar por mim: aqui está o deputado Pastor Daniel de Castro, base do governo.

Orgulho-me por ser da base deste governo. Naturalmente, por ser da oposição, é fácil criticar.

Eu não vou entrar em um debate, mas, se eu fosse criticar o governo Lula, pensem em como eu teria carta na manga; eu passaria o dia todo criticando o governo Lula – pelo déficit na economia, que está um frangalho –, mas eu não vou entrar nesse debate, hoje eu não vou. Vou deixar isso para o deputado Thiago Manzoni. Eu vou defender o governo Ibaneis, deputado Max Maciel, porque, quando nós somos da oposição, se quisermos...

Não é o caso de V.Exa. – V.Exa. sabe o respeito que eu lhe tenho, admiro o seu preparo, admiro o estudo que V.Exa. realiza. Eu ando demais pelas cidades, nós temos igrejas em todas as cidades. Por exemplo, hoje eu passei o dia em Brazlândia, e quero parabenizar o deputado Iolando; eu vi quanta emenda ele está apresentando para aquela cidade. Isso acontece com a força do governo, o deputado apresenta, e o governo executa, e a cidade vai se transformando.

Hoje eu vi um vídeo do deputado Hermeto mostrando como S.Exa. está cuidando do Núcleo Bandeirante e do Park Way. Nós também cuidamos: o deputado Rogério Morro da Cruz cuida de São Sebastião como se fosse um prefeito daquela cidade. A base é para isso; se nós estamos cuidando, estamos cuidando em nome de alguém, e o nome é: governador Ibaneis Rocha.

Há problemas? Eu gostaria de saber onde há uma cidade sem problemas, pois eu queria ser o primeiro morador dessa cidade. As cidades têm problemas, são grandes, os recursos não são muitos, mas nós andamos por esta cidade e vemos uma cidade asfaltada, tapa-buraco acontecendo, poda de árvores. Ainda estamos no meio de uma chuva que faz o mato crescer uma barbaridade, e onde eu passo eu vejo o SLU podando árvores, pintando o meio-fio. Segunda-feira eu estava chegando a casa às 2 horas da manhã, o Detran estava lá pintando faixas de pedestre. As aulas começaram, o Detran pintou quase todas as faixas de pedestre na frente das escolas, trazendo segurança para as nossas crianças.

Deputado, o governo não é ausente, ele está contratando. Com todas as dificuldades, ele contratou médicos, enfermeiros, Avas, ACS. É pouco, concordo com V.Exa., mas ele está fazendo o seu papel, ele está presente. Nós temos um secretário da Casa Civil que é uma pessoa extremamente humanizada, está sempre aqui conosco debatendo os problemas. O doutor José Humberto, secretário de governo, está sempre com a porta aberta para nos atender.

Então, eu quero dizer a V.Exa. que eu me orgulho de ser da base desse governo. É um governo trabalhador, é um governo exitoso, é um governo que faz – o Ibaneis não mede esforços. Aliás, vou deixar um recado para a oposição, que sabe disso: ao olhar o mapa, vi que há deputado de oposição que executou mais emenda do que deputado da base do governo! Esse é um carinho que o governador Ibaneis demonstra por esta casa, por todos os 24 deputados.

É claro que é fácil subir ali e criticar, mas nós também temos que ser honestos e falar das coisas que o governo está fazendo no Distrito Federal. V.Exa. vem falar da saúde, que é um problema eterno! Nós tivemos grandes governadores no Distrito Federal, como o Agnelo Queiroz, uma pessoa extraordinária, humana, um médico, casado com a doutora Ilza, também médica, e ele não conseguiu resolver o problema da saúde, porque não é fácil! Porém, não falta ao governador Ibaneis a vontade, a determinação de contratar, de alocar recursos e de fazer o que é necessário para cuidar dessas cidades, e ele tem cuidado. Com a base – pode ter certeza –, cuida mais ainda, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, deputados e deputadas. Eu queria começar esta sessão de hoje me solidarizando com a deputada Paula Belmonte pela perda do seu pai, uma notícia que nos entristeceu na noite de ontem. A deputada estava muito feliz na sessão de ontem, e nós tivemos essa notícia no final da noite. Portanto, quero me solidarizar com ela e com a sua família por essa notícia, assim como vários outros deputados já fizeram aqui.

Eu queria começar esta fala de hoje enaltecendo, presidente, um esforço coletivo que a esquerda do Distrito Federal está fazendo. Nós tivemos um encontro nesta semana, na segunda-feira,

que reuniu parlamentares, lideranças, presidentes de vários partidos da esquerda para construir uma unidade. Nós sabemos que não é fácil, porque nós não construímos unidade com acordos pragmáticos, nós não construímos unidade com troca de favores, nós construímos unidade com princípios.

E nós queremos e devemos construir um programa de transformação da realidade do povo do Distrito Federal, sabendo olhar para trás, fazer a crítica dos erros do passado, fazer a autocrítica, olhar no olho de cada um da população do DF entendendo a realidade concreta deles e por que nós vivemos uma triste situação no DF, hoje, com uma profunda desigualdade social.

Então, foi fundamental esse encontro, que contou com a participação de deputados desta casa; deputados federais; lideranças partidárias, como a da senadora Leila, do deputado Reginaldo Veras, da deputada Erika Kokay. Os parlamentares deputado Max Maciel, deputado Gabriel Magno e eu também participamos. Os outros parlamentares não puderam participar. E também os presidentes de partidos. Compareceram também a essa reunião os candidatos ao governo do DF na última eleição: Keka Bagno e o ex-deputado distrital Leandro Grass. Essa foi uma reunião importante e eu gostaria de ressaltar esse esforço coletivo na construção de um programa comum para o Distrito Federal.

Em segundo lugar, presidente, eu queria tocar em um tema que está em voga agora. Todo mundo acompanhou a notícia pelos celulares da aprovação pelo Senado Federal da PEC das Drogas. O Senado Federal aprovou a PEC das Drogas na Comissão de Constituição e Justiça. Sabem qual o resultado dessa aprovação? Nenhum! Nada muda na política de drogas do país. Nenhum! Quem quer usar drogas e é branco e rico, continua usando droga à vontade, porque não há batida policial, não há fiscalização e não há punição, como é hoje. Usa-se drogas à vontade no Lago Sul, no Lago Norte, na Asa Sul, na Asa Norte. Os filhos de ricos, os filhos de deputados, os filhos dos donos de poder usam à vontade. No máximo, eles vão para uma clínica quando o pai e a mãe acham ruim porque estão usando demais. E a perseguição ao pobre continua, a perseguição à população negra periférica continua.

É isso! Com a PEC das Drogas do Senado não se muda nada. Eu estava lendo o relatório final e essa PEC é tão vazia! Nesse relatório diz assim: "Inclui-se no art. 5º da Constituição que a posse e o aporte de qualquer tipo de droga no Brasil é crime". Aí, na hora das penas, deputado, fazem o que já existe hoje: pena alternativa, advertência, multa, doação de cesta básica e ida a uma clínica. Não muda nada! Já é uma contravenção porque não há pena de reclusão hoje. Já não há pena de reclusão!

O que está em debate hoje no Supremo, em si, não é nem a criminalização. O que está em debate na prática é quem vai definir e como vai ser definido o que é usuário e o que é traficante. E isso que está em debate! A definição hoje se dá por meio do agente da polícia, do delegado de polícia, que fala: "Esse é o traficante. Esse é o usuário." Eles falam e aí a definição é de classe social. Quem tem influência, deputados, quem tem pai rico, mãe rica, sai de lá como usuário. Não importa, deputado, se a pessoa estiver com 3, 5, 10 quilos.

Agora, o pobre que não tem retaguarda pode estar com pouquinho, mas sai de lá como traficante. Essa é a realidade no país! É dessa realidade que temos que saber falar. Quando falamos em Senado, a Constituição Brasileira, deputado Chico Vigilante, fala que o senador tem que ter mais de 35 anos e há uma série de requisitos – que não há para deputado distrital ou deputado federal, por exemplo. Imaginamos que eles conseguirão fazer uma reflexão da realidade mais madura. Mas, não, querem aprovar algo que não serve para nada, que não muda nada da situação, hoje, e que não pensa na realidade.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Quem está preocupado com as drogas deveria estar preocupado com a discussão de como é que iremos montar uma rede de saúde mental para atender os usuários, para atender as pessoas que fazem o uso abusivo de drogas, para atender a população que está em situação de rua e uso abusivo de drogas. É isso! Devemos fazer um debate sério sobre o tema. Quem é contra as drogas deveria, neste momento, colocar na mesa um debate resolutivo. A PEC das Drogas foi aprovada na CCJ, mas o que acontecerá? Algum usuário de droga vai parar de usar droga? Onde muda alguma coisa? E o que muda? Não muda nada! Então, eles estão se propondo a não fazer nada!

Eu queria fazer um desafio. É a esquerda, é a direita... Vamos fazer um debate da realidade sobre isso. Regulação não quer dizer liberação. Regulação é fazer um debate a partir das diferentes perspectivas sobre um tema, dados da realidade desde que o mundo é mundo. Os Estados Unidos lá atrás proibiram o álcool. Adiantou? Não adiantou. Voltaram atrás na proibição do álcool. Na verdade, construiu-se uma grande máfia em torno do álcool nos Estados Unidos e eles regulamentaram o álcool.

É preciso fazer um debate com seriedade. Há gente inteligente em todos os campos políticos e

ideológicos com disposição para olhar além do clique no TikTok, além da *clac* no Twitter, além de tudo isso, e para fazer um debate de realidade sobre a questão da droga no Brasil, sobre os diferentes tipos de usuários e sobre a diferença entre uso e tráfico.

Óbvio que todo mundo acha importante combater o crime organizado, esse, sim, muitas vezes chefiado até pelos espaços de poder, que andam até nas aeronaves oficiais, que têm dinheiro para financiar o narco em todas as Américas e transportar para o mundo inteiro. Esse tem que ser combatido. Agora, vamos fazer um debate sério sobre drogas, conversar com quem entende, chamar neurocientistas, chamar gente que faz atendimento na rua. Vamos conversar com as pessoas, com o usuário, ouvir pessoas sobre esse tema.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Para não fazermos esse papel patético do Senado brasileiro. O Senado se rebaixa, o micro-senado brasileiro, o micro-senado brasileiro que se rebaixa para aprovar uma PEC que não significa nada para a população brasileira.

Encerro esse tema dizendo que lamento o que o Senado está fazendo, presidente, porque não ajuda o Brasil. É um papel trágico que o Senado cumpre hoje em não discutir essa questão e não dar um passo à frente no debate real sobre a diferença do usuário e do traficante e em não fazer o mínimo debate sério sobre a política de drogas.

Antes de encerrar a minha fala nos Comunicados de Parlamentares, para concluir, eu não poderia deixar de falar sobre o novo boletim epidemiológico da dengue divulgado pela Secretaria de Saúde. O deputado Max Maciel já citou isso aqui, mas há gente que vem aqui e fala grosso com o governo federal, mas nós estamos vivendo a pior tragédia de dengue da história do DF.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Há gente que praticamente nunca falou sobre isso, nunca tocou no assunto aqui. Nós estamos vendo uma tragédia enorme aqui no Distrito Federal. São 140 mil casos prováveis da doença desde o início deste ano, um aumento de 1.575% no número de casos prováveis em relação a 2023. O número de casos graves este ano está 7.250% maior do que no mesmo período do ano passado. Nós estamos falando da pior unidade da federação no enfrentamento à dengue, sem rede de atendimento, sem prevenção, com gente morrendo o tempo inteiro. É uma questão de classe, porque enquanto aumentou 650% nas regiões próximas e no Plano Piloto, em algumas regiões, como o Sol Nascente, aumentou 4.600%. Esses são os dados da dengue, é uma tragédia humanitária. Esta casa devia parar e falar de dengue o tempo inteiro, porque esse tem que ser o tema prioritário. Não importa ser base, não adianta a base tentar pintar o Ibaneis maravilhoso, o governo lindo de Ibaneis Rocha, se as pessoas estão morrendo sem atendimento à saúde.

Eu quero dizer uma coisa que eu não falei em outros momentos. Eu acho que essa tenda que o governo está fazendo – com todo o respeito aos servidores, por quem eu tenho uma admiração enorme e que estão se esforçando, deputado Chico Vigilante – é uma farsa. Ela é uma farsa. As tendas na cidade são uma farsa. Eu visitei as tendas na cidade. Isso é uma farsa porque as pessoas estão em condições insalubres. O Ministério da Saúde, a área técnica do Ministério visitou as tendas e falou que as tendas deveriam ser em locais que tivessem o mínimo de salubridade e condição para a dignidade das pessoas.

Sabe quem são os servidores, deputado Ricardo Vale, que estão nas tendas? São os mesmos médicos que deveriam estar nas UBS. Eles saem da UBS. Então, em vez de haver 2 médicos na UBS de Samambaia, 2 médicos na UBS de São Sebastião, fica 1, e o outro vai para a tenda.

Então, não inventaram nada. Deveria haver um contrato temporário. Mais pessoas deveriam ser chamadas para ampliar o atendimento.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não é o caso do que está acontecendo hoje.

Deveria existir uma mobilização geral sobre esse tema. O tratamento que o Governo do DF, que o governador Ibaneis Rocha está fazendo a respeito da dengue é uma tragédia humanitária nesta cidade. E a Câmara Legislativa precisa responder a isso. As pessoas estão morrendo sem atendimento no Distrito Federal. E tem um culpado, um culpado que não trabalhou e não fez o dever de casa: o Governo do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Registro a presença do doutor Eduardo Carneiro de Brito, natural de Mamanguape, Paraíba. Ele é médico. Assume o seu primeiro mandato como deputado estadual. A sua carreira política começou como vereador de Mamanguape em 2009. Aliás, em 2009, ele foi eleito prefeito de Mamanguape, sendo reeleito em 2013. Atualmente ele preside a Comissão das Cidades da Unale.

Seja bem-vindo aqui. A sua presença enriquece esta casa. Agradecemos a visita.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Só para registrar, estamos aqui com o doutor Eduardo Carneiro. É uma satisfação, porque eu também assumi a vice-presidência de assuntos sociais da Comissão das Cidades na Unale.

O doutor Eduardo Carneiro está visitando a nossa casa no dia de hoje e visitou também a Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana. Temos uma tarefa – não é, doutor Eduardo? – de conseguirmos levar as experiências entre os estados e municípios para as boas práticas da cidade.

Então, é um prazer estar com o doutor Eduardo Carneiro, deputado estadual do Solidariedade da Paraíba.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado pela presença.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado pela oportunidade, presidente. Ótima tarde a todos os deputados e deputadas. Quero prestar solidariedade à minha amiga, nossa deputada e irmã Paula Belmonte pela perda do seu pai.

Quero dizer que ontem foi uma sessão maravilhosa.

Presidente, eu realmente faço parte da base, mas tenho feito o meu papel, que é reivindicar, lutar pela melhoria de todos os segmentos. Na área da saúde, destinei mais de 5 milhões de reais. Na área da educação, tenho acompanhado as escolas na questão da destinação para o PDAF. Tenho cobrado de todas as secretarias melhorias para o Distrito Federal, especialmente para a região onde moro, que é São Sebastião e Jardim Botânico.

Quero dizer que o deputado é eleito para reivindicar, para cobrar. Tenho feito o meu papel.

Quanto às pessoas em situação de rua, quero dizer que já fui à Secretaria de Desenvolvimento Social e lá protocolei documento em que peço uma atenção especial para essa área. Hoje, dentro de São Sebastião, senhor presidente, há 7 casas de passagem. Temos de distribuir essas casas para outras cidades. Mandem para o Lago Sul, para o Setor Sudoeste. Por que o Lago Sul não pode abrigar uma casa de passagem? É só São Sebastião? Em Taguatinga, uma cidade tão grande, só há uma. Mandem também para a Ceilândia, para o Sol Nascente, para Planaltina. Essa é uma situação em que nós precisamos dar as mãos.

Eu sou, sim, da base do governo com muito orgulho e tenho cobrado dele. Hoje, São Sebastião está passando por uma limpeza total. Então, quero parabenizar o SLU, a Novacap e a Administração Regional de São Sebastião. Eles estão fazendo isso porque eu estou cobrando deles, como morador, como liderança. Esse é o nosso papel. Não quero ficar aqui discutindo e perdendo meu tempo quando precisamos ganhar tempo. Precisamos nos doar, dar sugestões para melhorar. Esse é o papel de um verdadeiro líder, de um representante do Poder Legislativo. Não estou aqui brincando de fazer política. Estou aqui exercendo o meu papel como representante e vou cobrar, sim, do governador e de todos os secretários.

Quero dizer que sou da base, que vou continuar firme e forte cobrando e também parabenizando, pessoal. Não adianta somente criticar. Criticar é mais fácil. Porém quem está na ponta, quem está sofrendo... Eu moro dentro do Moro da Cruz. Enquanto eu estiver aqui, até o último dia em que eu estiver nesta casa, eu vou falar que moro dentro de um bairro que não tem água encanada, que não tem rede de esgoto, que não tem saneamento. Onde eu moro não é asfaltado. Mas está tudo documentado, porque palavra o vento leva. O que está documentado, o que está registrado, vamos continuar cobrando. Sendo da base ou não, eu irei cobrar.

Muitas pessoas falam: "Ah, mas você indicou 2 administradores, tanto o do Jardim Botânico quanto o de São Sebastião". Indiquei, sim, mas tenho cobrado deles. Eles estão recebendo salário para

darem resposta à sociedade. Eles não estão ali fazendo nenhum favor, assim como eu também não estou aqui fazendo favor nenhum à sociedade. É mais do que a minha obrigação exercer a minha função, assim como o governador Ibaneis Rocha. É mais do que obrigação os seus secretários também darem resposta e resultado para a sociedade brasiliense. Mas vamos ser sinceros: o governo tem se esforçado bastante para melhorar.

Hoje eu tenho articulado, junto com o governo local e com o governo federal, a questão do hospital. Quero parabenizar o governo federal por ter liberado 129 milhões. Eu não estou aqui para brigar por partido *a, b, c* ou *d*. Eu tenho de lutar pela população. É por isso que, muitas vezes, eu fico agoniado aqui, porque em vez de pautarem melhorias para a cidade se colocando à disposição, estão brigando, estão falando de Lula, de Bolsonaro. Eu não quero saber de Lula ou de Bolsonaro, não.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ – Para finalizar, presidente. Eu quero saber é de qualidade de vida para a sociedade brasiliense. Então eu não vou fazer defesa a ex-presidente, a presidente atual. Se o presidente atual quiser levar melhorias a essas cidades onde a população sofre, assim como eu sofro dentro do Morro da Cruz, aí eu vou vir aqui parabenizá-lo. Mas, por enquanto, eu continuo aqui defendendo sempre a população.

Para finalizar de vez aqui, presidente, eu quero fazer um pedido ao DNIT sobre a BR-251, que corta São Sebastião e o Jardim Botânico. Aquelas entradas dos bairros ali, tanto a do Zumbi dos Palmares quanto a da área rural da Aguilhada, estão precisando ser melhor sinalizadas. Há uns trechos próximos a São Sebastião que precisam ser melhorados. E quero dizer também que o DNIT precisa liberar a questão das paradas de ônibus. O DNIT foi lá, mandou a fiscalização, mandou remover algumas paradas que foram colocadas para os alunos. Ali também passa o ônibus convencional para Nova Betânia. Eu estou até com os ofícios aqui, presidente, e quero que o diretor-geral do DNIT, o senhor Fabrício de Oliveira, tome providências e olhe com bons olhos a nossa região.

Muito obrigado, e que Deus nos abençoe hoje e sempre.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado.

Ainda nos Comunicados de Parlamentares, pergunto se algum deputado quer fazer uso da palavra.

Vou seguir as inscrições.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Boa tarde. Boa tarde aos parlamentares presentes, às nossas equipes de assessoria; boa tarde a você, cidadão do Distrito Federal, que assiste a nós pela TV Câmara Distrital ou pelo nosso canal no YouTube.

Eu começo falando, pessoal, sobre o governo Ibaneis. Não vou me estender muito na defesa, não, mas quem anda na rua sabe que o governo Ibaneis tem a aprovação da população do Distrito Federal. Tinha até o final de 2022, por isso foi reeleito em primeiro turno, e continua tendo. É o governo perfeito? Não, claro que não. Mas tem a aprovação da população, e governo perfeito é um negócio que não existe. De modo que é muito fácil efetivamente fazer o uso da tribuna para ficar tacando pedra e querendo desgastar a imagem do governo. Seria mais fácil apresentar soluções, mas as soluções são complexas, porque os problemas de uma cidade do tamanho de Brasília são problemas complexos. A solução da maioria deles não passa pelo governo.

E aqui eu gostaria de responder a algumas falas que me antecederam falando sobre pobreza e sobre igualdade ou desigualdade. É uma estupidez querer combater a desigualdade. Os seres humanos nunca serão iguais. Eles nunca escolherão de maneira igual. E, para cada escolha diferente que os seres humanos façam entre si, eles obterão resultados diferentes. As pessoas escolhem profissões diferentes, roupas diferentes, tênis diferentes, candidatos diferentes, espectros políticos diferentes – e isso traz resultados diferentes a elas. Então, a igualdade não existe, a não ser que seja uma igualdade como a de Cuba, ou a da Venezuela: uma igualdade na miséria, em que todos são pobres, em que todos são miseráveis. Então, não há que se combater a desigualdade.

Por outro lado, nós não podemos tolerar a pobreza. A pobreza deve ser combatida. E a pobreza não é combatida quando o gerador de riqueza é desrespeitado. O que acontece no Brasil, hoje, é que o gerador de riqueza é desrespeitado, é ofendido, é agredido – principalmente pela classe política de viés de esquerda. É como se prosperar fosse crime. É como se prosperar fosse errado, e o empreendedor que prospera – e com a sua prosperidade gera dezenas, centenas, milhares de empregos – fosse

errado porque deu certo na vida. Ele é visto com olhos ruins e, quando prospera muito e se torna milionário, por exemplo, aí mesmo é que é tratado como se fosse um criminoso, um vilão.

E o que é que se tem de fazer, segundo o viés esquerdista dessa equação? Temos de tributar. “Vamos tributar, porque o cara não pode enriquecer”. E aí você tira a riqueza dele e distribui para pessoas que não produzem o que ele produz, que não geram emprego, que não geram renda. O resultado disso: essas pessoas se acomodam e são aleijadas pelo papai Estado. E, ao mesmo tempo, esse cara que estava gerando riqueza se vê desestimulado a produzir.

Moral da história: a economia deste país vai fracassar. O Brasil vive isso há décadas – há décadas! Nós precisamos entender que a solução dos problemas da sociedade não vai ser dada pelo Estado. O Estado não é o pai das pessoas, o Estado não é o provedor das pessoas, o Estado não é responsável pelas nossas vidas ou pela nossa existência: cada um de nós o é!

Falta um pouquinho de nós, cidadãos, assumirmos a responsabilidade pelas nossas escolhas e pelo resultado das nossas escolhas e pararmos de apontar o dedo para governo, como se o governo tivesse a obrigação de resolver os problemas das nossas vidas. O governo só precisa sair da frente e deixar-nos trabalhar. Todo ser humano sonha com uma vida melhor. E o modo de alcançar uma vida melhor é trabalho. Todos os que trabalham prosperam. E, quando não prosperam, é porque o governo não deixa – com tributo e com burocracia.

O que eu estou querendo dizer é que quem causa a pobreza é o Estado. O maior gerador de pobreza ao redor do mundo é o Estado – esse a quem as pessoas se acostumaram a recorrer. O Estado deveria existir para garantir 3 direitos humanos inatos a todos os seres humanos: à vida, à liberdade e à propriedade privada. E o resto? Cada um de nós é capaz de trabalhar e de conseguir por si mesmo.

À medida que demandamos direitos do Estado, outros direitos, o Estado precisa se financiar. E, para se financiar, ele tira dinheiro do povo. Ou seja, ele empobrece a população. A verdade é que todos os que querem viver às custas do Estado se esquecem de que é o Estado que vive às custas de todos nós. Ao entregar ao Estado a responsabilidade pelas nossas vidas, nós estamos entregando o direito de que o Estado tire de nós o dinheiro e a liberdade. Quem quer viver às custas do Estado se esquece de que é o Estado que vive às custas de todos.

Então, nós precisamos combater a pobreza e deixar que as pessoas gerem riqueza. Fora disso, não haverá solução nem para o Distrito Federal nem para o Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, senhor presidente.

Obrigado.

Boa tarde. Deus abençoe a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Eu imagino a responsabilidade que é para um parlamentar vir à tribuna, para fazer o seu discurso.

É natural que essas casas de leis, não só a Câmara Legislativa, se dividam mesmo – base e oposição. Todo governo, no exercício de um mandato, define uma base para governar, isso é natural. Isso é assim em qualquer parlamento. Mas há que se ter muita responsabilidade nas falas, porque as obrigações são compartilhadas. Bolsonaro foi massacrado pela esquerda como negacionista, fascista e todos os “istas” que existem foram imputados ao Bolsonaro, mas Bolsonaro comprou mais de 600 milhões de vacinas e as distribuiu para os estados.

Agora, vem um parlamentar nesta tribuna questionar a dengue no Distrito Federal? Está correto. Precisa, porque há mais de 100 mortes, casos graves, mas vamos lá, e as mortes no Brasil? Mais de 1.000. E a responsabilidade de vacinar do governo federal? Por que não comprou vacina? Ela está desde maio, do ano passado. E cadê as vacinas que não chegaram, deputado Iolando, para os estados? Você não pode fazer uma crítica, exclusivamente, no estado, sem tirar a responsabilidade... Porque é fácil, aqui, no estado, ele é oposição. No governo federal, ele é situação.

Mas, calma lá, vamos ser racionais, vamos ter coerência com o discurso. Tem responsabilidade o Ibaneis, tem responsabilidade o Lula. Eu poderia vir a esta tribuna e chamar o Lula de negacionista, de fascista, de tudo quanto é “ista”, porque ele não comprou vacina. Cadê a vacina? Não chegou. Mas vocês não vão ver eu fazendo isso, aqui, não, porque temos que ter um princípio de racionalidade.

Vacina não cai do céu. Não chega da noite para o dia. Aliás, até que o Bolsonaro comprou rápido. Em 45 dias da primeira manifestação do vírus da covid para a primeira pessoa vacinada. Estamos falando que em maio do ano passado já havia vacina disponível, vacina da dengue, e o governo federal não comprou ainda, não.

Então, isso precisa ser feito com muita responsabilidade, mas muita responsabilidade mesmo. Ainda no campo do desafio. Olhem só o que a Secretaria da Saúde fez? Já em 2023. Ela é perfeita? Não. Tenho crítica, como base do governo, eu faço. Nenhum problema. Mas não deixo de vir, aqui, fazer a defesa do governo, porque eu sou base. Mais de 8 milhões de atendimentos registrados, 120 mil cirurgias em 10 meses, 3 milhões de vacinas aplicadas no Distrito Federal, 24,6 milhões de atendimento de alto custo entregues a 500 mil pessoas, mais de 1.550 servidores contratados, 3.200 laudos de concessão de passe livre especial a pessoas com deficiência. Programa Saúde na Escola: mais de 290 mil estudantes do SOS instituições de ensino beneficiados; mais de 74 milhões investidos em contratos de manutenção predial; cerca de 50 milhões investidos em aquisição de equipamentos.

Eu estive conversando com o governador, mostrando a necessidade de Vicente Pires, de Águas Claras. Imediatamente, ele autorizou chamar o secretário. Vai ter UBS, vai ter UPA, vai ter mais UBS em Vicente Pires, vai ter uma UPA em Águas Claras. Cada deputado da base...

Aqui está o vice-líder do governo, deputado Iolando. Eu falei, deputado Iolando, que estive na sua cidade hoje. E falei, ainda há pouco, do carinho que você tem por aquela cidade. Está linda! Eu fui naquele lago fazer uma atividade de tênis, eu andei um pouquinho em Brazlândia e eu falei: "Isso aqui é mão do deputado Iolando", mas duvido que seria só você. Você só tem 24 milhões em emendas a cada ano, e essas emendas vão para várias áreas. Se lá tem muita coisa, é porque o Ibaneis colocou a mão.

Eu estava assistindo, recentemente, a uma reunião que houve lá, uma audiência. O governador foi lá com V.Exa., e ele liberou a reforma total do Hospital de Brazlândia, dando a Brazlândia 20 milhões de reais. É sua mão! Deputado da base é assim que ele trata. Mas é mais do que isso: ele não trata assim só o deputado da base, não. Deputado de oposição, eu desafio: vá mostrar que o governador não executou quase na totalidade as emendas.

Falei, ainda há pouco, no mapa de execução de emendas, deputado Chico Vigilante.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – É preciso haver sinceridade nessa conversa. Tem deputado da oposição que executou mais do que deputado da base. Isso é mostrar o respeito pela casa, porque esta casa é a representatividade do povo de Brasília.

Deputado Max Maciel, quando você está na comissão, discutindo os direitos, discutindo a necessidade de mobilidade, você está ajudando o governo. Neste momento, o governo é Ibaneis, mas amanhã será outro governador. Então, você faz por Brasília, pela responsabilidade que você tem como deputado.

É claro que eu sei que é natural fazer as inquirições e, muitas vezes, trazer aqui pautas pesadas e até críticas ao governo. Mas eu acho que, na crítica, nós temos que ter a sensibilidade de mostrar os acertos também. Não tenham vergonha, não. Eu acho que a oposição não tem que ter vergonha de vir aqui e falar que este governo é bom. Bom, não. É extraordinário, meu irmão. Tem defeito? Tem. Você quer ver como ele é bom? Ele foi reeleito em primeiro turno. "Ah, mas..." Não. Quem escolheu foi a população, a maioria que diz que ele é bom. Façam uma avaliação de governo. O governador Ibaneis está entre os melhores governadores do Brasil. Na sua avaliação. Agora, a crítica, quando a fizerem, nós estaremos aqui para enfrentá-la e juntos, inclusive, apresentar soluções. Vou apresentar.

Eu estou andando nas UPAs. Eu quero, inclusive, ir à Ceilândia, ao hospital, porque eu estou andando e o que eu vejo...

Dia desses, eu mandei para o doutor Juracy, do Iges... Fui à UBS, à UPA de Vicente Pires, e estava lotada, lotada, lotada. Eu mandei uma foto para ele. Passou uma semana e a doutora Nadja, que cuida das UPAs, me ligou e disse: "Vamos à UPA de Vicente Pires comigo". Eu fui. Sabem o que ela foi fazer? Levar longarina para o povo ficar sentado.

Muitas vezes é nossa responsabilidade mostrar os problemas para que o governo crie a solução. Eu ando na cidade.

Vou dar um exemplo. Segunda-feira eu tive que ir à Niquelândia. Eu saí de casa às 2 horas da manhã.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Já vou encerrar.

Eu estava passando na DF-001, que passa em frente ao 26 de Setembro, indo para Brazlândia, e estava tudo apagado. Eu tenho esse vídeo aqui. Eram 2 horas da manhã e eu não estava nem aí: filmei e mandei para o doutor Edison Garcia, da CEB. No outro dia, eu estava vindo, mais ou menos 11 horas da noite – eu mandei o vídeo para ele – e estava tudo ligado. Essa é a nossa função, não é, deputado Chico Vigilante? Como deputado do povo, temos que mostrar os defeitos, mas temos que ter certeza de que, se mostrarmos, haverá um governo que vai atender não por questão de base ou de oposição – e está demonstrado isso –, mas porque sabe que é uma necessidade de Brasília.

Brasília tem muitos problemas. O Brasil tem muitos problemas. Se não dermos as mãos, todo mundo – como disse bem o próprio deputado Max Maciel aqui –, base, situação, oposição para resolvermos os problemas, poderíamos usar a tribuna para atacar. Eu acho que isso não é o fator preponderante. O fator preponderante é que precisamos cuidar de pessoas e cuidar da cidade. Fazemos isso sendo sinceros e trabalhando em benefício da população. Eu tenho certeza de que a demanda que for levada ao governador Ibaneis será atendida, seja de que deputado for.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio. Pode ser, deputado Max Maciel? (Pausa.)

Deputado Max Maciel, V.Exa. é um cavalheiro.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, presidente, obrigada, deputado Max Maciel pela cessão da palavra. V.Exa. já estava aqui.

Eu subi para atender, presidente, uma demanda muito importante para o Distrito Federal. Nós estamos no mês da mulher. Ontem estivemos aqui, deputado Chico Vigilante, com uma plenária em que votamos vários projetos da mulher. Todos sabem que eu sou enfermeira há 23 anos. Eu sei das dificuldades da rede, mas eu quero trazer algo muito específico. Nós temos, como eu falei ontem, atendimento em relação à mulher vítima de violência em praticamente todas as pautas. É uma pauta transversal e há uma dificuldade de coordenação até para entendermos esses dados.

Nós temos os núcleos de prevenção. Pense bem, olhe o nome. São os Nupavs – Núcleo de Prevenção e Assistência à Situação de Violência – não só a mulher, mas, em se falando de violência, passa-se pela violência contra a mulher –, dentro da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Falamos de prevenção e assistência. A verdade é que não temos tido nem prevenção nem assistência. Nem assistência muito menos prevenção. Por quê? Nós temos, na rede, 7 núcleos. Pasmem!

Esses núcleos não estão dentro do organograma da Secretaria de Saúde. Sabe a quem eles são ligados? Aos superintendentes, que são, vamos dizer, os pequenos secretários dentro das regiões administrativas. Sabemos que existe dificuldade de comunicação até entre as superintendências. Sabemos que, muitas vezes, uma determinação vem do próprio governo, da secretaria, e cada superintendente vai entender ou vai acabar tendo ações muito locais, muitas vezes, até com um desvio de entendimento, e aí a secretária tem que chamá-lo de novo e organizar essas demandas.

Os núcleos foram criados por uma portaria que, pasmem, não foi regulamentada. É a Portaria nº 942, que previa a criação, mas não tivemos a regulamentação. Eu pergunto para a secretaria: qual é o espaço técnico dentro do organograma da SES responsável por fazer protocolo de atendimento, dados, treinamento das pessoas dos núcleos? Dentro dos núcleos nós temos os Cepavs, que são os centros. São 7 núcleos e 18 Cepavs.

Deputado Iolando, V.Exa., que é um defensor de Brazlândia, sabia que, em Brazlândia, não há um Cepav? Pedimos para a secretaria que fosse criado um Cepav em Brazlândia. Sabe qual foi a devolutiva? Que não há servidor.

Existem os Nupavs, que são os núcleos de prevenção e assistência, e os Cepavs, que são os centros de proteção e assistência, que vão fazer a ação local. No Distrito Federal, são 18 Cepavs e 7 Nupavs.

Em Brazlândia, não há. Não há! Onde as mulheres estão sendo atendidas? Esse é o núcleo de atendimento à violência da SES, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Isso me preocupa, porque, se a secretaria não regulamentou isso, se o governo não regulamentou isso na própria secretaria, será realmente que está havendo uma preocupação do

Governo do Distrito Federal com essa pasta? Trago essa fala, porque a política pública para a mulher é feita com o esforço do Executivo em transformar isso em impacto real para as mulheres que estão na ponta.

Quero trazer uma coisa mais grave ainda: existe demanda reprimida, e isso não deveria existir, deputado Chico Vigilante! Uma mulher, uma pessoa que está em violência não tem como esperar. Se somarmos a lista de espera de todos os Cepavs, vai bater, mais ou menos uns mil... Vou pedir esse dado. O Ministério Público tem esses dados. Muitos núcleos não foram fechados por conta da canetada do Ministério Público, que tem tentado...

Não adianta fazer uma política de papel, como a RAV, que tem 1 ano. A RAV vinha trazer uma proposta totalmente importante: a transversalidade disso dentro da saúde. A violência pode entrar pela UBS; pode entrar pela UPA – que, inclusive, não se comunica com a SES, porque é Iges, e os sistemas não se comunicam; pode entrar pela atenção terciária.

Isso está sendo, neste momento, uma política de fachada, eu acho, já que não há servidor. Cadê os servidores para atender a essas mulheres? Quero trazer os dados do déficit de pessoal, para vermos se mulher tem sido importante. Não queremos flor, não queremos parabéns; queremos dignidade!

Em São Sebastião, há 3 anos, o Cepav está sem assistente social. Três anos sem assistente social, que é necessário para o atendimento! Planaltina está sem psicólogo. Pegam sabem de quem o psicólogo? De sobradinho. Descubra um santo para cobrir o outro.

E sabem quem está ficando doido? Os servidores! Os servidores têm que conviver com a violência sem uma política de saúde mental para eles e sem condição. Muitas vezes, os núcleos funcionam, presidente...

(Soa a campanha.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – ... – para terminar – dentro de banheiro, embaixo de escada, porque um local decente para escutar a vítima de violência não é prioridade.

Nós vamos fiscalizar. Nós vamos fiscalizar. Nós vamos visitar.

Eu queria agradecer, porque, muitas vezes, não damos conta de saber tudo o que está acontecendo. Eu já sabia que estava mesmo um caos a saúde. Tenho falado isso em todas as plenárias.

Se a mulher é prioridade, vamos nos juntar. A pauta da mulher não tem partido, não tem lado; a pauta da mulher não tem base, não tem oposição. Se não há Cepav em Brazlândia, vamos lutar, juntamente com o deputado Iolando, para colocar um Cepav lá. Se não há servidor, vamos lutar por nomeação, porque esse é o meu nome. Quando falo que o meu nome é “nomeia”, não é para fazer nicho, nem fazer firula, nem jogar para a galera, é porque sei o impacto que as nomeações vão causar na ponta.

É impossível que haja um núcleo funcionando sem uma área técnica, sem uma política pública de verdade, sem servidor enquanto há mulheres na fila de espera para serem atendidas. Isso precisa acabar, deputado Max Maciel. A mulher precisa ser prioridade de verdade.

Então, nomeação já! Nomeação para todos da Secretaria de Saúde, porque o déficit é geral.

(Soa a campanha.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Também mando um abraço aos nomeias – pessoal aprovado no concurso da CLDF –, porque há uma briga minha por nomeação na CLDF. Quero colocar um psicólogo e um assistente social na Procuradoria da Mulher, porque a Procuraria da Mulher não é da deputada Dayse Amarilio, é institucional. Nós sabemos que a Comissão de Direitos Humanos também precisa e, a partir do ano que vem, haverá também a Comissão de Decoro Parlamentar. Então, que também possam nomear o pessoal da Comissão de Direitos Humanos. Nós vamos lutar por isso!

Nomeação e dignidade no atendimento nos Nupavs e nos Sepavs, porque nós vamos agora para a ponta cobrar e fiscalizar!

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio. Parabéns pela sua intervenção.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel, ainda pelos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente desta sessão, deputado Ricardo Vale, primeiro quero saudar toda a equipe do PAV que está presente. Também saúdo a comissão de aprovados da CLDF, que está aguardando nomeação – também esperamos vocês nesta casa. Parabenizo também a deputada Dayse Amarilio por sempre ser combativa nessa temática.

Eu gostei da provocação que fizemos, porque vieram para a tribuna com outra perspectiva e realidade. Eu acho isso, mas eu quero só apurar um pouco o rumo.

Primeiro, eu falei qual é a proposta da base do governo para as problemáticas. Eu a estou aguardando aqui. Fácil? Não é, não. Quem diz que é fácil? Não estou falando que é fácil. Eu quero saber qual é a visão da base do governo para resolver o problema do empobrecimento das pessoas no Distrito Federal. Qual é a proposta da base sobre a problemática na saúde pública? Qual é? E a tribuna e os anais da casa sempre deixam registrado: eu nunca vim defender igualdade. Eu?! Eu sempre quis defender equidade, e disse isso o tempo todo. Nós não somos iguais mesmo, não! Quem disse que nós somos iguais? Nós não somos iguais mesmo, não! Nós estamos muito distantes, muito distantes, por exemplo, de uma região central ou do Lago Sul, que tem uma renda *per capita* 10 vezes maior que a Estrutural. Não somos iguais mesmo! Como é que nós vamos tratar diferentemente os diferentes desta cidade? Qual é o recorte do orçamento da política pública para potencializar os mais vulneráveis desta cidade? Estamos guardando a base vir aqui dizer.

Obviamente nenhum governo é perfeito. É bom quando falam isso aqui, porque, realmente, nenhum governo é perfeito. Não é perfeito nem lá e nem cá, e ninguém está dizendo que o governo é perfeito. Em nenhuma intervenção nossa, seja na Secretaria de Educação, na saúde, na mobilidade, em qualquer tema, nós fizemos ataques gratuitos sem apresentar uma proposta atrelada aos movimentos populares, sociais e da classe trabalhadora. Há conferências históricas, há encaminhamentos e pedidos históricos de política pública que nunca foram implementados.

Eu quero fazer um raciocínio claro de como uma parte dessa base que se diz conservadora às vezes perde conexão com a fala na temática real da resolução dos problemas. Muitos dizem, por exemplo, que o maior empobrecedor da população é o Estado. É, mas porque ele privilegia o empresariado – nesse ninguém toca. Ele é intocável. E Brasília tem uma coisa muito mágica, porque o empresariado desta cidade se mistura com o serviço público. O privado sempre serve ao público. Para o privado podemos dar isenção de ICMS; podemos dar a isenção de combustível; podemos permitir um Refis que dá 130 milhões de reais de abono. Mas para o pobre, para o empobrecido, que vai recorrer ao Estado? Eu vi aqui, o deputado falou: “Sempre a população recorre ao Estado”. Para esses é um crime, mas o empresariado pode recorrer ao Estado permanentemente! Essa é a nossa contradição.

Eu quero dar um exemplo aos nossos e eu aceito dialogar sobre essa grande problemática. Existe uma tese dos mais bilionários – incluindo o Vale do Silício –, que assinam um documento dizendo que a saída para o mundo é implementar o Renda Mínima, deputado Ricardo Vale, sabe por quê? Porque o capitalismo só existe com consumo. Se todo mundo empobrece, como é que esse capitalismo existe? Como ele vai sobreviver em uma geração que só vê aumentar cada vez mais o percentual da inteligência artificial e da automação?

Eles não são burros, é só ler, eu não vou indicar onde ler, não. Vá pesquisar, porque deu trabalho para estudar, vá estudar também. Vá estudar o que a Finlândia fez para não ter pobre. Este é o resumo: a Finlândia paga para não ter pobre, porque a Finlândia sabe que os empobrecidos trazem muito ônus ao erário e à lógica do Estado. Não é uma questão de renda, é de condição da sociedade, que sabe o quanto custa uma criança fora da escola.

Houve alguém aqui que ainda falou: “Venezuela, Cuba...” Eu não vou debater conjuntura internacional sem analisar a interferência de um país em outro. No Brasil não há embargo econômico, no Brasil existe o livre comércio. Mas no Brasil ainda há muito analfabetismo, em Cuba, não. Vamos resolver essa matemática, tragam-me a solução e nós resolvemos. Vai debater a fome? Eu não quero fazer a métrica de quem mais circula pela cidade, não. Eu não sou desses, todos aqui circulam pela cidade, pelos territórios. Só não vê quem está com fome na rua quem não quer. Então, só não vê quem está sem cadeira para sentar-se no atendimento de saúde pública quem não quer. Só não vê aquele...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – ... profissional de saúde que não consegue ter qualidade no trabalho quem não quer. Só não consegue ver que o PS do Hospital de Ceilândia – que tem 12 milhões de reais parados na Caixa Econômica Federal – não sai do papel quem não quer.

Essa é a pergunta que eu vou continuar fazendo para a base com a maior tranquilidade, posso um dia até ser situação, eu sou uma oposição com respeito, mas eu não alivio. Ainda quero saber da base deste governo: quais são as propostas e as políticas interventivas para a resolução desses problemas reais, sinceros e verdadeiros de uma capital desigual, criada para ser desigual, que expulsa todo dia os seus de terem acesso à qualidade de vida?

Assim eu encerro, presidente, obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Antes de encerrar a sessão, eu quero falar um pouco sobre a audiência pública de ontem em que se discutiu a questão da população em situação de rua no Distrito Federal. Foi uma das audiências mais emocionantes da minha vida. Eu acompanho a Câmara Legislativa há muitos anos, fui deputado de 2015 a 2018, retornei agora. Foi um momento ímpar, porque pela primeira vez estiveram aqui pessoas em situação de rua que usaram esta tribuna e falaram tudo que estava dentro do coração delas, o sofrimento pelo qual elas passam nas ruas.

São muito tristes os depoimentos que escutamos ontem. A situação é gravíssima, são 8 mil pessoas em uma vulnerabilidade total. São 8 mil pessoas, segundo o CadÚnico, que não têm moradia, emprego; não têm possibilidade de criar e de construir relações sociais.

Fica aqui o apelo ao Governo do Distrito Federal e a esse grupo executivo que foi criado para que deem a essas pessoas uma atenção com muito carinho, com muito cuidado, porque elas merecem. Essa população tem crescido muito.

Ontem, vendo a participação e as intervenções deles, saímos daqui, todos nós, muito comovidos. Tivemos a presença de representantes de muitos órgãos do governo, inclusive eu quero agradecer ao Governo do Distrito Federal, na pessoa do Gustavo Rocha, que conseguiu mandar para esta casa a Secretaria de Habitação, a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Justiça, a Codhab, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Segurança e outros órgãos que eu não lembro aqui.

Então, foi uma audiência extremamente importante, que deu a essas pessoas a esperança de um futuro melhor, a esperança de que eles possam sair das ruas, a esperança de que possamos construir uma política pública que realmente funcione nesta cidade para tirar essas pessoas da rua.

Fica aqui esse registro. Como eu falei, foi um momento muito marcante na minha vida. Conversando, ontem, com o secretário Gustavo Rocha, da Casa Civil, a câmara vai participar desse grupo executivo que o GDF montou. Precisamos fazer uma força-tarefa, um pacto social, para resolver o problema ou minimizar a situação dessas pessoas de rua.

Eu queria parabenizar o movimento nacional que cuida dessa questão da pessoa em situação de rua, a Joana, o Cleidson, que nos procuraram, permitindo que fizéssemos uma das audiências públicas mais marcantes da história desta casa.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Eu gostaria de informar que, em razão da aprovação do Requerimento nº 1.128/2024, de autoria do deputado Max Maciel, a sessão ordinária de quinta-feira, dia 14 de março de 2024, será transformada em comissão geral para tratar sobre o Sistema de Bilhetagem Automática, SBA, do sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal.

Não havendo quórum para votação, e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h11min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde

Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

CEB – Companhia Energética de Brasília

Cepav – Centro de Especialidade para Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar e Doméstica

CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados

CIL – Central de Intermediação em Libras

CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal

Ata Circunstanciada da 9ª Sessão Extraordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 9ª
(NONA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 12 DE MARÇO DE 2024.

INÍCIO ÀS 16H40MIN

TÉRMINO ÀS 19H07MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberta a sessão extraordinária, de 12 de março de 2024, nos termos do art. 120 do Regimento Interno.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o nobre deputado Ricardo Vale a secretariar os trabalhos da mesa.

Solicito que as senhoras e os senhores deputados registrem a presença nos terminais para verificação do quórum.

(Procede-se à verificação do quórum por meio do painel eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Dá-se início à
ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, na verdade, eu quero discutir o projeto da Caesb quando ele entrar em discussão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, existe a possibilidade de fazer como declaração de voto? Ou V.Exa. prefere discutir?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Pode ser.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pode ser como declaração de voto?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Pode ser.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Obrigado, deputado.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, só quero informar que conversamos com o deputado Eduardo Pedrosa, da CEOF, e com o líder do governo. Então, a votação do projeto da LDO, que foi debatido, ficou para a semana que vem, para dar tempo de sanarmos as dúvidas e fazermos a proposta de encaminhamento ao governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Presidente, era isso: quero confirmar que ficará para a próxima semana. Será melhor, tiraremos todas as dúvidas do deputado Max Maciel.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado.

Daremos prosseguimento à discussão e votação do primeiro item da pauta.

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 973/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à Garantia oferecida pela União, para a operação de crédito externo a ser contratada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 deputados.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 973/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à Garantia oferecida pela União, para a operação de crédito externo a ser contratada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu estive na Caesb, e o presidente dela me pediu apoio para esse projeto.

Eu analisei esse projeto e ele é muito importante, fundamental, presidente deputado Wellington Luiz, principalmente para a população mais carente do Distrito Federal, aqueles que ainda não possuem água tratada.

Por meio desse empréstimo e desse projeto – depois terá que haver autorização do governo federal e eu tenho certeza de que o governo federal o fará –, poderemos levar esse líquido precioso – porque sem ele ninguém vive – para milhares de moradores do Distrito Federal que ainda não têm direito à água tratada. Inclusive, o presidente da Caesb me dizia que é possível, com esse empréstimo, levar água até a Chácara Santa Luzia, na Estrutural; algumas regiões do Sol Nascente e do Pôr do Sol; e outras regiões do Distrito Federal. Por isso, nós da bancada do Partido dos Trabalhadores – eu, deputado Ricardo Vale e deputado Gabriel Magno – apoiamos esse projeto.

Conversando com o presidente da Caesb, tive oportunidade de dizer a ele que iríamos trabalhar pela aprovação do projeto. E assim fizemos. O compromisso foi assumido ontem, eu pedi que o projeto fosse incluído na pauta, e hoje o estamos votando. É realmente muito importante.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Chico Vigilante, quero manifestar minha gratidão, como cidadão de Brasília, pela forma como o senhor trata uma matéria extremamente importante como essa independentemente de ser base ou oposição, mas com a responsabilidade que um representante do povo precisa ter.

Fica consignado aqui o nosso agradecimento, em meu nome, como presidente desta casa,

como parlamentar, como cidadão. A pedido do presidente da Caesb e de toda a sua equipe, agradeço ao senhor e a todos os parlamentares que aprovaram essa importante autorização.

Muito obrigado, deputado.

Neste momento, com muita alegria e extrema satisfação, passo a presidência às deputadas Paula Belmonte, Dayse Amarílio, Doutora Jane e Jaqueline Silva. Eu gostaria que as deputadas assumissem a mesa para dar início à análise e aprovação dos projetos relativos às mulheres.

Mais uma vez, meus parabéns às mulheres que compõem este parlamento.

Muito obrigado. (Pausa.)

(Assume a presidência a deputada Dayse Amarílio.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Eu assumo a presidência, solicitando silêncio na casa.

Agradeço ao nosso presidente, um homem de honra, que tem abraçado não só a procuradoria, como órgão institucional, mas também todas as mulheres naquilo que temos precisado.

Agradeço a todas as mulheres. Eu falei agora há pouco para a TV Câmara Distrital. Agradeço também à Kilze Beatriz, que representa muito essa mulher inspiradora, trabalhadora e acolhedora. Eu acho que nós temos uma capacidade muito grande, como mulheres, de acolher, de sermos empáticas.

Em um momento tão importante como o que estamos vivendo, eu acho que isto aqui é emblemático – não é, deputada Doutora Jane? Infelizmente, nós somos só 4, mas que bom que somos 4! Que possamos ocupar esses espaços de poder e de decisão, porque daqui reverbera, realmente, uma política que pode transformar a vida das mulheres!

Há muitos desafios, porque às vezes nós temos não só que lutar para que uma lei seja feita, mas também para que essa lei vire realidade. Então, há um grande desafio. Houve a CPI do Feminicídio e estamos lutando com sensibilidade para a regulamentação de algumas leis.

Eu queria agradecer a nossa veterana, deputada Jaqueline Silva, que nos recebeu tão bem nesta legislatura. Obrigada pelo seu carinho. Obrigada, deputada Doutora Jane, pela sua força, pela sua passagem na Procuradoria Especial da Mulher e por estarmos juntas ainda. Um carinho à deputada Paula Belmonte, que eu chamo de Paulinha, com muito respeito a sua história, uma pessoa que já veio da política, sabe o quanto é difícil e que fez tanto na câmara federal.

Presidente, rapidamente, eu quero fazer um convite, porque nós vamos ter a primeira semana legislativa da mulher no dia 18. Já convido todos a participarem. A câmara vai estar aberta para a sociedade. Nós estamos fazendo uma coisa institucional, com o apoio do nosso presidente, com o apoio dos órgãos do Executivo, da sociedade civil. Nós corremos muito para fazer isso. Convoco todos para a abertura que vai acontecer às 14 horas e 30 minutos.

Inclusive, deputado João Cardoso – V.Exa. que cuida tão bem de nós, com tanto carinho –, nós vamos ter algumas programações para as mulheres e algumas programações para os homens. Eu gostaria de pedir aos deputados que envolvessem os gabinetes, envolvessem a Câmara Legislativa, porque nós vamos estar com uma pessoa falando de homem para homem na terça-feira de manhã. Nós vamos, inclusive, presentear o gabinete que mais tiver participação de servidores. É um presente bom para todo gabinete. Nós vamos gincanizar na tentativa de envolver os homens. Nós não podemos falar sobre esse assunto só para as mulheres; a solução disso passa também e, principalmente, pelos homens, pelos jovens.

Convido a deputada Doutora Jane, a deputada Jaqueline Silva e a deputada Paula Belmonte para secretariarem os trabalhos da mesa.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Não estamos cerceando o direito de falar, mas travou todo o painel. Não sei se foi algo do sistema.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Presidente, não é nada não, é só para a senhora ver o que é estar na presidência e toda hora alguém pedir pela ordem ou questão de ordem. Era só para isso. (Risos.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Nós estamos preparadas para administrar essas questões sem nenhum problema. Não sei se nós vamos chegar aos pés de V.Exa., que tem tanta experiência na presidência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, eu só pedi a palavra para dizer que essa mesa está extremamente bem representada, elegante. Como eu fico feliz em saber que a mulher pode estar onde ela quiser, deputada Paula Belmonte.

Parabéns pela condução do trabalho nesta tarde a vocês 4, que representam todas as mulheres do Distrito Federal – e com muita dignidade. V.Exas. estão com muito respeito – saibam disso – e estão extremamente elegantes aí em cima.

Parabéns.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, deputado Pastor Daniel de Castro. Obrigada também pelo seu apoio na comissão que eu presido, que é a Comissão de Assuntos Sociais, e por sua luta pela saúde.

Item nº 225:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 178/2023, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “Garante prioridade de atendimento médico-hospitalar às mulheres vítimas de violência”.

Aprovado parecer favorável da CESC na forma da emenda de relatora. A CAS, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o projeto e a emenda.

A presidência designa o deputado Max Maciel para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Max Maciel, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DOUTORA JANE – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, esta é uma ideia da deputada Jaqueline Silva, com a qual concordo plenamente: nós poderíamos votar somente os projetos dos deputados que estão na casa, a não ser que haja justificativa ou atestado médico. Caso não haja uma ausência justificada, pediria que votássemos apenas os projetos dos deputados que estão na casa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, eu gostaria de fazer apenas uma ponderação ao que falou a deputada Doutora Jane.

Hoje nós temos alguns casos, como o do deputado Fábio Félix, que está no Ministério da Educação; e do deputado Jorge Vianna, que ainda convalesce, em razão da perda do pai, e outros casos. Como esses são projetos relativos às mulheres – projetos aprovados –, eu pediria que votássemos primeiro os projetos dos deputados que estão presentes, mas que, logo na sequência, quando terminássemos, votássemos também os projetos dos deputados que não estão, em razão da importância desses projetos para a sociedade. Faço apenas essa ponderação e esse pedido para V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, o deputado Jorge Vianna está de licença médica e por isso não está presente. Quando a vez do projeto dele chegar, peço que seja votado.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Faço a seguinte ponderação: passemos então ao próximo item de pauta, mas eu queria pedir a compreensão de todos os deputados, conforme a orientação do nosso presidente, para que façamos o esforço-tarefa de votarmos todos os projetos.

Nós podemos começar pelos projetos dos deputados presentes, mas depois retornamos aos outros. Como o deputado Wellington Luiz colocou, todos os projetos têm um impacto muito grande na vida das mulheres. Então, nós começamos, mas depois voltamos e tentamos votar todos.

Peço a gentileza de nos esforçarmos para segurar o quórum até que todos os projetos possam

ser apreciados, sendo que há 1 de cada parlamentar. Então, nós precisaríamos até de mais ações. É muito relevante a votação de todos.

Item nº 226:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 881/2024, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que "Altera a Lei nº 6.623, de 25 de junho de 2020, que dispõe sobre a concessão do Aluguel Social às mulheres vítimas de violência doméstica no Distrito Federal e dá outras providências, para incluir às mães ou cuidadoras atípicas ou com filhos com deficiência que tenham sido abandonadas pelo cônjuge ou companheiro".

A proposição não recebeu o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Constituição e Justiça, que deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, deputado Fábio Félix, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhora presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Solicito ao relator, deputado Fábio Félix, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador) – Boa tarde.

Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 881/2024, de autoria deputado Eduardo Pedrosa, que "Altera a Lei nº 6.623, de 25 de junho de 2020, que dispõe sobre a concessão do Aluguel Social às mulheres vítimas de violência doméstica no Distrito Federal e dá outras providências, para incluir às mães ou cuidadoras atípicas ou com filhos com deficiência que tenham sido abandonadas pelo cônjuge ou companheiro".

A Lei nº 6.623 confere às mulheres em situação de violência doméstica participação no programa Habita Brasília além do direito ao aluguel social.

A proposição amplia o público do programa para incluir as mães ou cuidadoras atípicas com filhos com deficiência que tenham sido abandonadas pelo cônjuge ou companheiro.

Nos termos da proposição, os requisitos para acesso ao benefício devem ser previstos em futuro edital que regulamenta o programa.

A proposição foi distribuída para parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, que deverá analisar e dar o parecer à proposição sobre os direitos da mulher, da criança, do adolescente e do idoso.

A proposição é meritória. De fato, o direito à moradia é reconhecido como um direito humano fundamental, a que a proposta visa a dar efetividade. No caso das mães ou cuidadoras de filhos com deficiência, o abandono por parte de cônjuge ou companheiro coloca sobre as mulheres carga excessiva e desproporcional, o que o poder público deve compensar.

Por essa razão, o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar é pela aprovação do projeto de lei.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigado, deputado.

Só quero ratificar que não é proposição, é alteração. Alteração da lei.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Altera a Lei nº 6.623. É o Projeto de Lei nº 881. Só para corrigir.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

A presidência designa o deputado Max Maciel para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Max Maciel, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Saúdo esta mesa neste dia. É muito bom estar aqui, sendo comandado e coordenado por V.Exas.

Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 881/2024, de autoria deputado Eduardo Pedrosa, que “Altera a Lei nº 6.623, de 25 de junho de 2020, que dispõe sobre a concessão do Aluguel Social às mulheres vítimas de violência doméstica no Distrito Federal e dá outras providências, para incluir às mães ou cuidadoras atípicas ou com filhos com deficiência que tenham sido abandonadas pelo cônjuge ou companheiro”.

No âmbito dessa Comissão de Assuntos Sociais, quanto ao aspecto de mérito, manifestamos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 881/2024.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhora presidente, designo a deputada Jaqueline Silva.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Solicito à relatora, deputada Jaqueline Silva, nossa maravilhosa e veterana deputada, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, presidente.

Antes de fazer a nossa relatoria, quero parabenizar o deputado Eduardo Pedrosa pela proposição. Eu tive a oportunidade de, no final de semana, estar no evento direcionado para as mães atípicas, deputado, e V.Exa. escutou a voz daquelas mulheres ao propor uma alteração como esta neste projeto.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 881/2024, de autoria deputado Eduardo Pedrosa, que “Altera a Lei nº 6.623, de 25 de junho de 2020, que dispõe sobre a concessão do Aluguel Social às mulheres vítimas de violência doméstica no Distrito Federal e dá outras providências, para incluir às mães ou cuidadoras atípicas ou com filhos com deficiência que tenham sido abandonadas pelo cônjuge ou companheiro”.

O incentivo tratado na proposta não se reveste da disciplina por renúncia de receita. Assim, não encontra óbice a sua admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira.

No mérito, a proposição é de grande importância e traz impacto social, haja vista os benefícios futuros que irá trazer às mulheres.

Pelo exposto, votamos, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 881/2024.

É o parecer, senhora presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 deputados.

Solicito ao vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhora presidente, designo o deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Solicito ao relator, deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 881/2024, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que “Altera a Lei nº 6.623, de 25 de junho de 2020, que dispõe sobre a concessão do Aluguel Social às mulheres vítimas de violência doméstica no Distrito Federal e dá outras providências, para incluir às mães ou cuidadoras atípicas ou com filhos com deficiência que tenham sido abandonadas pelo cônjuge ou companheiro”.

O meu parecer é pela admissibilidade do referido projeto no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 881/2024, em primeiro turno.

Vou passar a palavra ao autor do projeto, mas, antes, quero fazer o relato da minha admiração, deputado Eduardo Pedrosa, pela sua atuação na saúde e pelo carinho que tem por algumas áreas que tratam de pessoas que realmente precisam. Acho que a política foi feita para essas pessoas como uma reparação histórica. V.Exa. desenvolve um grande trabalho com as pessoas que estão sofrendo com câncer, com os autistas.

Esse projeto é muito emblemático e, quando o vi, fiquei muito feliz. Trata-se de um projeto que tem a sua cara. Quero parabenizar V.Exa. por ele.

As mães atípicas sofrem muito. Já é difícil para a criança atípica, porque ela é diferente, e nós, como mães, sabemos o quanto isso é difícil. Às vezes, a mulher não consegue trabalhar... Na nossa solenidade de posse, esteve presente uma mãe atípica, e vimos a preocupação dela com a criança, que interagia... Nós precisamos abraçar essas mães.

Eu só queria parabenizar V.Exa.

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, presidente. Sua fala é uma alegria muito grande para mim.

Eu queria, antes de mais nada, saudar todas as deputadas, mulheres desta casa – deputada Jaqueline Silva, deputada Doutora Jane, deputada Dayse Amarilio e deputada Paula Belmonte. É muito especial e simbólico ver essa mesa formada hoje. Realmente este é um dia muito feliz.

Eu queria também externar um pouco da minha felicidade de hoje poder votar esse projeto, que desenvolvemos ouvindo muitas pessoas que traziam para nós uma angústia muito grande.

Muitas mães, muitas vezes, não têm condição de cuidar de um filho por conta dos custos, os quais sabemos que acabam representando muito. Muitas dessas mães são abandonadas pelos companheiros. Em 78% dos casos de pessoas que têm um filho com autismo de grau severo ou com uma doença rara degenerativa, a mãe é abandonada pelo companheiro. Essas pessoas acabam quase abdicando das suas vidas para cuidar da vida dos seus filhos e enfrentam uma dificuldade enorme.

Acho que a inclusão delas no aluguel social lhes faz justiça e lhes dá condição de avançarem, de se desenvolverem e de cuidarem dos seus filhos com mais harmonia. É isto que queremos: trazer respeito a essas mães, trazer respeito a essas pessoas.

Para mim, este é um dia muito especial. Fazer a votação desse projeto, que sabemos ser muito

importante, pode mudar a vida de muita gente. Trata-se da alteração de uma lei.

Também aproveito a oportunidade e faço um pedido especial ao Governo do Distrito Federal: que, de fato, tenhamos editais e programas abrangentes para que as mulheres vítimas de violência consigam ter acesso ao aluguel social. Queremos que o Distrito Federal seja um lugar que acolha a mulher.

Muitas vezes, vemos casos em que a mulher fica na casa porque depende financeiramente do colega. Ela fica na casa e entra na normalidade da agressão, da violência, dessa coisa horrível que nós temos que combater.

Queremos que o DF seja um lugar onde, se o homem agredir a mulher, ela poderá sair de casa, e o governo vai cuidar da mulher, vai lhe dar oportunidade de ter um lar, um teto para poder cuidar da sua família e seguir a sua vida em frente. Esse é o Distrito Federal que queremos.

Quero parabenizar todas as deputadas por este mês tão especial e também por todas as iniciativas que estamos vendo aqui hoje. Há muitos projetos bons, o que é uma alegria enorme. Espero que consigamos aprovar esse projeto das mães atípicas, o qual vai ser muito especial para mim e, acredito, para todos nós.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Doutora Jane.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Deputado Eduardo Pedrosa, quero parabenizá-lo pela sensibilidade de buscar a ampliação desse direito para essas mães atípicas.

Nós sabemos que essa lei é de 2020 e ainda tem muita dificuldade de exequibilidade. Nós que nos debruçamos sobre o tema violência doméstica sabemos que diversos motivos prendem uma mulher em um relacionamento abusivo ou impedem que ela saia de casa: são os filhos, a vergonha social, a relação afetiva que ela tem e que a deixa presa nessa relação que ela jura que é amor – situação em que ela precisa se tratar. E por aí vai.

Todavia, um dos problemas que saltam aos nossos olhos é a questão financeira. Essa lei já existe desde 2020, mas nós não temos visto a pronta efetividade dela. O senhor falou há pouco exatamente disso. Precisamos que isso seja uma coisa rápida, natural, que já parta talvez do registro do boletim de ocorrência para que ela realmente diga: “Eu vou sair de casa”. Ao tomar a decisão, ela não pode ficar reticente, ela não pode ficar pensando “Eu vou ou não vou” em razão de não haver para onde ir.

Trabalhei na ponta, em delegacia, especialmente em delegacia de periferia. Muitas e muitas e muitas vezes, as mulheres fazem os registros e param na porta da DP sem saber o que fazer. Muitas retornam ao lar do agressor já na sequência.

Às vezes, ela não aceita a Casa Abrigo, que é oferecida, por diversos motivos; outras, a medida protetiva, que deveria chegar de imediato uma vez que o PJe permite uma análise 1 hora, 2 horas depois que é requerida na delegacia, demora a chegar. Então, ela fica sem ter para onde ir.

Essa possibilidade tinha que estar disponível a partir das delegacias, onde são feitos os registros, para que ela possa fazer o registro e prontamente acessar o valor que permite o aluguel social.

O meu pedido é ao Governo do Distrito Federal, para que ele torne mais efetiva essa lei a fim de que as mulheres realmente tenham acesso a isso.

É muito bem-vinda a ampliação proposta pelo deputado Eduardo Pedrosa, que propõe a medida para as mães atípicas, que já sofrem por terem filhos portadores de alguma necessidade especial, por diversos problemas, e ainda são vítimas de violência. Quase que 2, 3 ou 4 vezes mais do que as outras, elas precisam disso. Peço atenção para que essa lei, que já existe, que já está vigente, chegue de forma mais fácil às mulheres. Esse é um pedido nosso.

Neste mês de março, em que louvamos a mulher – porque a mulher é importante, a mulher é mãe, a mulher é filha, a mulher merece todas as honras –, na verdade, queremos coisas muito simples. Uma delas é esta: socorrer as mulheres que estão na ponta e que realmente precisam dessa ajuda de imediato para se livrarem da violência.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, deputada Doutora Jane, que traz essa palavra forte de quem conhece a realidade lá na ponta. Obrigada.

Continua em discussão o Projeto de Lei nº 881/2024, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O Projeto de Lei nº 881/2024 está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 16 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Vou retornar ao item nº 225, já que o deputado Jorge Vianna está de licença médica.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, eu gostaria de falar a respeito do projeto que foi aprovado.

Quero parabenizar esta casa pelo projeto de iniciativa do deputado Eduardo Pedrosa que está sendo aprovado. Como foi dito, existe o aluguel social a mulheres vítimas de violência. Na realidade, a proposta do deputado Eduardo Pedrosa amplia esse benefício.

Também foi dito que quase 80% das mulheres que têm filhos com atipicidade ou deficiência – seja autismo, seja uma doença rara – são abandonadas. É muito séria a situação, porque, além de ela ter o cuidado com essa criança, ela ainda fica como se fosse uma mãe solo.

Então, nós sabemos a necessidade de essa mulher obter inclusão na escola, obter inclusão, também, social. Como ela conseguirá trabalhar para pagar seu aluguel se ela não tiver com quem deixar o filho ou compartilhar o seu cuidado?

Eu quero parabenizar a Câmara Legislativa. Sinto-me muito honrada de estar fazendo parte desse momento histórico para todas as mães que foram abandonadas pelos seus maridos – o que, infelizmente, é uma triste realidade. De mulheres que têm filhos com atipicidade, os homens não dão conta.

Por isso, mais uma vez, falo da importância de nós – mais mulheres no poder, mais mulheres na Câmara Legislativa – estarmos aqui para nós defendermos as nossas situações, como essa situação do dia a dia. Existe violência doméstica? Existe, mas existem outras situações em que as mulheres precisam ser olhadas. E este é um projeto que faz isso.

Parabéns a esta Câmara Legislativa. Parabéns a nós todas. Parabéns ao deputado que teve essa sensibilidade.

Fica o nosso repúdio também a todos os homens que abandonam as suas companheiras por conta do nascimento de um filho que requer melhor atenção.

Muito grata. Que Deus abençoe todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, deputada, grande defensora das crianças no Distrito Federal.

Item nº 225:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 178/2023, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Garante prioridade de atendimento médico-hospitalar às mulheres vítimas de violência”.

O parecer foi aprovado pela CESC, na forma da emenda da relatoria. A CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto e a emenda.

A Presidência designa o deputado Max Maciel para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Max Maciel, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 178/2023, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Garante prioridade de atendimento médico-hospitalar às mulheres vítimas de violência”.

Presidente, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, quanto ao aspecto de mérito, manifestamos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 178/2023, na forma da Emenda Modificativa nº 1.

Esse é o voto, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, deputado Max Maciel.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhora presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 178/2023, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Garante prioridade de atendimento médico-hospitalar às mulheres vítimas de violência”.

Presidente, o projeto de lei visa a garantir prioridade de atendimento médico-hospitalar às mulheres vítimas de violência.

Considerando que a proposta não acarreta aumento de despesa para o DF e nem redução de suas receitas, manifestamos voto pela sua admissibilidade com a emenda apresentada.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

S.Exa. não se encontra? (Pausa.)

Deputado Chico Vigilante, solicito a V.Exa. que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhora presidente, designo o deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Solicito ao relator, deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 178/2023, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Garante prioridade de atendimento médico-hospitalar às mulheres vítimas de violência”.

O meu voto é pela admissibilidade do referido projeto no âmbito da CCJ.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada.

Relator, há uma emenda. Quero só registrar que a emenda foi aprovada pela CESC e por todas as outras comissões. Trata-se de uma emenda. Portanto, é necessário dar o parecer, para ser feito o registro de que é pela admissibilidade com a emenda.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, como a emenda já foi analisada pelas comissões de mérito, mesmo sem o teor dela, eu vou seguir essa votação e votar pela admissibilidade da referida emenda modificativa no âmbito da CCJ.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 178/2023, em primeiro turno.

Eu gostaria de fazer um registro e parabenizar o deputado Jorge Vianna, que é servidor público, técnico de enfermagem, enfermeiro. Houve aqui um projeto, cujo veto nós derrubamos nas semanas anteriores, que garantia um local, deputada Paula Belmonte, para que a mulher em atendimento não ficasse naquela fila para fazer a ficha de atendimento, fazer a classificação de risco. Naquele momento, pedimos um local para essa mulher ser acolhida. O projeto foi vetado. Não entendemos o motivo para isso, porque garantir um local no próprio hospital para isso não causa impacto orçamentário. Mas a Câmara Legislativa derrubou o veto. Espero que não seja um dos projetos que receberá uma ação de inconstitucionalidade, porque eu, como enfermeira, vivenciei muito isso: muitas mulheres têm até vergonha de ficar naquela fila, muitas vezes, machucadas.

Então, quero parabenizá-lo, porque esse projeto traz a garantia de haver realmente um atendimento. Quantas vezes se peregrina nas filas e, por não haver médico, não haver condição, volta-se para casa sem atendimento? Parabéns, deputado Jorge Vianna!

Também já aproveito para dizer que nós fizemos um projeto sobre a violência institucional e que nós vamos agora fazer um projeto sobre assédio. Muitas vezes, no âmbito da violência institucional, deputado Martins Machado, quem acaba saindo é a pessoa que foi assediada, não é a pessoa que assediou. Nós conseguimos que esse projeto – o de violência institucional – passasse e foi também por derrubada de veto.

Algumas profissionais estavam apanhando nos postos de trabalho e ficavam com medo de trabalhar naquele hospital, porque haviam sofrido uma violência. Nós conseguimos esse projeto que garante a modificação da área de atuação da mulher, mas nós estamos pensando também na questão do assédio. Infelizmente, na situação do assédio, quem acaba saindo é sempre a mulher ou o profissional que foi assediado e não o assediador, com um PAD – é lógico –, com tudo.

Então, eu queria fazer esse registro.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 deputados.

Item nº 227:

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, o item nº 227 é de minha autoria e é uma PELO.

Eu fiz uma contagem rápida aqui, parece-me que há 15 deputados presentes.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Precisamos de 15 votos.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Só há 15 pessoas aqui. Então, se houver o compromisso de os 15 ficarem, continuamos; senão eu pediria para passar para o próximo item. Já foi aprovado na CCJ o parecer, se não me engano, e a deputada Paula Belmonte já tem o parecer também disponibilizado da Comissão Especial. Será rápido, mas só para fazer essa observação.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Neste momento, há 15 deputados. Vamos fazer recomposição de quórum, deputada. É importante para sabermos realmente quantos estão presentes, se conseguiremos aprovar isso. É um projeto importante.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade e dizer que eu me sinto muito honrada em estar aqui nesta mesa representando toda esta casa, mas queria pedir um compromisso dos deputados para que pudéssemos seguir com esta sessão hoje, até para honrar as mulheres – não só as deputadas, mas todas as mulheres do Distrito Federal. Nós temos projetos importantes dos senhores e de nós deputadas.

Então, eu queria pedir muito o compromisso para que pudéssemos otimizar o nosso tempo e que houvesse o compromisso desta casa, no dia de hoje, de votarmos todos os projetos que estão na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Deputado, precisamos de quórum qualificado, realmente, para votarmos proposta de emenda à Lei Orgânica. São 15 votos. Há 15, mas eu queria ratificar essa fala. Nós não estamos aqui para fazer uma foto bonita, para aparecer na TV Câmara, nós estamos aqui para representar as mulheres do Distrito Federal.

Nós temos um mês da mulher. Quem dera não precisássemos ter um mês da mulher para fazer isso, que tivéssemos igualdade, mas o 8 de março é para lembrarmos as mulheres que morreram para que pudéssemos estar aqui. É uma reparação histórica.

Então, eu ratifico a fala da deputada Jaqueline Silva e peço a todos os deputados que desçam ao plenário. Quantas vezes ficamos aqui votando coisas impactantes para o Distrito Federal, projetos do governo até meia-noite, 1, 2 da manhã?

Precisamos do quórum. Para isso, solicito recomposição de quórum, para podermos ver quem está presente para votarmos, se Deus quiser, todos os projetos.

Solicito que as senhoras e os senhores deputados registrem a presença nos terminais para recomposição do quórum.

(Procede-se à verificação do quórum por meio do painel eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Estão presentes 17 deputados, havendo, portanto, quórum regimental.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, queria solicitar a inclusão do Projeto de Resolução PLE 24.125, de autoria da Mesa Diretora, bem como o requerimento de autoria do deputado Fábio Félix para realização de sessão solene em homenagem aos 45 anos da Orquestra Sinfônica de Brasília. Peço por mim e pelo amigo.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Deputado, o seu pedido é uma ordem!

Convido a deputada Doutora Jane a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pela senhora secretária.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – O expediente lido vai a publicação.

Esses requerimentos são importantes. É muito importante incluirmos na pauta o projeto de resolução que consolida as normas internas para as servidoras.

Lemos um projeto de resolução do nosso gabinete, solicitando um gabinete para crianças, o Gab Kids. O primeiro aconteceu em Goiânia, pela experiência de uma vereadora que estava amamentando e não tinha espaço para isso. Já temos algumas ações de sucesso, inclusive na Câmara dos Deputados. Já existe uma sala de amamentação que as servidoras não usam. Eu nem sabia que havia essa sala de amamentação. É uma sala equipada. Que possamos também ter nesta casa um Gab Kids para que, na iminência realmente de não ter com quem deixá-las, possamos ter um espaço para as crianças aqui.

Item nº 227:

Discussão e votação, em 1º turno, do Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 3/2023, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Altera o art. 207 da Lei Orgânica do Distrito Federal para incluir atribuição ao Sistema Unico de Saúde do Distrito Federal”.

Foi aprovado o parecer da CCJ.

A Comissão Especial de Análise de Propostas à Lei Orgânica do Distrito Federal deverá se manifestar sobre a proposta.

Solicito à relatora já designada, deputada Paula Belmonte, que emita parecer da Comissão Especial sobre a matéria.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão Especial de Análise de Propostas de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal à Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 18/2015 (*sic*), de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Altera o art. 207 da Lei Orgânica do Distrito Federal para incluir atribuição ao Sistema Unico de Saúde do Distrito Federal”.

Vou direto ao voto.

Preliminarmente, cumpre consignar que, em face do § 2º do art. 210 do Regimento Interno desta Câmara Legislativa, compete à Comissão Especial examinar o mérito de propostas de emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal, como é o caso da proposta em tela.

Feita essa relevante consideração, cabe apreciar o entendimento desta relatoria a respeito da matéria versada na proposição em análise.

A iniciativa do nobre deputado Gabriel Magno e de todos os demais parlamentares que assinam a Pelo ora examinada – aqui ressalto os deputados Ricardo Vale, Chico Vigilante, Wellington Luiz, Dayse Amarilio, Fábio Félix, Max Maciel e Martins Machado – é de inquestionável mérito. Isso porque a Pelo nº 3/2023 garante atendimento público específico e especializado às mulheres e vítimas de violência em geral, conforme disposto na Lei nº12.845/2013, que “dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual”.

A disponibilidade de cirurgias plásticas reparadoras é relevante para as vítimas que sofreram agressões físicas com consequências visíveis, como queimaduras ou cicatrizes permanentes. Esses procedimentos podem ajudar na restauração da autoestima e na recuperação da saúde física. As cirurgias plásticas reparadoras podem ser realizadas de acordo com a legislação vigente, que define critérios específicos para a realização desses procedimentos, como a necessidade de laudo médico.

A organização desse atendimento especializado deve ser integrada com outros serviços, como centros de acolhimento, redes de apoio a vítimas de violência e órgãos de segurança pública. A abordagem holística é fundamental para assegurar a proteção e a recuperação das vítimas. Além do atendimento pós-violência, é igualmente importante investir em ações de conscientização e prevenção. Educar a sociedade sobre a violência doméstica e seus impactos pode contribuir para a redução desse tipo de violência.

Quanto à análise de admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça, o relator apresentou 3 emendas para os ajustes formais que se fazem necessários, que em nada alteram a substância, a essência, o conteúdo em si da proposição.

Diante do exposto, manifestamos voto pela aprovação quanto ao mérito da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 3/2023 nesta Comissão Especial, com o acatamento das Emendas nº 1, 2 e 3, apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, deputada Paula Belmonte.

Em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu quero aqui registrar a minha honra de relatar esse projeto, porque, quando falamos de violência doméstica ou de feminicídio, não nos atemos às marcas e às cicatrizes deixadas por ela. Nós vemos a mulher roxa, muitas das vezes, e, infelizmente, vemos a mulher morta, mas não nos atemos às marcas e cicatrizes. Infelizmente, eu tive contato com um grupo de mulheres sobre as quais a maldade foi tamanha. Existem homens que mutilam as mulheres. Isso é muito sério.

Primeiro, quero deixar aqui a nossa indignação a tamanho ato de monstruosidade. É também o momento aqui de darmos a essa mulher o acesso à autoestima. Mulheres que, muitas das vezes, têm parte de seu corpo detonada – como perda de dentes – e ficam consequentemente banguelas, não conseguem emprego, não conseguem entrar na sociedade. Elas se sentem menores e menores, com sua autoestima cada vez mais baixa.

Portanto, quero parabenizar todos os autores. Se estivesse ainda aberta a autoria, eu estaria subscrevendo esse projeto, porque é um projeto que faz, sim, diferença para a mulher e faz, sim, diferença para a família. Porque uma mulher com uma autoestima elevada faz com que sua família também tenha a sua autoestima elevada.

Então, parabéns, deputado Gabriel Magno.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, deputada Paula Belmonte.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Em discussão, a proposta em primeiro turno.

Eu gostaria de parabenizar o meu presidente, deputado Gabriel Magno, que é o presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Deputado Gabriel Magno, parabéns pelo projeto! Agora, com essa lei, haverá um protocolo, haverá uma política para as mulheres. Então, isso é muito importante.

Só retificando: a presença de 17 deputados.

Mando um abraço para o grupo de mulheres que fazem o trabalho, deputada Paula Belmonte, do projeto Reconstruindo Sorrisos. Elas atendem às mulheres vítimas de violência que perderam a saúde bucal por conta da violência. É um trabalho muito importante.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Peço à assessoria da mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovada.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 228:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.949/2021, de autoria do deputado Robério Negreiros, que "Dispõe sobre a fisioterapia de reabilitação para mulheres mastectomizadas no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências."

Aprovados os pareceres na CESC e na CAS, na forma da Emenda nº 1.

A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto e sobre a emenda.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhora presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.949/2021, de autoria do deputado Robério Negreiros, que "Dispõe sobre a fisioterapia de reabilitação para mulheres mastectomizadas no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências."

O Projeto de Lei visa a assegurar às mulheres que passaram por mastectomia o acesso à fisioterapia de reabilitação nas instalações da rede pública de saúde do Distrito Federal.

É importante ressaltar que essa proposição não implica aumento de despesa, uma vez que os serviços de fisioterapia já são oferecidos pela saúde pública do DF.

Diante disso, manifestamos voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.949/2021, com a emenda apresentada.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Solicito ao relator, deputado Martins Machado, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a emenda.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais à Emenda nº 1 do Projeto de Lei nº 1.949/2021, de autoria do deputado Robério Negreiros, que "Dispõe sobre a fisioterapia de reabilitação para mulheres mastectomizadas no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências."

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação da Emenda nº 1.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Vigilante para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais à Emenda nº 1 do Projeto de Lei nº 1.949/2021, de autoria do deputado Robério Negreiros, que “Dispõe sobre a fisioterapia de reabilitação para mulheres mastectomizadas no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências.”

Do ponto de vista da constitucionalidade e da regimentalidade, entendo estar atendido.

Portanto, nosso parecer é pela constitucionalidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Deputado Chico Vigilante, há 1 emenda, peço que registre a sua admissibilidade.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Acolho a Emenda Modificativa ao parágrafo único, do art. 1º, de autoria da ex-deputada Arlete Sampaio.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Em discussão, em 1º turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 230:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 579/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Institui as diretrizes para a Criação do Relatório e Diagnóstico Socioeconômico Anual da Mulher, como um instrumento para subsidiar políticas públicas e dá outras providências.”

A proposição não recebeu o parecer das comissões. A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, deputado Fábio Félix, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, designo a deputada Jaqueline Silva.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Solicito à relatora, deputada Jaqueline Silva, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 579/2023, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que “Institui as diretrizes para a Criação do Relatório e Diagnóstico Socioeconômico Anual da Mulher, como um instrumento para subsidiar políticas públicas e dá outras providências.”

No âmbito desta comissão, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 579/2023.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

A presidência designa o deputado Max Maciel para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Max Maciel, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 579/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Institui as diretrizes para a Criação do Relatório e Diagnóstico Socioeconômico Anual da Mulher, como um instrumento para subsidiar políticas públicas e dá outras providências.”

Presidente, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, quanto aos aspectos de mérito, manifestamos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 579/2023.

É o voto.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, designo a deputada Jaqueline Silva.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Solicito à relatora, deputada Jaqueline Silva, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 579/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Institui as diretrizes para a Criação do Relatório e Diagnóstico Socioeconômico Anual da Mulher, como um instrumento para subsidiar políticas públicas e dá outras providências.”

Senhora presidente, o projeto não traz em seus dispositivos medidas que acarretem aumento de despesa, bem como renúncia de receita que tenha repercussão no orçamento do Distrito Federal.

Sendo assim, vota-se no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças pela admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei nº 579/2023.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

Solicito ao vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhora presidente, designo o deputado Fábio Félix.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Solicito ao relator, deputado Fábio Félix, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 579/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Institui as diretrizes para a Criação do Relatório e Diagnóstico Socioeconômico Anual da Mulher, como um instrumento para subsidiar políticas públicas e dá outras providências.”

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 579/2023.

É o voto, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 579/2023 em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Eu queria propor que fizéssemos um revezamento da presidência. Vou passar a presidência à deputada Paula Belmonte. Agradeço à deputada Paula Belmonte, que não estava muito bem de saúde e veio pelo compromisso com a pauta. Quero fazer uma declaração de voto e também a proposta de votarmos, primeiro, os projetos das mulheres, que inclusive estão na mesa.

(Assumo a presidência a deputada Paula Belmonte.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Assumo a presidência.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio para declaração de voto.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Presidente, deputada Paula Belmonte, eu gostaria de deixar claro que fizemos uma indicação ao Governo do Distrito Federal para que as ações sejam coordenadas por uma cabeça pensante. Isso é uma questão de que falamos muito. Temos várias secretarias, deputado Max Maciel, que fazem ações para as mulheres, e essa é uma pauta muito transversal, deputada Paula Belmonte. Hoje só temos os dados na Secretaria de Segurança Pública das mulheres que fizeram o boletim de ocorrência. Não temos o real dado, que, inclusive, é subnotificado, das mulheres que sofreram violência e, por acaso, procuraram um Cras e uma UBS. Não temos esses dados, porque não há uma secretaria compilando esses dados e servindo de coordenadora de todas as ações da pasta, seja onde for essa ação dentro do Poder Executivo.

Então, pedimos ao Governo do Distrito Federal uma indicação de um projeto que obrigue a secretaria... Acho que a Secretaria da Mulher deveria estar com essa função para que as ações fossem integradas e ela conseguisse gerir tudo o que acontece nas políticas públicas, inclusive para fortalecermos essa secretaria no sentido de fortalecer a mulher.

Então, eu queria deixar esse registro, que foi um pedido nosso, parabenizando V.Exa., porque, sem dados, não fazemos política pública.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, deputada Dayse Amarilio. Foi esse o nosso motivo nesse relatório, para que possamos ter os dados de onde essas mulheres estão sofrendo, para que possamos fazer a política pública acontecer onde elas estão.

Item nº 232:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 843/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que "Dispõe sobre o registro de dados de pessoas condenadas por violência contra a mulher no Distrito Federal."

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Segurança, a Comissão de

Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à presidente da Comissão de Segurança, deputada Doutora Jane, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DOUTORA JANE – Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Solicito à relatora, deputada Doutora Jane, que emita parecer da Comissão de Segurança sobre a matéria.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei nº 843/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “Dispõe sobre o registro de dados de pessoas condenadas por violência contra a mulher no Distrito Federal.”

O parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 843/2024.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados. Houve 7 ausências.

Solicito ao presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, deputado Fábio Félix, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Presidente, designo o deputado João Cardoso.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Solicito ao relator, deputado João Cardoso, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 843/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “Dispõe sobre o registro de dados de pessoas condenadas por violência contra a mulher no Distrito Federal.”

No âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, somos favoráveis à matéria.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados. Houve 7 ausências.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarílio, que designe relator da matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Presidente, designo o deputado Pastor Daniel de Castro.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Solicito ao relator, deputado Pastor Daniel de Castro, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 843/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “Dispõe sobre o registro de

dados de pessoas condenadas por violência contra a mulher no Distrito Federal.”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, quanto aos aspectos de mérito, manifestamos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 843/2023.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados. Houve 7 ausências.

Solicito à deputada Jaqueline Silva que emita parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 843/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “Dispõe sobre o registro de dados de pessoas condenadas por violência contra a mulher no Distrito Federal.”.

Quanto aos aspectos em consonância com as normas orçamentárias e financeiras vigentes, a proposição é admissível. Assim, votamos no âmbito da CEOF pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 843/2023.

É o nosso parecer, senhora presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Solicito ao vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhora presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 843/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “Dispõe sobre o registro de dados de pessoas condenadas por violência contra a mulher no Distrito Federal.”

O projeto de lei estabelece que fica instituído no âmbito do Distrito Federal o banco de dados com registro de pessoas condenadas por violência contra a mulher, devendo nele constar as pessoas condenadas por sentença penal transitada em julgado pela prática dos seguintes crimes praticados contra a mulher, nos termos previstos no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal: I – feminicídio; II – estupro; III – estupro de vulnerável; IV – lesão corporal praticada contra a mulher; V – perseguição contra a mulher; VI – violência psicológica contra a mulher; VII – invasão de dispositivo informático.

Portanto, do ponto de vista da constitucionalidade, o projeto é constitucional, e o nosso parecer é pela sua constitucionalidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 843/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que "Dispõe sobre o registro de dados de pessoas condenadas por violência contra a mulher no Distrito Federal."

Em discussão.

Concedo a palavra com muita alegria e muita honra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidenta deputada Paula Belmonte, esse projeto, do meu ponto de vista, é altamente meritório. Espero que o governador, com aquela máquina que ele tem de rejeição de projetos, não venha a indeferir esse projeto no Executivo.

Depois de essa lei ser aprovada, eu acredito que nós devemos fazer uma ampla campanha, inclusive usando, deputado Wellington Luiz, os meios de comunicação da Câmara Legislativa, para que todas as mulheres do Distrito Federal tenham informação com relação a essa lei. Eu acredito que, uma vez que essa lei for aprovada e nós fizermos essa campanha, nós livraremos um conjunto de mulheres que muitas vezes estão namorando um vagabundo sem saber, efetivamente, que ele é um criminoso. Muitas vezes, numa festa ali, dele se agrada e tudo...

Portanto, basta a mulher acessar o banco de dados com o nome do vagabundo, do criminoso, e ela não vai passar pelo sofrimento por que muitas mulheres têm passado no Distrito Federal e no Brasil.

Portanto, é a Câmara Legislativa do Distrito Federal inovando. Acredito que com a aprovação desse projeto aqui na Câmara Legislativa e, uma vez sancionado pelo governador, abre-se caminho para que também tenhamos uma lei federal, um banco de dados nacional para que as mulheres sejam protegidas, efetivamente.

Portanto, está de parabéns o deputado Wellington Luiz pela iniciativa do projeto, que só vem no sentido de combater essa chaga terrível que é a violência e os crimes praticados contra as mulheres no nosso Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Wellington Luiz, autor da proposição.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, deputada.

Quero apenas agradecer a sensibilidade de todos os parlamentares, as palavras do deputado Chico Vigilante. Agradeço também à deputada Doutora Jane, e a experiência que a função nos deu nos obriga a ter sensibilidade em situações como essas.

Como disse o deputado Chico Vigilante, é muito comum conhecermos mulheres que acabaram se relacionando com pessoas que têm um passado de agressões e até de homicídios, de feminicídios. No Brasil, infelizmente, o feminicida, o homicida ainda está solto. O homem que agride a mulher está solto ainda, mesmo com as medidas protetivas.

Então, é importante termos essa ferramenta para que a mulher possa acessar sem o conhecimento dele. As vezes, ela fica envergonhada de perguntar. Então, haverá uma ferramenta, um instrumento.

O deputado Chico Vigilante foi muito feliz quando lembrou que isso precisa ser de âmbito nacional. Um cadastro único nacional. Para quê? Porque o cara vem de outro estado e chega aqui, mas existindo um cadastro único, com certeza, isso protegerá um pouco mais as nossas mulheres. Esse é o objetivo.

Agradeço muito o apoio de todos vocês deputados e todos os parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Obrigada, deputado Wellington Luiz.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Doutora Jane.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, presidente. Eu iria esperar a aprovação final, mas eu vou aproveitar o momento para parabenizar o deputado Wellington Luiz.

Acho que o próprio deputado Wellington Luiz e o deputado Chico Vigilante já levantaram as questões principais em relação ao mérito desse projeto. Mas eu não poderia deixar de falar da importância do projeto.

Nós que estivemos na ponta trabalhando todos os dias com essa questão e associando a questão da violência contra a mulher e, especialmente, o desconhecimento dela sobre quem é o parceiro com quem ela se relaciona.

Então, a possibilidade de um banco de dados disponível e de ampla divulgação não será – como V.Exa. mesmo disse, presidente – obrigatório, mas será um instrumento que estará disponível para que ela, antes de se envolver, possa consultar. Porque se é o inverso, primeiro ela se envolve e depois descobre que ele é um agressor de mulheres, para ela se desvencilhar dele fica mais difícil.

Então, o conhecimento prévio, com certeza, é um instrumento a mais colocado à disposição das mulheres nessa nossa luta para permitir que a mulher tenha a possibilidade de escolha e uma escolha segura.

Parabéns, deputado Wellington Luiz, pela proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, deputada Doutora Jane.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, deputado Wellington Luiz, não sabia que o senhor trabalhava tanto. Aqui vai fazendo, vai assinando, é muita coisa; controlando, ouvindo... Parabéns a um homem de honra como o senhor, eu não poderia deixar de lhe prestigiar. Eu falo que política é consequência da nossa experiência, e sei da sua experiência como um bom profissional da segurança pública, como sindicalista.

Deixo registrado que é nosso desejo que isso tenha as caras desses homens – que, para mim, não são homens – estampadas. Inclusive, nós vamos protocolar um projeto para que possamos, deputada Paula Belmonte, estampar a cara dessas pessoas. Eu coloquei no meu Instagram, numa rede de esforço, a cara de uma pessoa que está foragida, e isso ajuda. Eu acho que a cara desses indivíduos tem que estar no metrô, tem que estar na rodoviária, porque eles não têm medo de nada. Vamos ver se, pelo menos, tocando no bolso deles ou na imagem – porque honra eles não têm –, nós consigamos, realmente, diminuir... E expor, porque nós expomos a vítima, que às vezes é revitimizada, mas não expomos a cara desses safados, sem vergonha, com todo o respeito ao decoro, presidente. É de indignar.

Parabéns a V.Exa. Que possamos ter ações mais duras contra esses homens que não têm honra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Parabéns, deputada Dayse Amarilio. Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputada Dayse Amarilio, nós estamos numa campanha muito forte para separar o homem do covarde. Nós, que somos homens e que honramos o papel de pai, de filho, de marido, estamos tentando separar: o covarde é aquele que agride, é aquele que mata, e o homem é aquele que protege.

Eu tenho ido à imprensa pedir às jornalistas, quando se manifestarem sobre esses covardes, que os chamam de covarde, de canalha, de qualquer coisa, menos de homem. Homem é aquele que honra o seu papel de marido, de filho, de pai e que respeita as mulheres.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, deputado Wellington Luiz.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Antes de passarmos ao próximo item, eu quero parabenizar o deputado Wellington Luiz pelo projeto que acabamos de aprovar.

Eu penso que essa lista tem que ser um dos critérios para aprovação em concurso público, tem que ser um critério para que a pessoa tenha progressão na sua carreira. É fundamental que haja isso, porque eu estive com alguns policiais, e há policiais progredindo na própria Polícia Militar ou Polícia Civil que estão respondendo na Corregedoria por violência doméstica.

Então, nós precisamos, realmente, dar um tempo a essas pessoas para que elas possam mostrar a sua inocência, para que elas possam dar continuidade à sua carreira, porque não há condições de aprovarmos pessoas em serviço público que tenham esse tipo de comportamento.

Como foi dito aqui – e muito bem dito –, eu participei de diversas discussões lá na Câmara dos Deputados a respeito disso. Existe uma dificuldade na questão da proteção de dados, mas eu vejo que esse já é um sinal, um homem mostrando que nós temos que separar os homens dos covardes. Isso é fundamental.

Parabéns, deputado Wellington Luiz; parabéns a todos os relatores.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, deputada Paula Belmonte, eu gostaria de informar que o primeiro projeto de lei que eu apresentei na Câmara Legislativa em 2019 foi uma Proposta de Emenda à Lei Orgânica que já foi aprovada, já é lei, onde o agressor condenado por crime contra as mulheres fica, depois de cumprir a pena, 8 anos proibido de ingressar no serviço público. Já é lei.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Importantíssimo e nós temos que ter mais divulgação dessa lei para que realmente ela seja cumprida, e eu vou falar como Comissão de Fiscalização e o senhor como autor da lei, vamos ver o que está sendo feito em relação a isso.

Item nº 233:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 415/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que "Altera a Lei nº 4.761, de 14 de fevereiro de 2012, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer".

A proposta não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Direitos Humanos, a CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, deputado Fábio Félix, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Presidente, já temos parecer aprovado, e inclusive está na pauta o parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Então está registrada aqui a sua informação.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarílio, que designe relator da matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Presidente, designo o deputado Martins Machado, que sempre nos ajuda muito na Comissão de Assuntos Sociais.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Solicito ao relator, deputado Martins Machado, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 415/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que "Altera a Lei nº 4.761, de 14 de fevereiro de 2012, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer".

Com fundamento no art. 64, § 1º, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, e tendo em vista que o projeto visa garantir o direito da mulher à cirurgia plástica reparadora da mama nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer, bem como incentivar, implementar o aperfeiçoamento das técnicas cirúrgicas existentes e aplicadas à reconstrução mamária, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 415/2023, senhora presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata ao deputado Martins Machado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 deputados.

Esta presidência designa a deputada Jaqueline Silva para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à relatora, deputada Jaqueline Silva, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 415/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Altera a Lei nº 4.761, de 14 de fevereiro de 2012, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer”.

Senhora presidente, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, votamos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 415/2023.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 deputados.

A presidência designa o deputado Chico Vigilante para emitir parecer sobre a matéria no âmbito da CCJ.

Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 415/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Altera a Lei nº 4.761, de 14 de fevereiro de 2012, que Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer”.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, nosso voto é pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, deputado Chico Vigilante.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 415/2023, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 14 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 234:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Resolução nº 27/2023 (*sic*), de autoria da deputada Doutora Jane, que "Inclui e altera dispositivos da Resolução nº 167, de 2000, que "institui o novo Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências", consolidada pela Resolução nº 218, de 2005, e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Mesa Diretora e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

A presidência designa o deputado Wellington Luiz para emitir parecer sobre a matéria no âmbito da Mesa Diretora.

Solicito ao relator, deputado Wellington Luiz, que emita parecer da Mesa Diretora sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução nº 27/2024, de autoria da deputada Doutora Jane, que "Inclui e altera dispositivos da Resolução nº 167, de 2000, que "institui o novo Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências", consolidada pela Resolução nº 218, de 2005, e dá outras providências".

A proposição, ao alterar o Regimento Interno desta casa, cria a Comissão Permanente do Direito das Mulheres. No mérito, no âmbito da Mesa Diretora, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Resolução nº 27/2024.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, deputado Wellington Luiz.

Só para ficar registrado: o projeto em discussão é o Projeto de Resolução nº 27/2024. Na pauta consta 2023, mas é 2024.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 deputados.

A presidência designa o deputado Chico Vigilante para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 27/2024, que "Inclui e altera dispositivos da Resolução nº 167, de 2000, que "Institui o novo Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências", consolidada pela Resolução nº 218, de 2005, e dá outras providências".

O nosso voto é pela admissibilidade do Projeto de Resolução nº 27/2024 nesta Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 deputados.

Em discussão o Projeto de Resolução nº 27/2024 em primeiro turno.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 235:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 676/2023, de autoria do deputado Max Maciel, que "Institui o Programa Distrital Casa da Doméstica".

A proposição não recebeu parecer. A Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhora presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que emita parecer sobre matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 676/2023, de autoria do deputado Max Maciel, que "Institui o Programa Distrital Casa da Doméstica".

O programa distrital "Casa da Doméstica" visa à valorização das trabalhadoras domésticas e do cuidado para fomentar a promoção da igualdade, promover políticas públicas e geração de emprego e renda.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, no mérito, somos pela aprovação do projeto de lei que institui o programa distrital "Casa da Doméstica".

Como presidente da Comissão de Assuntos Sociais, quero parabenizar a iniciativa do deputado Max Maciel, nosso vice-presidente, por trazer a importância dessa categoria que muitas vezes é invisibilizada e que precisa tanto de fomento e de cuidado para que haja igualdade. Se nós, mulheres que estudamos, fazemos pós-graduação e temos mais oportunidades, vamos demorar 130 anos para conseguir igualdade financeira, imaginem as mulheres da periferia, invisibilizadas, como aquelas que compõem a categoria das domésticas, que precisam de tanta valorização?

Somos pela aprovação, no mérito, do referido projeto de lei. Parabenizo a iniciativa.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 deputados.

Solicito ao vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhora presidente, designo o deputado Fábio Félix.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Solicito ao relator, deputado Fábio Félix, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 676/2023, de autoria do deputado Max Maciel, que “Institui o Programa Distrital Casa da Doméstica”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade da proposição.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 676/2023, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 236:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 42/2023, de autoria do deputado Rogério Morro da Cruz, que “Estabelece diretrizes para a instituição do programa Cartão-Reforma no Distrito Federal, altera a Lei nº 3.877/2016, que “Dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal”, e dá outras providências”.

Nós combinamos que cada deputada presidiria a apreciação de 5 itens. Nós estamos no quinto item agora. Então, no próximo, eu passarei a presidência.

A proposição não recebeu o parecer das comissões. A Comissão de Assuntos Fundiários, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, deputado Hermeto... Ele não está aqui.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero chamar a atenção do deputado Rogério Morro da Cruz.

Ao ser relatado pela Comissão de Constituição e Justiça, verificou-se que esse projeto está ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, eu queria sugerir ao deputado Rogério Morro da Cruz que pedisse a retirada do projeto de pauta para ser mais bem analisado. Eu não tenho condição de dar parecer pela constitucionalidade no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça nesse caso.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Acho importantíssima essa política, que é a política de convergência.

Deputado Rogério Morro da Cruz, veja como o senhor vai fazer. Esperamos 1 minuto.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiramente quero parabenizá-la pela condução. É muito bonito ver várias mulheres, com muita competência, compondo a mesa.

Podemos aguardar para analisar melhor o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu quero registrar a minha gratidão, em especial ao presidente deputado Wellington Luiz e à Mesa Diretora. Eu tenho muita alegria de estar nesta legislatura junto com os senhores. Nós somos 24 parlamentares. Às vezes, temos divergências ideológicas, mas sempre estamos unidos para defender esta casa.

Então, esse é mais um gesto que mostra a nós todos um exemplo de convergência: a atitude de fazer mulheres comporem a mesa. É algo importante termos mulheres compondo a próxima Mesa Diretora. É importante esse simbolismo de mais mulheres na presidência.

Hoje aprovamos um projeto que fala a respeito da comissão da mulher, algo importantíssimo. Agora precisamos fazer com que os projetos sejam votados em segundo turno.

Então, eu quero agradecer a todos os parlamentares que estão aqui até agora para aprovar os projetos. Ainda há muitos projetos para aprovarmos para a mulher, para a mulher brasileira.

Passarei a presidência à deputada Doutora Jane.

(Assume a presidência a deputada Doutora Jane.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Parabenizo a deputada Paula Belmonte pela condução dos trabalhos.

Assumo a presidência.

Item nº 237:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 981/2024, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Institui o processo administrativo eletrônico relacionado à proteção aos direitos das mulheres, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CDDHCEDP, a CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, deputado Fábio Félix, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

O deputado Fábio Félix não está presente.

A presidência designa a deputada Jaqueline Silva para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à relatora, deputada Jaqueline Silva, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 981/2024, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Institui o processo administrativo eletrônico relacionado à proteção aos direitos das mulheres, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

No âmbito desta comissão, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 981/2024.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 deputados.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhora presidente, sou autora da matéria. Vou designar, com muita honra, o deputado Max Maciel, vice-presidente da comissão, para relatar a matéria. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Solicito ao relator, deputado Max Maciel, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 981/2024, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Institui o processo administrativo eletrônico relacionado à proteção aos direitos das mulheres, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, quanto ao aspecto de mérito, manifestamos o voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 981/2024.

É o voto.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 deputados.

A presidência designa a deputada Jaqueline Silva para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à relatora, deputada Jaqueline Silva, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 981/2024, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Institui o processo administrativo eletrônico relacionado à proteção aos direitos das mulheres, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

No âmbito da CEOF, votamos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 981/2024.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

O deputado Thiago Manzoni não está presente.

Solicito ao vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhora presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, trata-se do parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 981/2024, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Institui o processo administrativo eletrônico relacionado à proteção aos direitos das mulheres, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

A proposição estabelece o processo administrativo eletrônico relacionado à proteção aos direitos das mulheres, sendo instituído no âmbito do sistema eletrônico usado pelo Distrito Federal.

O nosso parecer é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 981/2024.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Obrigada, deputado Chico Vigilante.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 981/2024, em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 13 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhora presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio para declaração de voto.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, uma das grandes dificuldades que sentimos é a falta de comunicação entre todas as pastas relacionadas à mulher. Todas as secretarias, de alguma forma, contam com essa pauta. V.Exa. sabe muito bem disso.

Eu queria fazer um registro de que eu sempre lutei muito para que houvesse uma comunicação única. Com toda a dificuldade que o governo aponta, também temos isso na saúde, deputado Pepa, porque digitamos vários prontuários em vários sistemas de informação, o que é uma luta na saúde.

Se a mulher é atendida na Secretaria de Segurança Pública, ela tem um registro. Quando ela vai, por exemplo, para a casa abrigo, que é da Secretaria da Mulher, é um outro registro. Se ela vai para a saúde, é no *track*. E os registros não se comunicam. Isso tudo se perde.

É uma tentativa de unificarmos essa comunicação para que possamos, realmente, acolher a mulher, independentemente de qual sistema, de qual secretaria ela esteja. Funcionará como um SEI mulher. Não haverá gasto nenhum para o governo. Nós só vamos fazer a intersecção do próprio sistema, que já existe, colocando o sigilo de quem precisa ter acesso a essas informações.

Eu queria deixar registrado que essa ideia surgiu numa conversa – eu estava desabafando sobre isso – com a delegada Ana Paula, da Deam, da Asa Sul. Ela falou: “Por que não fazemos pelo SEI, com um modelo parecido com o SEI”.

É muito importante protagonizar quem está na ponta e consegue pensar em projetos. Nessa ansiedade de pensar em políticas para mulheres, saiu a ideia. Eu quero deixar esse registro em nome da delegada. Quero agradecer à segurança pública, em nome também da nossa presidenta.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Obrigada, deputada Dayse Amarilio.

Realmente, isso vem atender a um anseio de... A senhora esteve na ponta, na saúde, e viu a deficiência que nós temos de cadastros. Esse cadastro é especificamente em relação à mulher vítima de violência, que é atendida pelos mais diversos órgãos, mas nós temos outras deficiências de cadastros. Na segurança pública, por exemplo, é um outro grande exemplo.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Presidente, só para que eu possa falar a respeito, parabenizo a deputada Dayse Amarilio pelo projeto, porque, quando denunciamos, quando registramos nesse cadastro, coibimos a violência.

Então, é mais um dado para que nós possamos ter... O deputado João Cardoso acabou de me passar uma proposta de emenda à Lei Orgânica de que ele foi autor em 2019, em que se propõe que as pessoas não possam ser contratadas em cargos de confiança. Nós precisamos fazer valer essa lei e, para isso, esse cadastro é fundamental.

Então, parabéns, deputada Dayse Amarilio! Quero dizer que esta casa precisa ser muito rente, porque a nossa população, nesta capital, é pequena e nós temos, proporcionalmente, o maior índice de violência em relação às outras. Isso é algo que nós precisamos realmente coibir.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Obrigada, deputada Paula Belmonte.

Item nº 238:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 488/2023, de autoria do deputado Pepa, que “altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à presidente da CAS, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhora presidente, designo o deputado Pastor Daniel de Castro.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Solicito ao relator, deputado Pastor Daniel de Castro, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 488/2023, de autoria do deputado Pepa, que “altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal”.

Obrigado, senhora presidente desta sessão. Obrigado, presidente da CAS, mais uma vez, por me dar esta oportunidade.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, quanto aos aspectos de mérito, manifestamos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 488/2023, com o acolhimento da Emenda nº 1.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Obrigada, deputado Pastor Daniel de Castro.

Em discussão o parecer.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, em discussão, pela CAS. É só para deixar registrado que nós fizemos uma emenda, mas é uma emenda quanto à questão textual mesmo.

Eu queria agradecer ao deputado Pepa. Para nós, deputado Pepa, isso é muito importante. Eu sou professora de concurso, e o PDPM, que é uma política distrital criada por meio de uma portaria da Secretaria de Estado de Economia, antiga Seplad, deve ser cobrado nos concursos. Mas isso não tem acontecido. Agora, com a força da lei, todos os servidores serão obrigados a estudar isso aqui para passarem em um concurso.

O PDPM é uma política de que precisamos falar e que precisa ser fortalecida. Inclusive, nós estamos na fase de revisão. Eu estive com a secretária Gisele e nós pensamos em como fazer uma escuta ativa para fazer a revisão do PDPM. Já havia um pedido dos concurseiros, eu havia demandado à secretária Gisele e o senhor trouxe isso aqui.

Parabenizo V.Exa. e o deputado Pastor Daniel de Castro, que fez a relatoria.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 deputados.

O presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, não está presente. Solicito à deputada Jaqueline Silva que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Senhora presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Solicito à relatora, deputada Jaqueline Silva, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 488/2023, de autoria do deputado Pepa, que “altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal”.

Senhora Presidente, no âmbito da CEOF, votamos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 488/2023, acatando a Emenda nº 1.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 deputados.

Solicito ao vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhora presidente, designo o deputado Fábio Félix.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Solicito ao relator, deputado Fábio Félix, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, trata-se de parecer ao Projeto de Lei nº 488/2023, de autoria do deputado Pepa, que “altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que “estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal”.

Como não há óbice de regimentalidade e constitucionalidade, somos pela admissibilidade do referido projeto de lei.

É o voto.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Obrigada, deputado. Há uma emenda de redação apenas.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Presidente, retificando, na forma da emenda apresentada.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 488/2023, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 239:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 889/2024, de autoria da deputada Jaqueline Silva, que "institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o DIA DA PARIDADE DE GÊNERO".

A proposição não recebeu parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e da Comissão de Constituição e Justiça, que deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, deputado Fábio Félix, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhora presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Solicito ao relator, deputado Fábio Félix, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, trata-se de parecer ao Projeto de Lei nº 889/2024, de autoria da deputada Jaqueline Silva, que "institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o DIA DA PARIDADE DE GÊNERO".

Presidente, trata-se do projeto de lei que estabelece o dia 3 de julho como o dia da paridade de gênero.

Na justificativa, a autora esclarece que o dia é referência à data em que foi sancionada a Lei Federal nº 14.611, que dispõe sobre a igualdade salarial de critérios remuneratórios entre mulheres e homens. A lei que torna obrigatória a igualdade salarial entre mulheres e homens que exerçam a mesma função.

O projeto tem a finalidade de conscientizar a população a respeito de uma das faces da desigualdade de gênero no país, a desigualdade salarial. Embora já prevista legalmente, a igualdade salarial entre homens e mulheres ainda não é uma realidade no Brasil.

De acordo com o IBGE, a remuneração recebida pelas mulheres representa, em média, 78% do rendimento dos homens. Isso é uma diferença de mais de 20%. Esse dado alarmante demonstra a importância de enfrentar as desigualdades de gênero, inclusive por meio da inclusão da data no calendário que o projeto estabelece.

Por essa razão, o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar é pela aprovação do Projeto de Lei nº 889/2024.

É o voto, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Obrigada, deputado Fábio Félix.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 deputados.

Na ausência do presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, solicito ao vice-presidente, deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhora presidente, designo o deputado Fábio Félix.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Solicito ao relator, deputado Fábio Félix, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 889/2024, de autoria da deputada Jaqueline Silva, que “Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o DIA DA PARIDADE DE GÊNERO”.

Como não há óbice de regimentalidade e de constitucionalidade, somos pela admissibilidade do referido projeto de lei.

É o voto.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Obrigada, deputado Fábio Félix.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 deputados.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, quero ser rápida para não perdermos o quórum.

Quero só agradecer, de forma especial, ao deputado Fábio Félix as relatorias – diga-se de passagem – belíssimas, e a todos os deputados e deputadas desta casa.

Queríamos nós mulheres não ter que votar um dia de paridade de gênero. Queríamos nós mulheres não discutir quando se fala em questão salarial, deputado Fábio Félix. Infelizmente, nós mulheres desenvolvemos, às vezes, trabalhos até maiores que os dos homens, e os nossos salários, infelizmente, em alguns casos, não são os maiores.

Sempre deixo claro: nada de discursos feministas nesta casa. Mas este mês é muito bom para chamarmos esse tipo de atenção. Nós mulheres não queremos ser mais do que os homens. Só queremos ter o respeito dos homens, porque somos nós mulheres e homens que precisamos cuidar do nosso Distrito Federal. Somos nós mulheres que temos a sensibilidade, presidente deputado Wellington Luiz, de entender o anseio da nossa comunidade.

Quero, de forma especial, agradecer o voto de todos. Chamo a atenção desta casa porque precisamos avançar muito. Falamos em falta de espaço, e esta casa deixa isso claro. Aqui, de 24 deputados, só 4 são mulheres.

Quero fazer um registro de gratidão à pessoa do deputado Wellington Luiz, que representa todos nós, pelo carinho e consideração que tem tido por nós deputadas.

Volto a dizer: nós não queremos benefícios. Não queremos, de forma nenhuma, ser tratadas diferentemente. Só queremos ser respeitadas. Não só nós, as 4 deputadas, queremos isso, mas todas as mulheres do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Muito obrigada, deputada Jaqueline Silva.

Em discussão o Projeto de Lei nº 889/2024, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Informo que o deputado Roosevelt está em viagem oficial.

Item nº 240:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 169/2023, de autoria do deputado Roosevelt, que "Dispõe sobre a criação do Conselho Distrital de Defesa da Mulher e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar; da Comissão de Assuntos Sociais; da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças; da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, nós apresentamos uma emenda ao projeto, mas não houve designação de relatoria.

Esse já é um conselho que existe. Ele já é institucionalizado e o projeto visa a uma modificação na estrutura do conselho. Na legislatura passada, eu cheguei a conversar com o deputado Roosevelt, só que esse é um conselho que tem presidente. O projeto faz mudanças, e as conselheiras não tinham notícia do projeto.

Portanto, sabendo como os conselhos são autônomos, poderíamos deixar para apreciar a matéria na próxima semana e discuti-la com o deputado para não fazermos uma mudança em um conselho sem discuti-la anteriormente.

Eu apresentei uma emenda que mantém o conselho exatamente como ele é hoje. Eu acho que vale dialogarmos novamente com o deputado Roosevelt sobre o assunto para hoje não fazermos algo que, na verdade, crie uma divergência da Câmara Legislativa com o movimento de mulheres da cidade.

Para podermos alinhar melhor o debate, eu peço a V.Exa. que deixemos a apreciação do projeto para a semana que vem, já que o mês inteiro nós votaremos os projetos direcionados aos direitos das mulheres.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Acato a solicitação de V.Exa., uma vez que a nossa intenção é facilitar o trabalho, ajudar e não criar um tumulto e trazer para esta casa e para as mulheres algum tipo de problema.

Fica retirado de pauta esse projeto de lei.

Passaremos aos itens extrapauta.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Resolução nº 32/2024, de autoria da Mesa Diretora, que "Consolida as normas internas sobre proteção da maternidade e da paternidade e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Mesa Diretora e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao deputado Wellington Luiz que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, seria interessante darmos uma checada com a assessoria, porque, nesse caso, como a Mesa Diretora é autora, ela não deve se manifestar.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Obrigada pela contribuição, deputado Wellington Luiz.

Apenas quem deve se manifestar é a CCJ.

Na ausência do presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, solicito ao vice-presidente, deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhora presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 32/2024, de autoria da Mesa Diretora, que “Consolida as normas internas sobre proteção da maternidade e da paternidade e dá outras providências”.

A análise que nós fazemos dessa resolução é que a tramitação dela é admissível aqui na casa. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 deputados.

Em discussão o Projeto de Resolução nº 32/2024, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, eu gostaria de parabenizar a iniciativa da resolução que avança nesta casa sobre uma regulamentação não só para as mulheres que estão gestantes – ela amplia esse direito e já houve esse avanço no Distrito Federal com a Lei Complementar nº 840/2011, sobre a estabilidade –, mas também com uma ampliação para paternidade, com seu reconhecimento.

Esse é um grande desafio da sociedade brasileira e também do mundo inteiro, que é o da divisão dos cuidados com a criação dos filhos, da divisão da paternidade, da maternidade em uma sociedade ainda muito desigual, que ainda sobrecarrega muito as mulheres com o trabalho doméstico não remunerado, invisibilizado.

Então, eu quero parabenizar esta iniciativa e também lembrar que houve, em um período recente no Brasil sob a liderança da presidenta Dilma, a sanção de uma lei para as empresas privadas, que foi a lei que amplia o período da licença-paternidade. Há muito a se avançar ainda neste país, há muito a se fazer ainda para que haja a garantia dos direitos iguais para as mulheres. Há muito ainda a ser feito para que nós, homens, avancemos na compreensão do nosso papel na relação dentro de casa, dos cuidados e da divisão do trabalho doméstico.

Então, quero parabenizá-los, pois esta casa fez um gesto importante para tentar, pelo menos com os servidores, com os comissionados desta casa, dar um passo importante para o avanço desta questão tão fundamental: a igualdade.

Como eu ainda não o havia feito antes, eu gostaria de parabenizar a deputada Doutora Jane pela condução da presidência. Esta sessão, sem dúvida nenhuma, entra para a história como uma sessão muito importante que esta Câmara Legislativa apresenta para a sociedade de Brasília e para o parlamento brasileiro sobre a fundamental contribuição que as mulheres podem dar e devem dar na política brasileira.

Obrigada, senhora presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Obrigada, deputado Gabriel Magno. Eu gostaria de dizer ao senhor que, a cada vez que o senhor se manifesta sobre algo que parece simples, como a divisão do trabalho em casa, a divisão do trabalho doméstico, quando isso é feito por um homem em

uma casa de leis, isso reverbera para todo o Distrito Federal. Isso é muito importante para que outros homens o ouçam e tratem isso com muita naturalidade.

Obrigada, deputado.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 3.013/2022, de autoria do deputado Martins Machado, que "Institui o Programa de Incentivo à Economia Solidária voltado para mulheres e dá outras providências".

Há o parecer favorável da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, como é um projeto que trata de um programa, ele tem que passar pela CEOF também.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Acato a solicitação de V.Exa.

A Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverão se manifestar sobre o projeto.

A presidência designa a deputada Jaqueline Silva para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à relatora, deputada Jaqueline Silva, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão – primeiro, eu gostaria de dizer que tenho muito respeito pelo deputado Martins Machado. Como eu não consegui ter acesso ao projeto, eu não estou confortável para apresentar o parecer pela CEOF.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, também tenho muito apreço pelo deputado Martins Machado. Vejo que é um projeto importante. Estamos falando de economia solidária, algo que nós defendemos, mas é mais prudente deixarmos para votá-lo semana que vem, quando houver o dia de votação. Faremos o parecer junto ao presidente da CEOF.

O que V.Exa. pensa sobre isso?

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Peço ao deputado Martins Machado que se manifeste sobre a retirada do projeto.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, eu me manifestarei agora e falarei sobre a minha posição. Primeiro, eu gostaria de destacar a beleza interior das mulheres. Eu sinto o senso de justiça. É fundamental que as mulheres tenham senso de justiça, principalmente aquelas que ocupam a função que V.Exas. ocupam. Também vejo a sensibilidade social de V.Exas. e o equilíbrio na condução do trabalho desta casa hoje.

Eu concordo com V.Exas. Eu acato que o projeto fique para a próxima semana.

Finalizo a minha fala dizendo que as mulheres sábias edificam a casa. Neste caso, há a edificação desta casa legislativa, pelo trabalho de V.Exas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Obrigada, deputado Martins Machado.

O projeto foi retirado da pauta.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, eu gostaria de registrar a importância desse projeto, parabenizando o deputado Martins Machado, porque

nós vemos que há muita dificuldade. Nós sabemos, por exemplo, que há muitos cursos na Casa da Mulher Brasileira que as preparam, mas não há serviços para desaguarmos essas mulheres. Às vezes, elas fazem os cursos, mas não há emprego para elas.

Nós precisamos gerar uma economia criativa nos próprios territórios. Precisamos fomentar uma economia solidária para que elas possam vender, comprar e para que possamos gerar oportunidade para que elas possam, inclusive, ser empresárias do seu próprio negócio e gerar renda. Deixo aqui o meu registro sobre a importância desse trabalho e que trazemos esse assunto para discussão.

Nós temos que preparar as empresas e o Distrito Federal para que recebam as mulheres vítimas da violência. Muitas mulheres desistem, porque a empresa não está preparada para elas. Às vezes, a mulher emite uma medida protetiva, mas o agressor perambula pelo seu local de trabalho e ela acaba desistindo de trabalhar, porque a empresa não está preparada para recebê-la. Nós temos que pensar sobre isso. Não se trata apenas de fazer os cursos, mas garantir o seu emprego. Que nós possamos retomar esse projeto.

Agradeço e parabeno o deputado Martins Machado por essa iniciativa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, eu só quero alertá-los que este projeto está tramitando nesta casa desde 2022, há bastante tempo. Ele não cria despesa. O SACP não o encaminhou para a CEOF porque o projeto não cria despesa; logo, não precisa passar por essa comissão. Portanto, sei que o deputado Martins Machado aceitou transferir a votação para a próxima semana, mas acho que poderíamos votar no dia de hoje.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, fui esclarecida pelos assessores da mesa, que me disseram exatamente o que o deputado Chico Vigilante falou. Como é um projeto que cria um programa que não impacta nenhum órgão público financeiro, nos dá a garantia de votar sem acarretar despesa ao Estado.

Mais uma vez parabeno V.Exa. pela sensibilidade, pela economia criativa; vejo que é fundamental para que possamos fortalecê-lo. Parabéns!

Portanto, caso V.Exa. queira rever, podemos votar o projeto ainda hoje. Estou à disposição para votar.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Consulto o deputado Martins Machado se podemos votar o projeto na data de hoje.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Sem revisão do orador.) – Como autor do projeto, é claro que eu quero votar. Indago à deputada Jaqueline Silva, que levantou a dúvida – que é natural –, se ela concorda em apreciarmos o projeto.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Sem revisão da oradora.) – Com certeza, deputado Martins Machado.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Esta presidência acata a solicitação de V.Exa.

A presidência designa o deputado Chico Vigilante para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente e deputado Martins Machado, há que se perguntar por que esse projeto está tramitando desde 2022 e ainda não havia passado pela CCJ! Onde ele ficou parado? Quem o parou? Acho que é importante fazermos esses questionamentos porque há projetos que ficam por aí.

Vamos ao parecer.

Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 3.013/2022, de autoria do deputado Martins Machado, que “Institui o Programa de Incentivo à Economia Solidária voltado para mulheres e dá outras providências”.

Analisando do ponto de vista da admissibilidade e da constitucionalidade, o nosso parecer é

pela constitucionalidade e admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA DOUTORA JANE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a presidência a deputada Jaqueline Silva.)

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Em atendimento ao Requerimento nº 3.460/2022, esta presidência convoca as senhoras e os senhores deputados para a segunda sessão extraordinária de hoje, a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação, em segundo turno, dos seguintes projetos:

- Item nº 1: Projeto de Lei nº 178/2023, de autoria do deputado Jorge Vianna;
- Item nº 2: Projeto de Lei nº 881/2024, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa;
- Item nº 3: Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 3/2023, de autoria do deputado Gabriel Magno;
- Item nº 4: Projeto de Lei nº 1.949/2021, de autoria do deputado Robério Negreiros;
- Item nº 5: Projeto de Lei nº 579/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte;
- Item nº 6: Projeto de Lei nº 843/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz;
- Item nº 7: Projeto de Lei nº 415/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro;
- Item nº 8: Projeto de Resolução nº 27/2024, de autoria da deputada Doutora Jane;
- Item nº 9: Projeto de Lei nº 676/2023, de autoria do deputado Max Maciel;
- Item nº 10: Projeto de Lei nº 981/2024, de autoria da deputada Dayse Amarilio;
- Item nº 11: Projeto de Lei nº 488/2023, de autoria do deputado Pepa;
- Item nº 12: Projeto de Lei nº 889/2024, de autoria da deputada Jaqueline Silva;
- Item nº 13: Projeto de Lei nº 169/2023, de autoria do deputado Roosevelt;
- Item nº 14: Projeto de Lei nº 32/2024, de autoria da Mesa Diretora;
- Item nº 15: Projeto de Lei nº 3.013/2022, de autoria do deputado Martins Machado.

Corrigindo, os itens nºs 3 e 13 foram retirados.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

(Levanta-se a sessão às 19h07min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

Caesb – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

CDDHCEDP – Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

Ata Circunstanciada da 10ª Sessão Extraordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 10ª
(DÉCIMA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 12 DE MARÇO DE 2024.

INÍCIO ÀS 19H07MIN

TÉRMINO ÀS 19H54MIN

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Declaro aberta a segunda sessão extraordinária do dia 12 de março de 2024.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a deputada Doutora Jane para secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito que as senhoras e os senhores deputados registrem a presença nos terminais para verificação do quórum.

(Procede-se à verificação do quórum por meio do painel eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Dá-se início à
ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Presidente, quero aproveitar a presença dos membros da mesa e do presidente deputado Wellington Luiz para solicitar a melhoria da questão digital do pessoal da equipe, porque nós temos que assinar muitos documentos, deputado. Primeiro, estamos gastando papel, o que não é ecológico, e, segundo, facilita muito o trabalho. Hoje as câmaras são todas digitais. Faço a V.Exa. e à Mesa o pedido de que possamos desenvolver algo para facilitar esse trabalho.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero dizer que este dia é muito emblemático porque as 4 mulheres desta casa estão sentadas no mais alto lugar deste plenário, na Mesa Diretora. Nós homens estamos sob o comando de V.Exas. Nós aproveitamos para mandar um recado para a sociedade brasileira que assiste a nós neste momento por meio dos canais da TV Câmara Distrital.

Quero dizer que nós homens respeitamos demais as mulheres que estão aqui, que representam o conjunto de mulheres do Distrito Federal. Mas, este momento não pode ser vivido somente hoje, tampouco em homenagem apenas ao dia 8 de março, que é o Dia Internacional da Mulher, ou ao mês de março, que é o mês da mulher. O dia da mulher é todos os dias. O respeito à mulher começa dentro das nossas casas. É o filho com a mãe, o pai com a mãe, o irmão com a irmã. É onde construímos uma sociedade que passa pelo respeito à mulher.

Cada deputado que falou aqui, falou com o coração. Então, percebemos que a fala é verdadeira. Nessa fala, nós estamos falando para Brasília: Chega! Basta! Nós não podemos mais aceitar nenhum tipo de violência contra a mulher, muito menos feminicídio. Inclusive, somos o primeiro estado com o maior número de feminicídios. Esse título não é de Brasília. Nós homens não aceitamos esse título. Nós estamos dizendo que respeitamos as mulheres.

Para finalizar a minha fala, presidente, permita-me, em respeito a todas as mulheres, ler um texto que diz assim: "Mulher virtuosa, quem a achará? O seu valor excede ao de finas joias. O coração do seu marido confia nela e não há falta de ganho. Ela lhe faz muito bem e não mal todos os dias da

sua vida”.

Olhem o papel da mulher. Ela dá a vida por esse nome chamado família. A mulher dá a vida pelo marido, a mulher dá a vida pelo filho. Então, nós homens temos que aprender a dar as nossas vidas pelas mulheres.

Que vivam as mulheres! Parabéns a vocês 4.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Obrigada, deputado Pastor Daniel de Castro. Gratidão.

Item nº 1:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 178/2023, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Garante prioridade de atendimento médico-hospitalar às mulheres vítimas de violência”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno com a presença de 13 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 178/2023, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Garante prioridade de atendimento médico-hospitalar às mulheres vítimas de violência”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 2:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 881/2024, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que “Altera a Lei nº 6.623, de 25 de junho de 2020, que dispõe sobre a concessão do Aluguel Social às mulheres vítimas de violência doméstica no Distrito Federal e dá outras providências, para incluir às mães ou cuidadoras atípicas ou com filhos com deficiência que tenham sido abandonadas pelo cônjuge ou companheiro”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno com a presença de 13 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhora presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 881/2024, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que “Altera a Lei nº 6.623, de 25 de junho de 2020, que dispõe sobre a concessão do Aluguel Social às mulheres vítimas de violência doméstica no Distrito Federal e dá outras providências, para incluir às mães ou cuidadoras atípicas ou com filhos com deficiência que tenham sido abandonadas pelo cônjuge ou companheiro”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 3:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.949/2021, de autoria do deputado Robério Negreiros, que “Dispõe sobre a fisioterapia de reabilitação para mulheres mastectomizadas no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, nós perdemos uma pessoa muito importante para a luta contra o câncer de mama no último domingo. Referente a este projeto, ele diz respeito à reabilitação das mulheres mastectomizadas, que é o que ocorre com a maioria das mulheres que passam por um câncer tão invasivo.

Eu quero deixar registrado que foi a Verinha, que tem a Rede Feminina Contra o Câncer. Ela foi pessoa uma emblemática no Distrito Federal e é emocionante vermos que ela deixou um legado, já que, muitas vezes, queremos deixar para os nossos filhos uma herança, e não nos preocupamos com o legado.

Naquele momento, no enterro da Verinha, eu pude pensar um pouco. A Verinha é uma das pessoas que conseguiu cumprir um propósito de vida. Muitas pessoas passam por essa vida sem saberem quais são os seus propósitos, e ela cumpriu esse propósito.

Eu tinha que fazer esse registro, presidente, mandando um abraço a toda a família e dizendo para as mulheres da Rede Feminina que a Rede continua, que a voz da Verinha irá reverberar e iremos continuar apoiando, em nome da Verinha, todas as mulheres que lutam contra o câncer de mama.

Eu quero fazer esse registro porque foi muito emocionante. É com grande pesar que eu trago essa notícia, já que algumas pessoas não sabiam.

Muito obrigada, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno com a presença de 13 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, de acordo

com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.949/2021, de autoria do deputado Robério Negreiros, que “Dispõe sobre a fisioterapia de reabilitação para mulheres mastectomizadas no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 4:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 579/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Institui as diretrizes para a Criação do Relatório e Diagnóstico Socioeconômico Anual da Mulher, como um instrumento para subsidiar políticas públicas e dá outras providências”.

O projeto foi aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno com a presença de 13 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 579/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Institui as diretrizes para a Criação do Relatório e Diagnóstico Socioeconômico Anual da Mulher, como um instrumento para subsidiar políticas públicas e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 5:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 843/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “Dispõe sobre o registro de dados de pessoas condenadas por violência contra a mulher no Distrito Federal”.

O projeto foi aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 843/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que "Dispõe sobre o registro de dados de pessoas condenadas por violência contra a mulher no Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 6:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 415/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que "Altera a Lei nº 4.761, de 14 de fevereiro de 2012, que 'Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer'".

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno com a presença de 13 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 415/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que "Altera a Lei nº 4.761, de 14 de fevereiro de 2012, que 'Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer'".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 7:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Resolução nº 27/2023 (*sic*), de autoria da deputada Doutora Jane, que "Inclui e altera dispositivos da Resolução nº 167, de 2000, que institui o novo Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências", consolidada pela Resolução nº 218, de 2005 e dá outras providências".

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Faço uma correção: trata-se do Projeto de Resolução nº 27/2024.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final do Projeto de Resolução nº 27/2023 (*sic*).

Desculpe-me: Projeto de Resolução nº 27/2024.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 27/2024, de autoria da deputada Doutora Jane, que "Inclui e altera dispositivos da Resolução nº 167, de 2000, que institui o novo Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências", consolidada pela Resolução nº 218, de 2005 e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a promulgação.

Item nº 8:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 676/2023, de autoria do deputado Max Maciel, que "Institui o Programa Distrital Casa da Doméstica".

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão o Projeto de Lei nº 676/2023, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 676/2023, de autoria do deputado Max Maciel, que “Institui o Programa Distrital Casa da Doméstica”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 9:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 981/2024, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Institui o processo administrativo eletrônico relacionado à proteção dos direitos das mulheres, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão o Projeto de Lei nº 981/2024, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 981/2024, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Institui o processo administrativo eletrônico relacionado à proteção dos direitos das mulheres, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 10:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 488/2023, de autoria do deputado Pepa, que "Altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que "Estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal".

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão o Projeto de Lei nº 488/2023, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 488/2023, de autoria do deputado Pepa, que "Altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que "Estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 11:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 889/2024, de autoria da deputada Jaqueline Silva, que "Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o "DIA DA "PARIDADE DE GÊNERO.""

Por ser autora do próximo item, passo a presidência à deputada Paula Belmonte.

(Assume a presidência a deputada Paula Belmonte.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Assumo a presidência.

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão o Projeto de Lei nº 889/2024, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em segundo turno, com 13 votos favoráveis.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, de acordo

com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 889/2024, de autoria da deputada Jaqueline Silva, que "Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o "DIA DA "PARIDADE DE GÊNERO.""

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, muito obrigado. Eu queria fazer só dois comentários muito rápidos.

Quero aproveitar esta sessão, que é uma sessão simbólica e importante, para agradecer a dedicação de vocês, 4 mulheres parlamentares que hoje lideram esta sessão, pelo avanço que nós estamos fazendo aqui, tanto na tentativa de avançar nas legislações como na reflexão que nós estamos fazendo sobre o direito das mulheres.

Há uma dimensão histórica desse processo. Muitas mulheres lutaram para que vocês estivessem aí onde estão hoje, assim como para que outras tantas mulheres estivessem ocupando cargos de poder neste país. Nós temos que lembrar que as mulheres começaram a votar muito tarde no Brasil. Só em 1932 as mulheres tiveram direito ao voto, e, mesmo assim, o direito era limitado.

Então, eu quero homenagear um lado que hoje tem sido até demonizado por alguns setores da sociedade, que são as mulheres feministas, as que colocaram a cara, as que enfrentaram estereótipos de gênero, as que enfrentaram modelos de vestimenta que eram impostos em diferentes momentos da história, as que tiveram coragem inclusive de lutar pelo direito ao divórcio, não porque achassem legal o divórcio em si, mas porque tiveram que enfrentar maridos, companheiros e namorados violentos ou pelo simples fato de não quererem mais estar com eles. O direito ao divórcio, no Brasil, só foi aprovado em 1979. Antes, só o homem conseguia se separar das mulheres. As mulheres não conseguiam se separar, mesmo quando os homens eram extremamente violentos.

Eu quero homenagear as mulheres que tiveram coragem de queimar sutiã na década de 1950, 1960, 1970 neste país para enfrentar a violência masculina, a dominação masculina, a objetificação masculina. Essas também precisam ser homenageadas neste mês importante de luta. Eu sei que, sem essas pesquisadoras, sem essas militantes, sem essas lutadoras, sem as muitas gestoras de hoje, que tiveram coragem de colocar a cara, nós não estaríamos avançando – pouco ainda, perto do que nós precisamos, mas não estaríamos avançando.

O segundo ponto que eu quero tocar, senhora presidente, e que acho que é fundamental é que nós estamos fazendo o nosso trabalho. Nós estamos fazendo o dever de casa aqui hoje. E eu sei que V.Exas. têm procurado o Governo do Distrito Federal para regulamentar leis, para lutar para que as coisas aconteçam.

Eu fui relator da CPI do Feminicídio na última legislatura. Nós produzimos 80 recomendações. Há alguns projetos de lei aprovados nesta casa que sequer foram regulamentados até hoje. A tragédia que acontece em relação ao feminicídio e à violência contra a mulher não é por acaso, é por uma ausência do Estado. E essa ausência – desculpem-me os defensores e as defensoras do governo – é uma ausência intencional, porque não há mais explicação para estarmos nessa situação. Era para haver mais Deams; era para o Provid estar funcionando e sendo financiado; era para o Orçamento Mulher estar sendo monitorado; era para o auxílio dos órfãos do feminicídio ter chegado muito antes, porque a lei já havia sido aprovada anteriormente; era para haver passe livre para as mulheres com medidas protetivas de urgência, porque sabemos que a dependência econômica é um problema; era para haver muito mais, porque houve muitas pessoas lutando. A deputada Arlete Sampaio, que estava aqui antes,

foi a vice-presidente da CPI, a deputada Jaqueline Silva e outras tantas que passaram pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. A deputada Júlia Lucy.

Eu faço esse registro hoje, deputada Paula Belmonte, de outras tantas mulheres que passaram por esta casa. A ex-deputada Lúcia Carvalho, que foi a primeira mulher a presidir a Câmara Legislativa do Distrito Federal. A deputada Maninha, do meu partido, que foi deputada distrital. Muitas lutaram para que tivéssemos políticas públicas.

Quero dizer que vamos precisar de fazer um segundo esforço, junto com o presidente da Câmara Legislativa, que é fazer as coisas acontecerem, é mobilizar.

Não estou fazendo crítica agora à Secretaria da Mulher ou à secretária. Mas sabemos que, historicamente, a Secretaria da Mulher foi utilizada como cabide de emprego. Era uma secretária fictícia; mas, agora, queremos que ela funcione mais e mais, com o orçamento sendo executado, com as coisas acontecendo.

Eu acho que essa cobrança é nossa. É papel do parlamento.

Parabéns pelo trabalho que vocês estão fazendo aqui, hoje. Contem conosco nesta mobilização e nesta luta para que a política pública de prevenção à violência contra a mulher, de proteção à mulher e da garantia da cidadania aconteça de verdade.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, deputado Fábio Félix, pelas palavras e pelo incentivo, aqui, a todas nós 4.

Passamos para o penúltimo item da pauta.

Item nº 12:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Resolução nº 32/2024, de autoria da Mesa Diretora, que “Consolida as normas internas sobre proteção da maternidade e da paternidade e dá outras providências”.

Aprovado em primeiro turno, coloco em discussão o Projeto de Resolução nº 32/2024.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em segundo turno, com a presença de 13 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 32/2024, de autoria da Mesa Diretora, que “Consolida as normas internas sobre proteção da maternidade e da paternidade e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a promulgação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Estou verificando, e parece que não temos quórum suficiente.

Senhora presidente, eu sou muito rigoroso com o número de deputados presentes, para depois não falarem por aí que estamos aprovando leis sem haver quórum.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – V.Exa. está corretíssimo. Eu também sou.

Convoco o deputado Pepa e também o outro deputado que saiu daqui...

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, eu gostaria de fazer um convite.

Quero informar aos nobres deputados que encaminhamos um memorando-circular, da Procuradoria e da Presidência, para que V.Exas. indiquem 2 nomes, seja dos gabinetes, seja dos setores desta casa, para homenagearmos as mulheres servidoras e terceirizadas na próxima quarta-feira, na nossa programação da Semana da Mulher da Câmara Legislativa. Por gentileza, encaminhem, até a sexta-feira, o nome de 2 mulheres que o gabinete ou o setor queiram homenagear. Essa homenagem será realizada na próxima quarta-feira.

Muito obrigada, senhora presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, eu queria indicar, como sendo um ato de todos nós, a Sarinha para ser uma das homenageadas.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Ah, ela já foi a minha indicada. Essa indicação eu não deixo, não, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Vai haver briga para homenagear a Sarinha, a Rose e a Deusa, pessoal.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – A Rose, a Deusa e a Sarinha são as minhas indicadas, deputado, mas assino com o senhor.

Passamos à apreciação do último item.

Item nº 13:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 3.013/2022, de autoria do deputado Martins Machado, que “Institui o Programa de Incentivo à Economia Solidária voltado para mulheres e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 3.013/2022, de autoria do deputado Martins Machado, que “Institui o Programa de Incentivo à Economia Solidária voltado para mulheres e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Sobre a mesa, expediente que será lido pela senhora secretária.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – O expediente lido vai a publicação.

Antes de encerrar a sessão, quero dizer que este é um momento simbólico para todos nós. Quero agradecer a todos os parlamentares que se pronunciaram. O deputado Pastor Daniel de Castro disse que este momento tem de acontecer mais vezes, e eu vejo sempre essa possibilidade do nosso presidente, deputado Wellington Luiz.

Vejo como importante esse pedido feito pela nossa procuradora, que fez toda a movimentação para que isso acontecesse. Transmito a V.Exa., deputada Dayse Amarílio, a minha gratidão.

Eu gostaria que cada parlamentar que está nesta mesa falasse deste momento para nós. Que haja mais momentos assim nesta mesa. Todas as vezes que eu pedi ao deputado Wellington Luiz... Eu falo mesmo: “Deputado, está faltando mulher na mesa”. Então, o deputado chama, convoca. Eu sei que há alguém que puxa a orelha, mas é muito importante que haja isso mesmo.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhora presidente, quero agradecer a todos e parabenizar. Eu acho que hoje foi, de fato, presidente deputado Wellington Luiz, um dia simbólico, não só porque nós estamos nesta mesa, mas, sim, por nós termos aqui a presença do deputado Pepa, do deputado Martins Machado, do deputado Fábio Félix, do deputado Gabriel Magno, do deputado Wellington Luiz, do deputado Chico Vigilante, do deputado Max Maciel, do deputado João Cardoso e do deputado Pastor Daniel de Castro. Deputados esses que ficaram até agora, fechando a nossa pauta, estando ao nosso lado. Sabemos que há algumas justificativas de alguns deputados que não puderam ficar, mas eu quero fazer o meu registro aqui de gratidão a vocês que permaneceram conosco.

Eu volto a dizer que o que queremos é estar com vocês, não só aqui neste parlamento aprovando leis, mas queremos e podemos estar todos juntos cuidando de todo o nosso Distrito Federal.

Parabéns às minhas amigas, às minhas parceiras. Eu já falei a vocês o quanto eu me sinto honrada em ter vocês aqui neste parlamento. Eu sempre me coloco à disposição, e tenho certeza de que juntas nós somos muito mais fortes. Sonho com o dia que este parlamento vai ter uma quantidade de deputadas muito maior do que somos hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, deputada Jaqueline Silva.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, rapidamente quero fazer o compromisso de que, no mês de maio, mês das mães, nós vamos repetir isso. Acho que isso é extremamente importante e simbólico, deputada Jaqueline Silva, porque vocês estão aí. Essa é a grande diferença. É óbvio que é fundamental que estejamos aqui do outro lado apoiando, mas o mais importante é ter vocês onde vocês estão sentadas. Para nós, isso é motivo de muito orgulho.

Já fica o compromisso. Vamos acertar no Colégio de Líderes, na reunião de deputados, que, em maio, façamos isso novamente. Acho que, para esta casa, é motivo de muito orgulho termos uma mesa como essa.

Que Deus as abençoe. Muito obrigado.

O deputado João Cardoso amanhã vai vir. Deixe comigo.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, deputado.

DEPUTADA DOUTORA JANE – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB. Sem revisão da oradora.) – Presidente, esta é uma casa de leis, é uma casa de simbolismos. A Câmara Legislativa do Distrito Federal tem feito o dever de casa, sim, tem dado essa demonstração de respeito à mulher, de empoderamento pela disponibilidade, pelo poder de fala de cada mulher aqui representada.

Eu quero deixar um destaque. Quero dizer que cada vez que precisamos escolher um dia, escolher um mês, escolher uma semana para uma categoria – no caso, para o gênero feminino –, significa que ainda não é normal, ainda não é natural que estejamos nesses espaços e que sejamos valorizadas. Por mais discursos que eu tenha ouvido, que nós ouvimos, seja bem clichê no sentido de dizer “mulher é importante, é mãe, é filha e tem que estar onde ela quiser”. Infelizmente, isso ainda não é uma realidade no nosso país.

Precisamos transformar a nossa realidade. E transformar é naturalizar o respeito à mulher, o respeito à condição de gênero. Muitas vezes foi repetido durante o dia de hoje que não queremos o lugar dos homens, mas queremos que a naturalidade e o respeito à mulher sejam uma realidade especialmente em Brasília.

Hoje, de forma simbólica, aprovamos um projeto de resolução que trata da criação de uma comissão permanente dos direitos da mulher, onde vai ser possível debatermos de forma mais aprofundada toda e qualquer questão relativa à mulher que passar por esta casa. Então, esta casa tem feito o dever de casa. Parabens todos os 24 deputados, especialmente as 4 deputadas, que têm a tarefa de representar essas mais de 900 mil mulheres eleitoras. Dos 3 milhões e 200 mil habitantes de Brasília, representamos, pelo menos, 1 milhão e 600 mil mulheres, quase 1 milhão e 700 mil mulheres, em Brasília.

Parabéns a nós por este dia! Que este dia seja um dia marcado como um dia de luta. O mês de março é um mês de luta pelo respeito e pela dignidade da mulher de Brasília e do Brasil.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, deputada.

Deputadas, vou falar e, depois, vou passar a presidência para a deputada Dayse Amarilio, para que ela encerre esta sessão.

Quero falar como mãe, como mulher, uma mulher de 50 anos, casada. Eu não gosto de me colocar em caixinha. Também acho que não devemos ficar em caixinha, porque lutamos sempre pela liberdade de todas as mulheres.

Não queimei sutiã, mas a minha mãe lutou dentro de casa, como dona de casa, e merece toda a dignidade do mundo. Eu, particularmente, defendo as mulheres. Que as mulheres sejam femininas do jeito que elas quiserem. É muito importante isso.

Faço um apelo a todos os parlamentares que estão aqui, que são repercusores. Hoje existe uma resolução do Ministério da Saúde que coloca “a pessoa que menstrua”. Não existe pessoa que menstrua; existe uma mulher que menstrua! Eu sou uma mulher que menstruo. Não existe “uma pessoa que tem gestação ou que pare”; existe uma mulher que pare e que tem gestação. Isso é muito importante ser colocado, por quê? Porque nós, mulheres, menstruamos; nós, mulheres, gestamos; nós, mulheres, cuidamos. É muito importante valorizarmos esse lugar da mulher.

Quero, mais uma vez, registrar a minha gratidão a todos – todos – que estão aqui. Que nós valorizemos essa mulher, essa mulher que se identifica, essa mulher que pare, essa mulher que tem responsabilidade, muitas vezes, como as leis que aprovamos aqui, que amparam mulheres abandonadas, que têm seus filhos órfãos dos pais. Que nós, cada vez mais, possamos fortalecer a política de mulheres.

Passo a presidência para a nossa deputada Dayse Amarilio, a procuradora da mulher, para que ela encerre esta sessão.

Que Deus nos abençoe. Obrigada.

(Assume a presidência a deputada Dayse Amarilio.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Eu queria agradecer. Sei que estamos no avançar da hora, mas eu me emociono por estar aqui e preciso fazer algumas ponderações até em consideração a algumas pessoas que estão aqui.

Sou uma profissional de enfermagem, a primeira profissional de enfermagem, uma categoria formada de 85% de mulheres, a estar nesta Câmara Legislativa. Eu queria agradecer a cada profissional de saúde, a cada servidora da saúde que acreditou em mim e votou para que eu estivesse aqui. Isso é representar.

Existem 3 funções aqui: representar, legislar e fiscalizar. Representar é um resgate muito importante, porque nós, mulheres, ainda ocupamos algumas posições que nos envergonham. Mas estamos aqui, e isso é um grande avanço.

Estamos na posição 174 dos 196 países. No que se refere à participação feminina na política, só perdemos para os países árabes, onde as mulheres nem votar votam ainda. Então, estarmos aqui é muito emblemático, sim.

Precisamos legislar e fazer leis. Às vezes, as pessoas perguntam: Mas por quê? Por que há cota, por exemplo, para as mulheres, na política? Porque temos que legislar sobre uma coisa que parece feminismo? – como se feminismo fosse doença. Nós precisamos, porque legislar é cuidar de pessoas. Quando legislamos, protegemos alguém que precisa ser protegido.

A legislação é uma reparação histórica com as mulheres. Quem dera, como disse a deputada Jaqueline Silva, não precisássemos legislar ou colocar dia para a igualdade. A ONU traz dados que indicam que nós ainda vamos demorar 130 anos para termos a mesma igualdade no mercado financeiro, por exemplo.

Nós participamos de tudo, mas quando se chega aos espaços de gestão, nós não estamos nesses espaços. E a Câmara Legislativa reflete isso. Vamos começar a pensar sobre isso e fiscalizar. Sonho, sim, em termos uma Câmara Legislativa que possa trabalhar mais com esse papel tão importante para casa, com uma câmara que possa ter independência total para que possamos, realmente, fiscalizar.

Felizmente ou infelizmente, cabe ao Executivo executar o orçamento público do Distrito Federal. E, deputada Doutora Jane, muitas vezes falamos que mulher é importante, mas, quando vamos ver o recurso que é colocado dentro da pasta de política pública... Eu falo de política pública, eu não falo de orçamento para pagar folha de pagamento e contrato, porque, hoje, o orçamento é praticamente para folha de pagamento e contrato.

Nós sabemos que a mulher é importante quando vemos que existe um investimento, um planejamento em políticas públicas transversais, porque o feminicídio é só a ponta de um *iceberg*. Nós temos que garantir que essa mulher tenha direito a creche, direito a independência financeira, acesso a um tratamento psicológico para sair desse ciclo de violência. E isso é um dever nosso.

Eu não aguento mais parecer normal que mulheres morram. Nós começamos com uma ideia de que era escandalizador e, agora: "Ah, morreu, nossa". Escrevemos "lamentável" no Instagram. Eu não aguento mais escrever "lamentável", porque a cada mulher que morre, eu, como uma parlamentar, sinto-me responsável por essa morte. Eu penso: "Onde eu falhei como uma representante do Distrito Federal para que essa mulher tenha morrido?"

Esse é um dever suprapartidário, para o qual não há questão de ideologia. Feminismo não é uma doença, não é uma corrente ideológica. O feminismo é uma luta por direito. E nós, como mulheres, estamos pedindo para viver. Aonde nós chegamos? Viver não é um privilégio, é um direito!

Eu quero, para finalizar, agradecer nominalmente os deputados que estão aqui. Agradecer, também, ao meu gabinete, que tem quase 80% de mulheres, uma chefe de gabinete mulher e, muitas vezes, não nos levam a sério, falam que é um grupo de meninas. Somos, sim, um grupo de meninas. E perguntam: "E se vocês menstruarem todas juntas? E se vocês tiverem TPM?" Temos. Mas nós estamos fazendo o nosso melhor, deixando os nossos lares, deixando os nossos esposos e os nossos filhos para cumprir o nosso compromisso. Um compromisso que não é só nosso, da Dayse Amarilio procuradora, das mulheres, mas de cada um de vocês, que são homens de honra.

Como a deputada Jaqueline Silva falou, alguns tiveram problemas, sim, justificaram a ausência, mas eu preciso fazer esse agradecimento: primeiro ao nosso presidente, que é um exemplo para mim. Presidente, é uma honra legislar ao seu lado, trabalhar ao seu lado, assim como do seu gabinete. Eu quero agradecer, na pessoa da querida Bia, que nos atende tão bem. Você tem um poder de empatia muito grande, de aglomerar as pessoas. Que Deus lhe abençoe com esse dom! Deus te deu esse dom.

Quero agradecer ao meu bloco. Deputado Fábio Félix, eu queria lhe agradecer porque sempre me recebeu muito bem. V.Exa. é um homem de muita honra, eu tenho aprendido com V.Exa. desde que era sindicalista. V.Exa. me representa nas suas falas. Quero agradecer o carinho com que V.Exa. me recebeu nesta Câmara Legislativa. Eu quero agradecer ao deputado Max Maciel, que também tem me ajudado em tudo. Então, agradeço ao meu bloco, que sempre está aqui.

Obrigada por terem ficado até o final, não esperava menos de V.Exas. Nós sabemos do nosso compromisso às terças-feiras, sabemos do nosso compromisso às quartas-feiras e às quintas-feiras.

Muito obrigada: deputado Martins Machado, por tudo que V.Exa. faz na Comissão de Assuntos Sociais; meu presidente deputado Wellington Luiz; deputado Pastor Daniel de Castro; deputado Gabriel Magno, meu presidente da CESC; a todos que ficaram até o final, o deputado Pepa, o deputado Pastor Daniel de Castro. Daniel, muito obrigada por estar lá na comissão também. Obrigada pelo carinho de V.Exa., que sempre me abençoa.

Agradeço também ao deputado Pepa e ao deputado João Cardoso, que ficaram até agora. Quero muito agradecer a V.Exas. e dizer que é um privilégio estar com vocês aqui.

Para finalizar mesmo, nomeiem as servidoras da saúde, nomeiem esse povo para que possamos fazer diferença no Distrito Federal. Meu nome é "Nomeia". Um abraço a todos que estão nos acompanhando pela TV Câmara Distrital.

Deputadas, agradeço demais as senhoras. Muito obrigada pela honra de compartilhar esta mesa com V.Exas., pelo respeito de V.Exas., que são maravilhosas, eu fico emocionada mesmo.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Deus abençoe a todos.

(Levanta-se a sessão às 19h54min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CESC – Comissão de Educação, Saúde e Cultura
Deam – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
ONU – Organização das Nações Unidas
Provid – Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar
TPM – Tensão Pré-Menstrual

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 13/03/2024, às 17:43, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1578906** Código CRC: **827606D9**.

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

Se você envia documentos para publicação no
DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
então esse recado é pra você!

5 dicas para ter o seu documento publicado sem problemas

1

Use o SEI

Precisamos da sua assinatura digital e do QRCode

Envie os originais

PDF só se for de documento externo à CLDF

2

3

Use os modelos

O SEI disponibiliza modelos para os documentos

Veja esse resumo

Tahoma 12

4

5

Cuidado com as tabelas

770 pixels ou 100%

clique e saiba mais...

Trabalhando juntos podemos oferecer
um serviço de qualidade para a população do DF.

